



## Revisão constitucional: responsabilidades e oportunidades

Na sua entrevista de terça-feira na RTP, o secretário-geral do PS, dr. Jorge Sampaio, recordou a dado passo que o PSD está à frente de alguns ministérios há mais de dez anos. Tal facto — indubitavelmente verdadeiro — agravava o facto de, no entender do entrevistado, ainda não se ter compreendido qual é o projecto, a política do PSD para os respectivos sectores.

O desabafo do dr. Jorge Sampaio é particularmente oportuno e justifica diversas considerações.

Em primeiro lugar, é deveras surpreendente que, dez anos decorridos, o Partido Socialista ainda não tenha verificado o que milhares e milhares de portugueses — e muito especialmente os trabalhadores — já verificaram.

Afirmar que «o PSD não tem projecto» é duplamente grave: ou revela uma inaceitável incapacidade política de ver o que o quotidiano dos portugueses torna numa clamorosa evidência ou acaba a constituir uma desculpabilização de uma política antipopular e antidemocrática sob o manto da incompetência e da desorientação.

É impossível ignorar que, ao longo da última década, o PPD/PSD tem seguido uma política constante de ataque e desmantelamento do regime democrático nascido com o 25 de Abril e que para tal efeito tem recorrido a todos os meios ao seu dispor.

É impossível ignorar que, em todos os sectores da vida nacional em que intervém, o PSD se tem esforçado por concretizar no plano económico a espoliação forçada do país e dos trabalhadores em benefício do capital, a reconstituição dos grupos monopolistas e a submissão de Portugal ao imperialismo; no plano social a diminuição drástica dos direitos de quem trabalha, o agravamento das condições de vida dos mais desfavorecidos; no plano político, o ataque às liberdades, o desrespeito sistemático pela legalidade constitucional, o arbítrio, o compadrio, a corrupção.

Que o PSD tem de facto «um projecto» é uma evidência. A questão é que é mau.

Para atingir os fins da sua política, o PSD tem recorrido a todos os meios ao seu dispor. Entre estes conta-se — e com evidente relevância — o facto de, como recordou o dr. Jorge Sampaio, estar há mais de dez anos à frente de alguns ministérios. O que levanta uma relevantíssima questão: como foi isso possível?

O PSD tem presente e conjuntamente maliciosa absoluta: mas não a teve sempre nos últimos dez anos e portanto, para conseguir tais lugares no Governo foi indispensável que alguém lhes facultasse. E é uma evidência histórica que esta responsabilidade cabe à direcção do Partido Socialista que tem constituído em numerosas circunstâncias da vida política do Portugal de Abril uma verdadeira bóia de salvação da direita em geral e do PSD em particular.

Assim foi logo nos anos de 1974, 75 e 76.

Assim foi quando, após a queda do primeiro Governo PS sozinho, recusou o entendimento democrático com os comunistas e preferiu o entendimento com o CDS.

Assim foi quando, caído o Governo PS/CDS, de novo recusou o entendimento democrático e abriu caminho aos governos de direita de Nobre da Costa e Mota Pinto.

Assim foi quando, após a clamorosa derrota da direita que constituiu a queda do executivo de Mota Pinto, de novo o PS se recusou à constituição de um governo democrático.

Assim foi quando, realizadas eleições e tendo a «AD» ficado em minoria e socialistas e comunistas em maioria, o PS viabilizou a constituição do governo Sá Carneiro-Freitas do Amaral.

Assim foi quando a luta popular impôs estrondosa derrota a uma «AD» e levou à queda do governo Balsemão-Freitas do Amaral: dando as eleições que se seguiram uma fortíssima maioria parlamentar a socialistas e comunistas, de novo o PS recusou o entendimento democrático e estendeu a mão ao PSD para constituir o governo PS-PSD.

Assim foi quando, de novo derrotado pela luta popular a política de direita do governo do «bloco central», o PS — e aqui também o PRD — recusaram apoiar o governo democrático possível pela maioria parlamentar de socialistas, comunistas e renovadores e viabilizaram o primeiro governo de Cavaco Silva.

Recordar estes factos vem particularmente a propósito no momento presente. Porque esta tendência do PS para, nos momentos de crise e derrota da direita em geral e do PSD em particular, lhes lançar uma bóia salvadora não constitui um facto do passado, é uma realidade tornada bem presente com o processo de revisão constitucional.

O PSD dispõe de maioria absoluta na Assembleia da República mas esta maioria não lhe permitiria mexer numa virgula da Constituição. A situação do PSD quanto ao problema da revisão constitucional constitui um dos elos fracos do seu projecto político de destruição e de restauracionismo capitalista. Ora este elo fraco veio a ser diligentemente reforçado no interesse da direita pelos acordos de revisão constitucional estabelecidos entre o PS e o PSD.

Como é de todo natural, esta absurda situação em que democratas dão à direita a força que ela não tem, leva a que no próprio Partido Socialista se ergam vozes contra este verdadeiro crime.

E outros haverá que farão sua a ambígua asserção de Talleyrand: «Mais do que um crime, é um erro.»

Porque se esta preciosa ajuda que o grupo parlamentar socialista se prepara para dar à direita portuguesa seria em qualquer dos casos inaceitável,

é-o ainda mais uma situação em que o Governo Cavaco Silva conhece a sua mais profunda crise de credibilidade de sempre, numa altura em que, à porta de um acto eleitoral, as contradições no seio da direita se avolumam, o executivo se vê abalado por escândalos, contestações, acusações de inépcia, incompetência e desonestidade.

Nunca desde o 25 de Abril um governo português se viu envolvido num vendaval de escândalos como o que atinge o de Cavaco Silva. Não há semana que a Comunicação Social não dê conta de mais um caso de corrupção, de mais um desvio de fundos, de mais um favoritismo, de mais uma negociação escusa, de mais um desfalque, de mais um suborno.

Poder-se-á dizer que a grande diferença advém do facto de todos estes factos serem hoje conhecidos e divulgados, ao passo que anteriormente idênticas práticas quedarão no silêncio sem jamais serem do conhecimento do grande público.

Os governos de direita PS, «AD», PS-PSD que se sucederam no Portugal de Abril não foram, na verdade, modelos de isenção na gestão dos bens públicos, nem de verticalidade institucional e democrática.

Foram, há que não o esquecer, governos de direita, governos com uma política de direita. De uma política que faz do capital e do lucro o estelo da sua concepção do mundo e da vida não se pode esperar senão oportunismo sinuoso ombreado com a ganância inescrupulosa. Mas é uma evidência que com Cavaco Silva o problema assumiu proporções bem mais graves, na natural e directa proporção da maior gravidade que adquiriu a ofensiva da direita e do capital.

Que assim é reconhecem-no aliás os próprios teorizadores do PSD, tal como José Miguel Júdice que tem esta sugestiva forma de caracterizar o comportamento do seu correlegionário Costa Freire: «Um escândalo causado por um gestor qualificado, habituado à forma expedita de agir das empresas privadas, totalmente insensível às suas responsabilidades políticas como o prova a circunstância de não hesitar em cometer uma fraude fiscal evidente na compra da sua casa quando já era membro do Governo» («Semanário» — 8/Abril/89). «Forma expedita de agir das empresas privadas... Não diríamos melhor...»

Mas o mesmo comentador vai mais longe ao comunicar-nos a opinião que tem do seu pessoal político: «A única forma de evitar que o Poder abuse — escreve — é que o Poder tenha receio de ser castigado pelos abusos. A única forma de evitar os grandes golpes é denunciar os pequenos golpes (sic). A única forma de evitar que os poderes se perpetuem no lodaçal das complicitades e das "panelas centrais" é que os mais "fracos" ou mais "moldáveis" saibam que podem estragar uma carreira por causa de um desejo excessivo de enri-

quecimento sem causa» («Semanário» — 22/Abril/89).

Se os «teóricos» pensam assim, não é de estranhar que os «práticos» ajam conforme...

É contudo uma evidência que a catadupa de escândalos que tem minado fortemente a credibilidade do Governo veio encontrar um edifício já fortemente abalado pelo fracasso da sua política económica e social, contestada não apenas pelos sectores do trabalho — por ela mais duramente afectados — mas por muitos outros até agora situados na base de apoio do PSD.

Porque se é verdade que um significativo número de órgãos de Comunicação Social dão provas neste campo de uma vitalidade e vivacidade que enriquecem a vivência democrática e para ela contribuem, é igualmente verdade que essa Comunicação Social se dirige a uma sociedade onde a crítica e a luta democrática contra a política do Governo Cavaco Silva jamais cessaram, onde democratas — e nomeadamente os comunistas —, para utilizar uma expressão consagrada, previram e preveniram os fracassos e problemas que a vida confirmou, onde o movimento operário e popular não se deixou iludir nem por derrotismos, nem por ilusões e tem prosseguido uma oposição que constitui a base real de uma alternativa cuja necessidade é compreendida por cada vez mais largas camadas da população portuguesa.

O Governo Cavaco Silva, vendo reduzir-se a sua base de apoio, atolado «no lodaçal das complicitades e das "panelas centrais", cercado por críticas e contestações, submerso em inflações de tão brutais quanto embaraçosos aumentos e desequilíbrios, só comparáveis aos igualmente brutais aumentos e desequilíbrios das balanças comerciais e de transacções correntes, o Governo Cavaco Silva, dizíamos, necessita urgentemente de vitórias políticas.

É neste momento que, uma vez mais, o PS se prepara para, mediante o acordo de revisão constitucional, acompanhado de acordos para as eleições autárquicas, fornecer à direita o balão de oxigénio de que ela carece.

Quando partidos democráticos fazem políticas antidemocráticas são disso as primeiras vítimas. O Partido Socialista tem a esse respeito uma dura experiência.

A revisão constitucional que se cozinha entre o PSD e o PS é contrária aos interesses da democracia. Que o PSD a queira, é lógico. Que os dirigentes do PS a façam, é inconcebível. Para políticos, é uma asneira. Para democratas, é uma incoerência. Para a democracia portuguesa é um novo golpe.

## Resumo

### 3 Quarta-feira

O grupo parlamentar do PCP anuncia que vai propor «a interrupção imediata» do processo de revisão constitucional, com uma formulação a adoptar durante o fim-de-semana, nas jornadas parlamentares dos comunistas. Na AR, o ministro Silveira Godinho reúne com deputados da oposição apresentando um projecto de estatuto para os profissionais da PSP. O PCP qualifica a proposta do Governo de restritiva dos direitos da PSP. O PS apresenta projecto alternativo. Toma posse a nova direcção do sindicato dos jornalistas. A Câmara Municipal de Lisboa aprova por unanimidade o Programa de Recuperação do Chiado elaborado pelo arquitecto Siza Vieira. A CDU promove no Páteo Alfacinha, em Lisboa, uma recepção-convívio entre os candidatos da Coligação às autárquicas e Parlamento Europeu. Participam destacadas figuras da vida cultural e social de Lisboa. A primeira-ministra britânica comemora dez anos de governo. O governo de centro-direita holandês desmente-se no seguimento de uma disputa no parlamento sobre o financiamento de um plano de defesa do ambiente.

### 4 Quinta-feira

Manuel Alegre, deputado socialista, manifesta o seu apoio à proposta do PCP de interrupção imediata da Revisão Constitucional. O PCP alerta para os perigos que a Revisão Constitucional, acordada entre o PS/PSD, trazem para o sector da Saúde, com a eliminação da gratuidade obrigatória do Serviço Nacional de Saúde. Na AR «Os Verdes» fazem aprovar por unanimidade uma emenda à Constituição para proibir explicitamente o trabalho infantil. Professores fazem uma «cordão humano» em torno do Ministério da Educação reivindicando uma nova grelha salarial e a apresentação do estatuto da carreira docente. A nave espacial norte-americana «Atlantis» é lançada, à terceira tentativa, levando acoplada a sonda «Magalhães» que irá fotografar Vénus. Em Pequim realiza-se uma manifestação de 300 mil estudantes exigindo negociar com o governo. Arafat termina uma visita a França onde o líder da OLP manteve conversações, ao mais alto nível, recolhendo apoios para os palestinianos.

### 5 Sexta-feira

Dois semanários lisboetas revelam que elementos da Associação Pró-Sindical da PSP irão ser punidos pela hierarquia e Governo. Na Televisão, Cavaco Silva reafirma a posição do Governo de não permitir um sindicato de polícias. O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, é re-

cebido em Belém pelo Presidente da República, onde manifesta a preocupação dos comunistas em relação à política do Governo «de afronta ao povo português e ao próprio regime democrático». Membros das Comissões de Trabalhadores do Sector Empresarial do Estado, representando 230 mil trabalhadores, reclamam o desenvolvimento e não a extinção do sector. 30 mil mineiros da Polónia iniciam uma greve no Sudoeste do país pedindo aumentos salariais de 50 por cento. Um incêndio arrasa o parlamento mexicano destruindo também os boletins de voto e os processos relativos à eleição presidencial de 6 de Julho último, aos quais a oposição havia reclamado um exame por suspeita de fraudes. A Grã-Bretanha expulsa três diplomatas sul-africanos depois da descoberta de uma tentativa de Pretória em adquirir ilegalmente sofisticados mísseis britânicos.

### 6 Sábado

Concluem-se no Porto as Jornadas Parlamentares do PCP, sendo anunciado que os comunistas irão apresentar na Assembleia da República um projecto de interrupção da Revisão Constitucional até 1 de Julho próximo, para permitir o agendamento de outras questões importantes no debate. Foram apresentados vários projectos dos parlamentares do PCP. A CGTP convoca para terça-feira uma concentração junto à Assembleia da República contra o pacote laboral. Representantes de diversos sindicatos constituem em Lisboa uma comissão de apoio ao direito sindical dos profissionais da PSP. Uma reunião dos Trabalhadores Sociais Democratas (TSD) exige a demissão de Torres Couto de secretário-geral da UGT. Na África do Sul milhares de pessoas incorporaram-se no funeral do activista branco dos direitos humanos, David Webster, morto a tiro junto à sua residência por desconhecidos. A Jugoslávia ganha pela primeira vez o Festival da Canção da Eurovisão.

### 7 Domingo

Álvaro Cunhal, no início da Festa da Amizade em Almada, afirma ser inaceitável a proposta do Governo sobre o estatuto da PSP e tece críticas ao PS por se aliar ao PSD na «procura de subverter o regime» através do acordo de Revisão Constitucional. Termina em Lisboa o Seminário intitulado «Assédio Sexual nos Locais de Trabalho», onde se re-



vela que uma em cada três mulheres foi vítima em Portugal do problema, sendo as mais atingidas as contrariadas a prazo, não havendo na maioria dos casos reacção das vítimas, por falta de apoio formal, tanto no aspecto jurídico como por ausência de testemunhas. O líder da OLP, Yasser Arafat, lança um apelo à comunidade internacional para que actue para pôr fim aos massacres perpetrados por Israel nos territórios ocupados, que neste fim-de-semana fazem três mortos e 142 feridos. O Benfica sagra-se campeão nacional de futebol da primeira-divisão da época 88/89.

### 8 Segunda-feira

Centenas de dirigentes associados do comércio, reunidos em Lisboa, manifestam, através da Confederação do Comércio, o seu desagrado pela política do Ministério das Finanças, afirmando ter essa política «efeitos perversos» e criticando o chamado «Pacote Laboral». Em Lisboa o trânsito em duas ruas da Baixa é cortado em consequência do rebentamento de uma conduta da EPAL, presumivelmente «por ser já muito antiga», segundo palavras de um responsável pelas obras de reparação. As eleições no Panamá e na Bolívia entram num impasse: no Panamá a oposição acusa o candidato presidencial apoiado pelo General Noriega de fraude eleitoral enquanto o escrutínio foi suspenso, na Bolívia a escolha do presidente será decidida pelo congresso, já que nenhum dos candidatos alcançou a maioria absoluta. Na Hungria, Janos Kadar é demitido da presidência e do Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro.

### 9 Terça-feira

A CDU encara estas eleições (para o Parlamento Europeu, em 18 de Junho) com confiança, porque somos a formação eleitoral que, nas suas componentes, mais tem combatido a política de Cavaco Silva, tendo também apresentado importantes propostas constitutivas que perfilam a nossa alternativa, paralelamente com uma reconhecida actividade em prol da melhoria das condições de vida das populações e da sua defesa» — afirma Carlos Carvalhas, cabeça de lista da CDU nas eleições para o PE, em entrevista concedida ao «Diário de Notícias», a publicar amanhã. Centenas de activistas sindicais desfilarão entre a Praça da Figueira e a Assembleia da República, em Lisboa, numa acção da CGTP-IN contra o pacote laboral. Em S. Bento discutia-se a lei dos despedimentos. Os votos do partido do Governo inviabilizam o pedido de não ratificação e a suspensão do pacote laboral, apresentados pelo PCP e o PS. O presidente dos EUA, G. Bush «está a considerar uma intervenção militar» (leia-se invasão) do Panamá, confirma em Washington um porta-voz da Casa Branca.



Por iniciativa das Concelhias do PCP e da JCP

## Almada em Festa sob o lema da Amizade

A «Festa da Amizade», há 13 anos promovida pela Comissão Concelhia de Almada do PCP, conheceu na edição do passado fim-de-semana um novo espaço — o bonito Parque Urbano da Cidade — onde mais uma vez se deslocaram muitos milhares de pessoas para o seu encontro anual com a cultura, a política, o desporto, o espectáculo e a gastronomia num ambiente de festa e convívio que já criou tradições neste importante concelho da Margem Sul do Tejo. A iniciativa durou três dias (5, 6 e 7 de Maio) e foi encerrada, politicamente, por um comício onde usou da palavra o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal. A entrada era livre, comprando-se apenas bilhete para os grandes espectáculos.

Começando exactamente pelos grandes espectáculos, é de assinalar que a Festa da Amizade deste ano não deixou créditos por mãos alheias, levando ao seu palco principal o grupo «Xutos & Pontapés» (Sexta-feira, dia 5), Janita Salomé, Luísa Basto e Banda, Cellina Pereira com Conjunto de Tól Vieira (sábado), Grupo Coral da SFUAP, Fernando Tordo e Paulo de Carvalho (domingo), sendo ainda de realçar o espectáculo infantil na tarde de domingo, que tinha no programa as actuações do Coral Juvenil da SFUAP, dos palhaços «Os Elisabeth's» e da Companhia de Teatro de Almada.

Mas a Festa não ofereceu apenas espectáculos no seu palco principal (montado numa grande tenda de circo). Num coreto construído expressamente no recinto tiveram lugar actuações de carácter mais popular, com grupos, bandas e ranchos etnográficos abrilhantando magnificamente a iniciativa. Aqui vão os nomes dos participantes: na sexta-feira «Banda do Incrível», «Grupo Coral

Alentejano do Feljó» e «Orquestra Ligeira de Arrente-

la»; no sábado, «Grupo Coral Alentejano de Pinhal de Frades», «Rancho Folclórico de Pinhal de Frades», «Orquestra Ligeira de Pinhal de Frades», «Banda da SFUAP», «Grupo Coral Alentejano os Amigos do Barreiro» e «Orquestra Ligeira da Incrível»; no domingo, «Banda da Incrível», «Grupo Coral Alentejano das Paivas», «Grupo Coral e Instrução do CIR Laranjeiro», «Grupo Coral Ecos do Alentejo» e «Grupo Coral Alentejano das Autarquias do Seixal».

### Um pouco de tudo

Se os espectáculos foram o rosto permanentemente animado da Festa, muitas outras coisas, entretanto, abriram caminho ao lazer, à cultura, ao encontro ameno, ao convívio com coisas boas da vida. No restaurante principal, por exemplo, imperou a comida tradicional de várias zonas do País; na sexta-feira foi o Minho, no sábado «esteve-se» no Alentejo, no domingo apreciaram-se os pitéus de Setúbal. Mas quem preferisse variar ainda mais, tinha à disposição no restaurante núme-

ro dois a cachupa, a sopa e os doces típicos cabo-verdianos, tudo ao som da música deste jovem país tocada ao vivo. A cervejaria com variados petiscos e mariscos a condizer, ou a cafetaria que tinha café do bom, cacau, chá e deliciosos doces caseiros (isto em «regime permanente»), ou ainda o vodka servido simples ou com laranja, em local próprio, completavam o roteiro gastronómico da Festa, não permitindo que alguém saísse desiludido do Parque da Cidade.

O artesanato também teve

o seu lugar de relevo. A par de um quiosque com artigos de países socialistas, lá estavam a loiça de barro, as peles, materiais característicos de Sesimbra, loiças das Caldas da Rainha, cestos de vime, pratos e estanhos, etc. Tal como produtos da Reforma Agrária cuja venda contou com a participação de trabalhadores de UCP e Cooperativas do Distrito de Setúbal.

Relevo ainda para o desporto, desde os jogos tradicionais (chinquilho e tiro ao



## Álvaro Cunhal — «Este Governo não serve é necessário lutar contra ele»

Como referimos, Álvaro Cunhal usou da palavra no comício que domingo à tarde encerrou politicamente a Festa da Amizade.

Falando de improviso, o secretário-geral do PCP começou por saudar a Festa, cujo nome — da Amizade — traduz um «dos sentimentos mais profundos nas relações humanas», o que constitui designação bastante apropriada para uma iniciativa do PCP.

A intervenção televisiva do Primeiro-Ministro na passada sexta-feira «que, pela sua qualidade, não mereceria all referência», foi alvo de fortes críticas quanto ao seu conteúdo, nomeadamente por constituir «uma mistificação dos problemas abordados». (como se sabe, o Primeiro-Ministro foi à televisão expressamente para abordar a

questão da sindicalização da PSP e os graves incidentes recentemente ocorridos no Rossio). Álvaro Cunhal recordou «que nada na Constituição impede os polícias da PSP de formarem o seu sindicato», fazendo questão de afirmar «mais uma vez que o PCP apoia a formação desse sindicato».

Pormenorizando algumas

das mistificações formuladas nessa intervenção de sexta-feira passada, o orador recordou que o Primeiro-Ministro foi ao ponto de afirmar que o PSD já avançara um projecto para a organização da PSP, só que «não citou os seus termos», que provocariam uma ainda maior limitação aos direitos dos agentes da PSP. E disse ainda mais, o Primeiro-Ministro: que «não houve violência no Terreiro do Paço». Só que a televisão «desta vez mostrou bem uma parte da violência» (apesar de não ter filmado a agressão aos civis ou a chegada dos feridos aos hospitais).

Esta intervenção do Pri-

meiro-Ministro na televisão, segundo Álvaro Cunhal, «define bem a política autoritária e de pendor totalitário» deste Governo. Por isso «este Governo não serve, é necessário lutar contra ele e preparar as condições para uma alternativa democrática», sublinhou, no meio de fortes aplausos da multidão que enchia o recinto.

### Um Governo nervoso

Continuando as críticas severas ao Executivo de Cavaco Silva, o secretário-geral do PCP classificou a corrupção como «uma chaga deste Governo»: são escândalos



Problemas  
do Mundo Contemporâneo

OS HOMENS DA CASA BRANCA  
DE TRUMAN A REAGAN

N. N. Iakovlev

edições  
Avante!



## Quando se fala de armas nucleares em Portugal

O sr. Primeiro-Ministro achou por bem vir a público esclarecer que — pode o povo português estar descansado — armas nucleares em Portugal é questão que se não coloca para já. As posições assumidas pelo Governo português nesta área, têm a ver com princípios. Princípios de defesa do armamento nuclear, e no momento concreto, da modernização no armamento nuclear na Europa, o que corresponde a alinhar com as posições mais reaccionárias e belicistas no seio da NATO.

Estes os princípios do Governo português, e não os da NATO, como o sr. Primeiro-Ministro praticamente afirmou. Ninguém pode impor armas nucleares a Portugal, se para isso portas não forem abertas. E quanto à modernização dos mísseis — projecto de verdadeira sabotagem do primeiro acordo de desarmamento nuclear alguma vez firmado — são públicas as posições divergentes no seio dessa mesma NATO, por detrás da qual o sr. Primeiro-Ministro se tenta esconder.

Resumidamente teremos que concluir que para o Governo português armas nucleares em Portugal é questão a decidir pela NATO, se e quando essa organização o pretender. Nesse caso a resposta do Governo seria um sim. E o povo português não seria tido nem achado. Tão grave decisão leva-nos inevitavelmente a questionar se o sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo já alguma vez ouviram falar ou por momentos reflectiram sobre as consequências da mais limitada das guerras nucleares.

Acedendo — por princípio — à sua instalação no nosso país, e simultaneamente defendendo na prática o prosseguimento da corrida aos armamentos (mesmo com o alibi que é para depois desarmar...), o Governo português admite, pelos vistos, que Portugal seja reduzido a um deserto nuclear.

Ou sejamos mais benevolentes. Vamos admitir que o senhor Primeiro-Ministro viu os «Jogos de Guerra», e que meditando longamente sobre as consequências terríveis de uma guerra nuclear, nos tenha querido poupar à noite e ao inverno nuclear, preferindo reduzir-nos à partida a cinzas, como alvo prioritário... Porque, como é sabido, os vivos invejariam os mortos! Admitamos ainda uma outra hipótese. O sr. Primeiro-Ministro considera que estas armas não são para utilizar. É a famosa «dissuasão nuclear», tão cara a Thatcher, para referir um exemplo muito claro.

Acontece que a corrida aos armamentos — mesmo cingindo-nos apenas a uma das suas consequências — mata já hoje. E muito. 500 000 crianças morreram o ano passado vítimas do subdesenvolvimento. Entretanto, se as despesas militares, a nível mundial, tivessem uma redução de 10% em apenas 1 ano, seria possível criar um fundo de 100 mil milhões de dólares para financiar centenas de programas de desenvolvimento no terceiro mundo. Um facto a que o sr. Primeiro-Ministro parece ser completamente indiferente. Trata-se da vida do nosso povo, trata-se de outros povos. As armas não são para usar... são para modernizar (uma concepção de «moderno» bem à altura de outras, no campo socioeconómico e político!). Mas como é do conhecimento geral, tal modernização vem nomeadamente ligada a uma dependência crescente, mesmo no campo da decisão, de sofisticados sistemas de computadores. A iniciativa pode ser arrancada das mãos do homem. E pode haver disparo automático. Os mísseis deixarão de estar adormecidos nos silos, terrível ameaça potencial concretizável por simples acidente. Porque naturalmente as máquinas não têm consciência.

Um facto que parece ser extensível a alguns políticos.

■ LC

PCP

## Amizade em festa

alvo, por exemplo), às damas e ao xadrez (como sempre muito concorridos), bem como para os pavilhões dos pioneiros e da juventude, que dinamizaram diversas iniciativas dedicadas aos mais novos.

### Património almadense

É claro que a intervenção política e cultural esteve mais uma vez em evidência nesta iniciativa dos comunistas de Almada. Com exposições, por exemplo: a par de uma de Artes Plásticas, outra montada em tenda de circo («convivendo» com o Centro do Livro, o Auditório e o bar de apoio) tratou dos seguintes temas: 1 — A situação social e a luta dos trabalhadores; 2 — A posição do PCP quanto às eleições para o Parlamento Europeu; 3 —

A actividade dos eleitos comunistas e da CDU nos órgãos autárquicos; 4 — O Movimento Associativo; 5 — O XII Congresso do PCP. Quanto ao Auditório, foi habitado por dois debates significativos, um na noite de sexta-feira versando «As eleições para o Parlamento Europeu», outro no sábado, também à noite, discutindo o Poder Local democrático. Tratava-se de um local onde, comodamente sentado a tomar a sua bica (ou qualquer outra coisa, pois o bar de apoio estava bem fornecido), o visitante poderia ouvir e intervir sobre estas importantes matérias, o que deu lugar ao debate vivo e descontraído.

Em resumo: durante três dias Almada voltou a ter a sua Festa da Amizade, dispondo, nela, de um amplo, agradável e diversificado espaço de convívio que reflecte, sobretudo, o Portugal de-



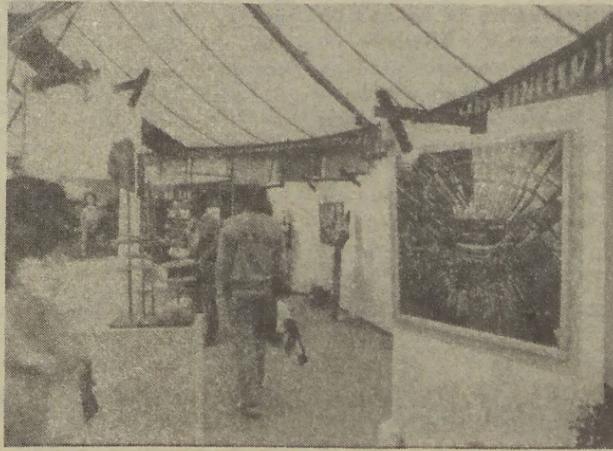
O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, durante a visita à 13.ª Festa da Amizade, no Parque Urbano de Almada. O dirigente comunista fez a intervenção principal do comício de domingo

mocrático saído da Revolução de Abril. Ali é sempre possível o debate político e aberto acerca das questões mais importantes do nosso quotidiano, a par do lazer e da cultura como direitos activamente exercidos.

Daí esta Festa, sendo erigida por comunistas, ter entrado nos hábitos almadenses como um património que todos os anos se visita e usufrui. Como aconteceu mais uma vez nesta 13.ª edição.



Música ao vivo — uma presença na Festa da Amizade. Música de diferentes estilos, numa festa diversificada, de imagem renovada



Numa zona polivalente da Festa, a cultura, a arte e os livros marcaram encontro com os visitantes



Festa do PCP e da JCP, a Festa da Amizade conheceu o calor da juventude no passado fim-de-semana em Almada

## Intervenção de Álvaro Cunhal

los nos Ministérios da Saúde, das Finanças e agora já se fala dos Transportes, onde «usam os cargos para benefícios próprios, utilizando os recursos do Estado». Daí compreender-se «que este Governo não goste que fiscalizem os seus actos», daí este Governo pretender tirar à oposição (sobretudo a mais consequente) «a possibilidade de expressão e de intervenção».

É nesta linha que surge a afirmação inacreditável do secretário-geral do PSD, Dias Loureiro, pretendendo que «o PCP está a atacar o Estado democrático». A este propósito Álvaro Cunhal recordou a história do «agarrar que é ladrão» e advertiu que é muito velha, a tática de «acusar de comunistas todos os que discordem do Poder». E hoje há muitos que atacam

a política deste Governo e não são comunistas, de que são exemplos a Associação Nacional de Municípios (onde até estão autarquias de maioria PSD), a Associação dos Armadores de Pescas, industriais, compartes dos baldios, etc, etc.

Na verdade «quem semeia a desordem são as forças repressivas, ao não permitirem que os cidadãos exerçam os seus direitos». Mas por que atacam eles as liberdades? Perguntou o orador, respondendo de imediato: «Porque este Governo encontra por diante a contestação e a movimentação social que se alarga cada vez mais e começa a estar nervoso». Quem viu a postura hirta de Cavaco Silva na citada alocução de sexta-feira, falando com a arrogância de quem estava em 1987, na

sequência da maioria absoluta nas eleições, decerto pensou que se essas eleições fossem hoje, os resultados seriam outros.

De facto «a base de apoio do Governo está-se a reduzir», afirmou o secretário-geral do PCP, como de resto previra o Partido na apreciação feita pelo Comité Central logo a seguir às eleições de 1987. E advertiu: «Não há nenhum Governo que, perdendo o apoio social, se agunte, mesmo possuindo a maioria na Assembleia da República. Daí a importância de se organizar a luta de massas», sublinhou, recordando a propósito a importância do próximo Congresso da CGTP-IN.

As cedências do PS ao PSD em matéria tão importante como a revisão da Constituição mereceram tam-

bém fortes críticas do secretário-geral do PCP neste discurso de Almada; daí a importância da iniciativa do PCP em propor a suspensão imediata do processo de revisão, sendo necessário confrontar o PS com as suas responsabilidades, o que merece o aplauso de muita gente, incluindo muitos socialistas.

Neste quadro, frisou, surge «ainda com mais nitidez o papel do PCP como força política necessária, indispensável e insubstituível», o que ganha particular relevo neste momento, quando se aproximam eleições para o Parlamento Europeu e as autarquias.

Álvaro Cunhal sublinhou a importância das próximas eleições e fez um apelo para que ninguém falte na campanha e no acto eleitoral.

Área territorial do distrito como «ponto de partida»

# PCP lança um movimento para a criação da região Santarém/Ribatejo

O Executivo da Direcção Regional de Santarém (DORSA) do PCP anuncia o lançamento de um movimento de opinião que, recusando o total apagamento do distrito de Santarém ou do Ribatejo na «região» de Lisboa e Vale do Tejo ou só de Lisboa, desencadeie um processo que leve à criação de uma região que efectivamente respeite o património cultural e as tradições, e contribua para uma participada regionalização do nosso país. Só assim a aplicação dos fundos estruturais poderá servir os verdadeiros interesses regionais e beneficiar as populações. Para lançar este movimento, o Executivo da DORSA propõe às forças políticas, às autarquias, às forças sociais, económicas e culturais, e também às personalidades do distrito, um amplo debate sobre a criação de uma região administrativa tendo como **ponto de partida** a área territorial do distrito de Santarém, aproveitando e continuando o processo para o qual já existe contributo válido por parte das Assembleias Municipais.

## Como é que o Governo «regionaliza»...

Na informação que divulgaram aos jornalistas sobre esta iniciativa, os comunistas de Santarém — que, recorde-se, ainda na sua recente Assembleia em Março analisaram profundamente os temas da regionalização — avançam um comentário oportuno ao Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) que o Governo Cavaco apresentou à CEE. Questões que não estariam muito claras, ficaram agora mais evidentes. Por exemplo:

- Que o Governo é obrigado a regionalizar, e que o que está a fazer para ter acesso aos fundos estruturais da CEE;
- Que o faz à revelia de um processo participado, querendo ignorar o que já foi

percorrido desse processo, como são as respostas de 172 Assembleias Municipais;

- Que, ao mesmo tempo que o Governo (o PSD e quem com ele pactua) faz obstrução à criação das regiões que a Constituição exige, transforma em «regiões» as chamadas NUTs (nomenclaturas de unidade territorial) de nível II;

- Que, desta forma, com o reforço das suas Comissões de Coordenação Regional (CCR), o Governo governamentaliza a regionalização, adia um processo democrático para impor, pela calada, a regionalização à sua maneira, e marginaliza o Poder Local;

- Que, definindo o PDR três níveis de responsabilidade institucional — de **coordenação, de gestão, acompanhamento e avaliação** e de **execução** —, o Governo

exclui dos primeiros o Poder Local, tal como o fez da elaboração do PDR, e reserva para os municípios responsabilidades de execução;

- Que, ao limitar as responsabilidades dos municípios à execução das intervenções operacionais, cria a situação inadmissível do Poder Local ficar comprometido financeiramente — através das contrapartidas nacionais — de forma totalmente condicionadora da sua actividade, e relativamente a acções sobre as quais, não tem qualquer participação a outros níveis.

## Ribatejo riscado do mapa?

A DORSA do PCP mostra mais adiante como é que o PDR dilui e descaracteriza o conjunto do distrito ribatejano, arrastando uma série de consequências altamente gravosas. Seis apontamentos breves confirmam aquela situação:

1 — O espaço hoje ainda distrital apaga-se numa NUT-II, «região» de Lisboa e Vale do Tejo, «dominada pela área metropolitana da capital», como se escreve no documento do PDR (pág. 86);

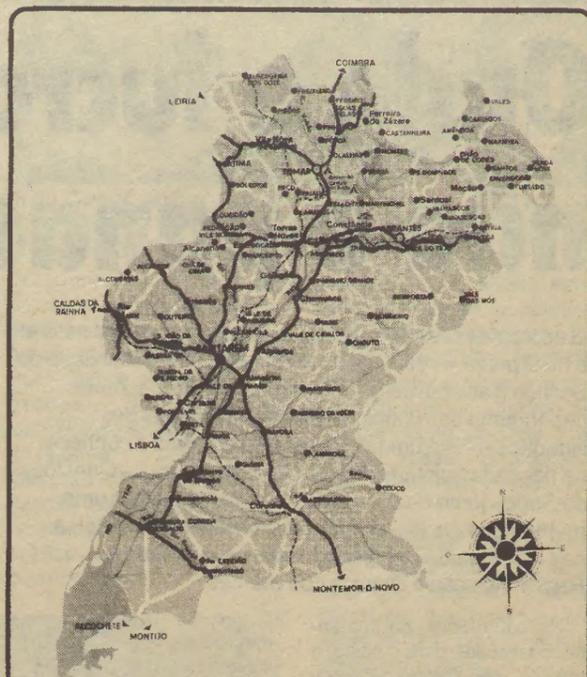
2 — Toda a máquina estatística/administrativa se adapta a essa divisão, não havendo lugar para o Ribatejo, sequer nas designações;

3 — Na caracterização da «região», o domínio de Lisboa é tal que assim aparece nomeada — região de Lisboa — várias vezes, e é evidente a deformação provocada por essa divisão do País;

4 — O distrito de Santarém, ou o Ribatejo, estão integradas na «região de Lisboa», onde sobressai, exactamente ao contrário do que acontece no distrito ou região, o peso e o aumento relativos dos profissionais com qualificação média e superior (pág. 33); onde se destaca quebra do peso do sector primário, relativa estabilidade no secundário e aumento sensível do terciário (pág. 35); onde os indicadores estruturais da cobertura médico-sanitária são os mais favoráveis (pág. 55);

5 — Nos objectivos da ficha 1 do PDR — programa de desenvolvimento das acessibilidades (PRODAC) — não se vislumbram as ligações ferroviárias e rodoviárias que concretizariam uma malha articulando as redes fundamentais com as complementares de serviço regional, nomeadamente a IC3 (Porto Alto-Tomar);

6 — Na subvenção global para o Vale do Tejo, cuja gestão aparece atribuída exclusivamente à CCR da Região de Lisboa e Vale do Tejo, cuja gestão aparece



No passado dia 28 de Abril reuniu em Santarém o Executivo da DORSA do PCP, com a participação de outros quadros do Partido de alguns sectores de actividade, para analisar as intenções expressas no Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) quanto a regionalização, tendo em conta a integração de Portugal na CEE.

atribuída exclusivamente à CCR da Região de Lisboa e Vale do Tejo, os objectivos não se enunciam senão abstractamente, e só há explicitação da contrapartida de financiamento nacional, de 4,5 milhões de contos em 4 anos, para o que, decerto, se comprometeriam os orçamentos dos respectivos municípios (da NUT-III Lezíria do Tejo e Médio Tejo mais Mação e margem esquerda de Vila Franca de Xira) sem que tenham participado na elaboração da ficha ou tenham sido incluídos, por si ou pelas associações de municípios que integram, na estrutura institucional.

O PDR, com a sua filosofia centralizadora, desperdiçou o contributo inestimável dos que melhor conhecem os estrangulamentos e potencialidades do desenvolvimento da nossa região. A participação das autarquias e dos agentes económicos, sociais e culturais na gestão da subvenção global prevista para o Vale do Tejo, deverá constituir um objectivo de todos os que sentem a importância do respectivo contributo na definição do futuro da nossa região — conclui o Executivo da DORSA.

# A comunicação de Cavaco Silva e os legítimos direitos dos agentes da PSP

O gabinete de imprensa do PCP divulgou aos jornalistas um breve comentário à comunicação feita ao País pelo Primeiro-Ministro, no passado dia 5, a propósito das legítimas reivindicações na PSP quanto ao direito de associação sindical. «O exercício de direitos sindicais pelos agentes da PSP não só não é contra o Estado como será um elemento favorável ao fortalecimento do Estado democrático», sublinha aquela nota de imprensa, que de seguida publicamos na íntegra.

1. A comunicação do Primeiro-Ministro espelha de forma nítida as grandes dificuldades em que o seu Governo se encontra face ao generalizado e diversificado movimento de protesto contra a sua política, e designadamente contra a sua arrogância, autoritarismo e completa incapacidade de encontrar soluções políticas para graves questões e problemas da vida nacional.

2. A comunicação do Primeiro-Ministro constituiu um obstinado exercício de mistificação política e uma manifestação de mediocridade, em nada correspondendo às

responsabilidades que naturalmente recaem sobre um Primeiro-Ministro na abordagem de um problema desta natureza e gravidade.

3. Contrariamente às deturpações e falsificações hoje subscritas por Cavaco Silva, importa reafirmar que nada, nem na Constituição nem em princípios fundamentais sobre a estrutura do Estado, impede a legitimidade e a possibilidade do reconhecimento de direitos sindicais aos funcionários da polícia.

O exercício de direitos sindicais pelos agentes da PSP não só não é contra o Estado como será um elemento favo-

rável ao fortalecimento do Estado democrático; não só não colide nem prejudica a garantia da tranquilidade e da segurança dos cidadãos, como — dignificando a função dos agentes da polícia — melhor os habilitará para o serviço às populações e à defesa da legalidade democrática.

Só não o poderão entender assim aqueles que, como Cavaco Silva, pensam numa polícia para o poder e para o Governo e não — como se impõe — numa polícia para o País e para o regime democrático.

4. Na sua alocução, o Primeiro-Ministro apresentou como podendo solucionar a situação a elaboração pelo Governo de um projecto de lei sobre o estatuto dos agentes da PSP. Ocultou, entretanto, aos portugueses o conteúdo essencial desse projecto, o qual longe de responder minimamente às aspirações dos interessados, sujeita ainda a mais graves limitações as liberdades e direitos dos agentes da PSP.

5. Aos olhos dos portugueses que acompanharam, designadamente pela televisão, os acontecimentos do Terreiro do Paço, terá certamente parecido inacreditável vir o Primeiro-Ministro à televisão desmentir que tenha havido violência contra os agentes da PSP. Nos acontecimentos do Terreiro do Paço, o que mais uma vez fica claro foi que quem provoca a desordem e a desestabilização não são os cidadãos que reclamam satisfação dos seus justos anseios e o respeito pelos seus legítimos direitos, mas o Governo PSD e as acções de violenta repressão por ele ordenadas.

6. Certo de que idêntica posição assumem amplos sectores da sociedade portuguesa, o PCP reafirma o seu apoio à justa luta dos agentes da PSP pelo pronto reconhecimento dos seus direitos sindicais.

5.5.1989  
O Gabinete de Imprensa do PCP

**corrida festa**  
**Avante! 89**  
**10 setembro**

Foi já divulgado o percurso da Corrida da Festa do «Avante!», a realizar em 10 de Setembro próximo: partida da antiga Quinta do Infantado, rumo a Odivelas e terminando em Loures. Para esta prova — como já salientámos, integrada no calendário da Federação Portuguesa de Atletismo — o processo de inscrições e o regulamento serão divulgados oportunamente. Entretanto, no próximo dia 23 de Maio parte para a República Democrática Alemã o jovem atleta **José Dias**, vencedor da Corrida do ano passado. Esta viagem, que se prolongará até dia 29, corresponde ao prémio atribuído pela organização da Corrida efectuada em Setembro passado e que reuniu cerca de 1500 atletas.

PCP

## O PCP e a saúde dos portugueses:

# Onde o lucro não é panaceia

O acordo de revisão constitucional assinado entre o PS e o PSD prevê «a eliminação do princípio da gratuitidade do Serviço Nacional de Saúde, ficando o direito à saúde dependente das condições socioeconómicas dos cidadãos». Esta uma das conclusões dadas a conhecer na passada quinta-feira pela Comissão para as Questões de Saúde junto do Comité Central do PCP, após uma reunião que decidiu concretizar iniciativas comunistas nas áreas da Saúde Mental, Saúde e Autarquias, Regionalização e Direitos dos Utentes.

Na conferência de imprensa, convocada para o efeito, o médico João Camilo começou por sintetizar as posições do PCP em relação à política de Saúde do Governo, «uma consequência directa da política económica do Governo, com traduções na esfera social», com o sacrifício da Saúde «aos interesses económicos do grande capital» na «procura de novos lucros nos equipamentos de saúde, na indústria farmacêutica e na exploração das novas tecnologias».

A este propósito o deputado Vidigal Amaro lembrou que o Serviço Nacional de Saúde foi regulamentado pelo governo Pintasilgo e «exactamente a primeira medida tomada pelo primeiro governo AD foi revogar esse regulamento».

«O que o PCP pretende, é pura e simplesmente que a Lei seja cumprida, que o financiamento para o Serviço Nacional de Saúde se aproxime dos seis por cento em relação ao Produto Interno Bruto e que o sector privado não viva, como neste momento, com um terço de todo o Orçamento Geral do Estado para a Saúde», frisou o medido e deputado comunista.

«A assistência médico-medicamentosa retrocedeu a passos largos. Na área dos cuidados primários de Saúde a situação é caótica. As administrações regionais de Saúde e os Centros de Saúde funcionam sem hierarquia técnica, sem planos de acção, sem meios humanos e materiais. Nos hospitais as listas de espera para as especialidades variam entre um mês e um ano, as dívidas aos fornecedores aumentam e há hospitais sem dinheiro para pagar o material de consumo corrente.»

Em contraponto, João Camilo afirmou que «este Gover-

saúde e a sua responsável, Leonor Beleza, o PCP lembrou que há mais de um ano denunciou publicamente a situação, pedindo um inquérito parlamentar, inviabilizado o ano passado pelo PSD apesar da profusa documentação então entregue pelos comunistas. Entretanto o Governo sonha agora informação à AR,



«A maioria dos hospitais vive em situação de rotura financeira, com dívidas aos fornecedores»

no apresenta como medida inovadora a nomeação de administradores para hospitais, cuja competência e mérito está em serem apaniguados do PSD, usufruindo de salários de 300 a 400 contos com direito a automóvel...»

### De saúde temos os escândalos

Em relação aos escândalos que envolvem o Ministério da

o órgão fiscalizador da acção do Executivo, enquanto o Primeiro-Ministro avaliza pessoalmente a acção de Leonor Beleza.

«O Partido Socialista aparece agora muito activo nesta matéria, denunciando situações diversas. Só lamentamos que o PS apareça, ao mesmo tempo, a subscrever com o PSD um acordo de Revisão Constitucional que, no

o militante do PCP Joaquim Raimundo, natural de Lisboa. Contava 55 anos.

### Pedro Candeias

No passado dia 21/4 faleceu Pedro Labrusco Candeias, motorista da Rodoviária Nacional em Alcácer do Sal, localidade onde estava organizado no Partido.

### Orlando Gonçalves

Membro do Partido há mais de 4 décadas, faleceu recentemente em Viana do Castelo o nosso camarada Orlando Manuel Gonçalves, nascido em 1923, resistente antifascista. Pertenceu ao Comité Local do PCP em

Viana antes do 25 de Abril, onde desempenhou várias tarefas ligadas ao trabalho de imprensa do Partido. Depois de 74 manteve-se nessa área de actividade, com responsabilidades também na frente de fundos. Conhecido nos meios democráticos de Viana do Castelo, Orlando Gonçalves pertenceu à direcção local da URAP.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do Avante! expressa sentidas condolências.



Santa Maria em Lisboa: «No sector hospitalar os utentes esperam em várias especialidades entre 1 mês e 1 ano»

caso da saúde, traz perigos gravíssimos.»

Orlando Leitão, director hospitalar e membro da Comissão para as Questões de Saúde do PCP, concretizou alguns desses perigos:

«Se em vez de um Serviço Nacional de Saúde gratuito, como exige a actual Constituição, passarmos a ter um Serviço Nacional tendencialmente gratuito, tal como querem PS e PSD, poderemos ter uma situação onde serão estabelecidos escalões de pagamento dos serviços de saúde em função, por exemplo, do valor do IRS individualmente pago. Tal situação levaria a maioria dos utentes a optar pelos Seguros de Riscos de Saúde, pagando prémios da ordem dos 30 contos por ano. Sucede no entanto que pessoas como os reformados, recém-nascidos e grávidas terão com certeza de pagar prémios mais elevados, para não falar dos muitos que não reunirão condições para pagar esses prémios.»

Para o PCP esta situação será altamente discriminató-

ria, sendo uma forma de voltar «ao sistema dos hospitais antes do 25 de Abril, onde os doentes eram classificados de indigentes a pensionistas».

Se o PS o permitir «é o direito à saúde que está em causa, é a própria Lei Arnaut (bandeira socialista em sucessivos actos eleitorais) que está em perigo, como o prova aliás a ministra da Saúde, ao anunciar a elaboração de uma nova Lei de Bases para a Saúde, aproveitando o acordo de Revisão», concluiu Vidigal Amaro.

### Algumas ideias dos comunistas

De algumas das iniciativas políticas decididas na reunião da Comissão para as Questões de Saúde junto ao CC, João Camilo salientou a realização de uma Reunião Nacional de Quadros sobre a Saúde Mental e Psiquiatria. «Esta questão ultrapassa a simples venda do Júlio de Matos, é muito mais profunda. De qualquer modo é bom lembrar que

o PCP não é defensor de grandes asilos psiquiátricos, mas tem a consciência técnica necessária para saber que não se desactiva um hospital desta dimensão no tempo que a ministra quer, sem garantir alternativas sérias. Só mesmo por vontade de realizar uma negociação com a construção civil.»

É sobre esta e outras questões da Saúde Mental que os Quadros do PCP irão discutir em Reunião Nacional, enquanto se preparam para Outubro as Jornadas sobre Saúde e Autarquias. «É necessário que as autarquias encabezem a luta pelo direito à saúde, sabendo tecnicamente o que estão a dizer», disse João Camilo que anunciou ainda a apresentação de dois projectos de lei do PCP, um referente à Regionalização dos Serviços de Saúde «que deve ser independente da Regionalização Administrativa», outro intitulado de Carta dos Direitos dos Utentes, «para que cada cidadão saiba velar pela sua própria saúde».

## Os professores e a nova «grelha» salarial Caiu a máscara a Roberto Carneiro...

### Um oportuno comentário de docentes comunistas de Coimbra

Recuperar para o sector da educação a política de mão-de-obra barata dos tempos de Salazar e Caetano — este é, acusam os professores comunistas de Coimbra, o objectivo do Governo Cavaco Silva ao avançar uma grelha salarial indiciária que mais não é do que uma autêntica humilhação e afronta aos profissionais do ensino.

Aquela grelha salarial, sublinham os professores de Coimbra, exprime a direcção anticultural deste Governo: «porque desvalorizar o estatuto do educador é desvalorizar a educação. Ela exprime também a direcção antipatriótica do Governo de Cavaco Silva. Porque subestimar a educação é desvalorizar a nossa pátria, deixando-a intelectual e tecnicamente desarmada perante os desafios do futuro. Os professores devem resistir — em defesa da sua dignidade como profissionais, como educadores e como cidadãos. Dizer não ao aviltamento da função docente. Negar-se à cumplicidade com este Governo que hi-

poteca a educação a estratégias inequivocamente antinacionais».

Acrescentam os docentes comunistas de Coimbra:

Decidiram os professores, reunidos no seu recente 3.º Congresso, levar a cabo uma série de acções de luta de que se salientam as greves e plenários a realizar durante este mês. A pertinência dessas acções de luta torna-se agora mais flagrante. O Governo tirou a máscara ao ministro da Educação. Roberto Carneiro vai nu...

As acções de luta já decididas devem merecer o empenhamento de todos no sentido de virem a transformar-se em poderosas mani-

festações da vontade esclarecida dos professores. Outras formas de protesto devem, entretanto, ser ponderadas. É necessário que o Governo conheça a inconformidade dos professores e que a opinião pública seja alertada para a situação. Deseja-se sobretudo que alunos e encarregados de educação venham manifestar de maneira inequívoca a sua solidariedade.

A organização dos professores comunistas de Coimbra exorta todos os colegas à luta pela dignificação da carreira, pela melhoria das condições de vida e de trabalho, pela elevação do nível educativo, cultural e científico do País. Nada desculpará os indiferentes ou os que optarem por quebrar a unidade, que se impõe nesta hora decisiva. A luta é urgente. Os professores comunistas estarão na primeira linha dessa luta.

## Camaradas Falecidos

### Manuel Eduardo dos Santos

Organizado na freguesia de Santa Maria, em Setúbal, faleceu o nosso camarada Manuel Eduardo dos Santos, de 58 anos, vítima de doença. Era chefe de escritórios da Renault.

### António Afonso

Com 74 anos, faleceu o camarada António Afonso, da organização de Moscavide (arredores de Lisboa), natural da localidade alentejana de Baleizão.

### Joaquim Raimundo

Emigrante no Canadá (Toronto), faleceu recentemente

PCP

## Reunião da Comissão Política

# Situação política e campanha eleitoral



A Comissão Política do Comité Central do PCP esteve reunida nos dias 8 e 9. Na terça-feira à tarde José Casanova apresentou aos jornalistas o fundamental das conclusões e a nota que aqui publicamos na íntegra

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português debateu a evolução da situação política e social e avaliou o desenvolvimento da campanha eleitoral da CDU para o Parlamento Europeu.

A Comissão Política considera que se mantêm e acentuam os traços essenciais da política e dos métodos do Governo PSD e que, com isso, se agravam todos os dias a situação do país e as condições de vida e de trabalho de cada vez mais amplos sectores sociais.

A Comissão Política sublinha o crescente e generalizado descrédito do Governo Cavaco Silva, em consequência do fracasso da sua política e do carácter corrupto, arrogante e prepotente da sua prática. Os acontecimentos das últimas semanas, nomeadamente a recente comunicação do Primeiro-Ministro ao País, expressam, simultaneamente, as dificuldades e o isolamento do Governo e o cada vez maior autori-

tarismo patente na sua linguagem e na sua prática.

A Comissão Política salienta a força e a dinâmica do movimento de massas, expressas nas múltiplas lutas desenvolvidas e designadamente nas poderosas manifestações comemorativas do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

A Comissão Política regista igualmente a importante acção levada a cabo pelos Povos dos Baldios do Norte e do Centro para festejar a vitória da sua causa e perspectivar a sua luta futura.

A Comissão Política analisou a sugestão, proveniente de vários militantes do Partido, de apresentar, na Assembleia da República, uma moção de censura ao governo. A CP abordou essa possibilidade e encaminhou a discussão respectiva, para ponderação, aos restantes órgãos executivos do Comité Central.

A Comissão Política considera que o início do processo de privatização (UNICER), concretizado a partir de obscuros critérios de avaliações,

confirma a determinação do governo de usar as privatizações como instrumento de concentração e centralização de capitais, além da indevida apropriação de bens públicos por clientelas políticas.

A Comissão Política salienta a falta de firmeza do governo em relação à posição assumida pelo Conselho dos Assuntos Gerais da CEE referente aos resultados do Uruguai Round, os quais, prevendo a liberalização do comércio mundial de têxteis, comportam consequências graves para Portugal na medida em que põem em causa milhares de postos de trabalho e uma parte significativa das exportações portuguesas de têxteis. Salienta-se igualmente, a ausência, por parte do Governo, de uma intervenção de defesa dos interesses nacionais no que respeita à nova redução das nossas quotas de pesca.

A Comissão Política considera que as recentes declarações de Cavaco Silva favoráveis à instalação de armas

nucleares em Portugal e à modernização dos mísseis nucleares de curto alcance instalados na República Federal Alemã, confirmam o alinhamento do Governo PSD com os Estados Unidos da América e com os sectores da NATO mais empenhados em dificultar o avanço do processo de desarmamento e de desanuviamento na Europa e no Mundo.

A Comissão Política sublinha a contradição entre palavras e actos que continua a dominar a intervenção da Direcção do Partido Socialista, traduzida por uma crítica verbal ao Governo PSD e à sua política e por uma prática de entendimentos e alianças com o partido do governo. Exemplos dessa prática são: as alianças já firmadas para as eleições autárquicas nos concelhos de Setúbal, Montijo e Alvíto; o acordo de revisão da Constituição, o qual, a concretizar-se, conduzirá a uma profunda adulteração do regime democrático de Abril.

A Comissão Política apre-

ciou positivamente as reacções verificadas no campo democrático e na comunicação social à proposta do PCP visando a suspensão do processo de revisão da Constituição e salienta a necessidade de prosseguir a luta para contrariar a concretização das alterações mais nocivas para o regime democrático e os interesses do povo português.

— Finalmente, em relação às eleições para o Parlamento Europeu, a Comissão Política do Comité Central do PCP protesta veementemente pela falta de isenção de grande parte da Comunicação Social do Estado, particularmente da RTP, face às diversas forças concorrentes e alerta o eleitorado para previsíveis medidas demagógicas e eleitoralistas do Governo com a aproximação do acto eleitoral de 18 de Junho.

A Comissão Política valorizou o elevado número de iniciativas pré-eleitorais já levadas a cabo em todo o país

pela CDU e considera estas criadas as condições para alargar e dinamizar a intervenção do PCP e da CDU, através de um novo e poderoso impulso à intervenção eleitoral capaz de fazer chegar às massas as propostas dos comunistas e dos seus aliados.

A Comissão Política sublinha a importância das adesões que continuam a verificar-se por todo o país e conferem à CDU uma crescente amplitude unitária.

A Comissão Política considera que o balanço feito confirma que a CDU é a força política com maior intervenção e iniciativa eleitoral e reforça a confiança na obtenção, em 18 de Junho, de resultados correspondentes aos objectivos eleitorais já apontados.

Lisboa, 8/9 de Maio de 1989

A Comissão Política do CC do PCP

## Assembleia da República

### Revisão constitucional

# PCP propõe interrupção do processo

A ter sido aceite o pedido de prioridade ao seu requerimento — apreciado na conferência de líderes efectuada ontem — será analisado na sessão plenária de hoje o projecto de resolução do PCP entregue terça-feira na Mesa da Assembleia com vista à interrupção do processo de revisão constitucional até ao dia 1 de Julho.

A decisão de avançar com este projecto de resolução, aprovada nas Jornadas Parlamentares do PCP que tiveram lugar no passado fim-de-semana no Porto, decorre da avaliação feita pelos deputados comunistas quanto à forma como têm decorrido ao longo das últimas três semanas os debates e as votações do processo de revisão constitucional.

Do seu ponto de vista, a marcha dos debates tem evidenciado as graves consequências do modelo de discussão consagrado no Regimento-«rolha» imposto pelo PSD com «sujeição das intervenções a espartilhantes limitações, indefinição e não programação dos temas a submeter a debate, separação anómala entre os processos de discussão e as correspon-

dentés votações e a concentração destas num só dia».

Por outro lado, em virtude da metodologia adoptada e do calendário de trabalhos decorrentes, assiste-se àquilo que o PCP interpreta como «impedimento do normal exercício das competências legislativas e fiscalizadoras da Assembleia», circunstância que, a seu ver, afecta o próprio funcionamento nos

molde constitucionalmente adequados de todo o sistema de Governo, «distorcendo os moldes de correcto relacionamento entre a Assembleia da República e o Governo, imunizando este último órgão de soberania do grau de fiscalização parlamentar correspondentes à gravidade do presente quadro político».

Para os parlamentares comunistas, dado que nenhuma razão institucional torna indispensável a progressão dos trabalhos no ritmo decorrente do Regimento especial em vigor, afigura-se assim imprescindível «ponderar os inconvenientes da coincidência entre os debates da revisão constitucional e o período eleitoral que culminará com o sufrágio de 18 de Junho».

O facto de ainda estarem por debater e votar questões da maior importância e que comportam gravíssimas opções para o futuro do regime democrático, constitui também, segundo o PCP, um motivo acrescido para que seja reponderado todo o esquema dos debates e reavaliado o conteúdo da revisão.

### Pacote laboral repudiado

Aceso debate na sessão de terça-feira provocou, entretanto, o pacote laboral. Regressado à Assembleia por força de dois pedidos de ratificação apresentados pelo PCP e pelo PS.

Coube à deputada comunista Odete Santos pôr a nu aquele a que chamou o «menino querido do Governo», diploma que segundo as suas

palavras «torna todo e qualquer trabalhador uma presa fácil da entidade patronal».

«Com o Decreto-Lei n.º 64-A/89 ninguém está seguro no seu emprego. Todos têm a temer — alertou perante os deputados e a numerosa representação de organizações sindicais que enchia as galerias — a famosa extinção do posto de trabalho por motivos económicos ou de mercado, por motivos tecnológicos ou estruturais».

Mas para lá da extinção dos postos de trabalho pelos motivos já referidos — que viola o princípio constitucional da segurança no emprego —

foi ainda o despedimento dos representantes dos trabalhadores a merecer as mais severas críticas por parte da bancada comunista.

Considerando esta medida uma «afrentosa violação» das garantias constitucionais que protegem estes trabalhadores, Odete Santos chamou a atenção designadamente para o facto de o diploma em apreço não estabelecer em sua defesa a «protecção adequada contra quaisquer formas de condicionamento, constrangimento ou limitação do exercício legítimo das suas funções».

Patente ficou igualmente a inconstitucionalidade formal no Decreto-Lei governamental, uma vez que a Assembleia da República não procedeu, em obediência aos Artigos 55.º e 57.º da Constituição da República, à consulta pública das organizações de trabalhadores.

No período antes da ordem do dia da sessão de terça-feira um destaque ainda para a intervenção do deputado comunista António Filipe. Tendo como pano de fundo a problemática juvenil, desta intervenção daremos conta no próximo número.

### Alerta pela Constituição no Porto

Há um ano constituído no Porto, o Movimento de Defesa da Constituição marcou para a Praça da Liberdade, entre as 17 horas de ontem, 10, e as 17 de amanhã, sexta-feira um «Alerta (em permanência) pela Defesa da Constituição e da Democracia».

A iniciativa destina-se a sensibilizar e congregar esforços dos democratas e da população do distrito, dentro da perspectiva de que «ainda é tempo de lutar para que o Partido Socialista reconsidere os graves compromissos assumidos no acordo» de revisão com o PSD.

O MDC do Porto há um ano que desenvolve acções no mesmo sentido da agora efectuada na capital do Norte.

PCP



Correspondendo a uma solicitação da Comissão pró-Associação Sindical dos Profissionais da PSP (Polícia de Segurança Pública), o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, recebeu ontem ao fim da manhã uma delegação da Coordenadora Nacional daquela Comissão. No encontro, realizado no Centro de Trabalho do PCP da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, participaram também os membros do Comité Central, Luís Sá, do Executivo da Comissão Política e João Amaral, deputado na AR

## Assembleia da República

## Revisão constitucional

Direitos dos trabalhadores  
passam incólumes

Adiada a sua discussão na passada semana em resultado de um pedido feito nesse sentido pelo PS, o artigo 64.º relativo à Saúde constitui sem dúvida o prato forte das sessões plenárias que esta semana prosseguem o processo de revisão constitucional. Em causa está sobretudo a eliminação do carácter «gratuito» que o actual texto constitucional confere ao Serviço Nacional de Saúde como garante do direito à protecção à Saúde e a sua substituição por um serviço «tendencialmente gratuito».

Ao contrário do que chegou a defender durante a fase da primeira leitura do processo de revisão da Constituição — em que advogava a manutenção do texto actual — o PS acabou por decair também nesta área das suas posições iniciais, dá o dito por não dito, e assina com o PSD o acordo que elimina aquela que é considerada uma das mais preciosas conquistas consagradas na Lei Fundamental: a garantia de um Serviço Nacional de Saúde «universal, geral e gratuito».

Objecto de forte contestação, designadamente por parte da bancada comunista, esta posição do PS afigura-se tanto mais inaceitável porquanto são conhecidas afirmações suas condenando a política de Leonor Beza por esta querer destruir o Serviço Nacional de Saúde.

Ou seja, contradição insanável, o PS em palavras diz criticar a acção governamental no domínio da Saúde mas, simultaneamente, assina um acordo com o PSD para este levar ainda mais longe a sua sanha destruidora contra um serviço público que assegura

a todos os cidadãos a generalidade, a universalidade e a gratuitidade no direito à protecção da saúde.

## Televisão privada

Pomo de discórdia continua a ser, entretanto, o artigo 38.º, designadamente nas suas alíneas respeitantes à televisão, cuja votação deverá ocorrer hoje, após dois pedidos consecutivos de adiamento nas últimas semanas, o primeiro apresentado pela bancada comunista e o segundo pelo PS.

É que, no seio dos socialistas, continuam acesas as contradições uma vez que o texto acordado com o partido que sustenta o Governo não assegura garantias mínimas ou critérios objectivos (o concurso público, por exemplo) quanto à abertura da televisão à iniciativa privada.

Para os socialistas, como nos foi confidenciado por um seu deputado, não pode estar em causa do seu ponto de vista, a abertura da televisão à iniciativa privada, tendo em conta, disse, a própria realida-

de que decorre da introdução das novas tecnologias. Mas o que não se pode admitir, e é isso que agora está em causa, frisou o nosso interlocutor, é que se «acabe com o monopólio público para criar vários monopólios laranjas», mantendo na prática a situação actual. «O que se trata é de criar regras mínimas — explicou — que impeçam o império laranja em matéria televisiva».

## Vitória da Constituição

Passemos agora àquilo que de essencial se passou com as votações na última semana em matéria de revisão constitucional. Um destaque desde logo para a restrição ao direito de antena decorrente do acordo PS/PSD. Onde até agora a Constituição dizia que o direito de antena se exercia na rádio e televisão, a partir de agora, no Artigo 40.º, diz-se que é no serviço público de rádio e televisão. A questão é tanto mais grave porquanto esta revisão tem, entre outros, o objectivo de abrir a televisão à iniciativa privada, ficando assim obviamente reduzido o direito de antena.

Em resultado do acordo desaparece também o direito de espaço nos órgãos de imprensa do sector público. Por outro

lado foi consagrado o direito à réplica política às declarações políticas do Governo, o que corresponde a uma proposta que o PCP de há muito vinha avançando. Também com base em iniciativas dos parlamentares comunistas foi reforçado no Artigo 52.º o direito de petição e acção popular.

Entretanto, em matéria de Constituição laboral, pode dizer-se que os direitos dos trabalhadores não foram tocados. Foi possível dessa forma derrotar propostas do PSD e do CDS que visavam restringir o direito à greve, restringir a capacidade de intervenção e os poderes das comissões de trabalhadores e das associações sindicais e consagrar em texto constitucional os aspectos mais gravosos do pacote laboral, nomeadamente quanto a despedimentos.

Não pode assim deixar de considerar-se uma grande vitória da Constituição o facto de esta continuar a garantir no seu articulado direitos tão importantes como a segurança no emprego, a criação de comissões de trabalhadores, o exercício da liberdade sindical, o direito de contratação colectiva, o direito à greve e, bem assim, a proibição do lock-out.

Merecedor de registo é igualmente o reforço dos direitos dos consumidores estabelecido no artigo 62.º-A, nomea-

damente através da especificação de que têm direito à qualidade dos bens e serviços consumidos.

## Juventude

Voltando às matérias que começaram ontem a ser analisadas e que deverão preencher os trabalhos até final desta semana há que assinalar que no essencial as alterações que estão indiciadas têm um sentido positivo. É, por exemplo, o caso da questão da paternidade e maternidade em relação à qual se prevê uma especial protecção das mães trabalhadoras durante a gravidez e após o parto, bem como a clarificação do direito de dispensa do trabalhador sem perda de retribuição ou quaisquer regalias.

No que diz respeito à área da juventude também aqui se dão passos positivos — impor-

ta dizer que neste como em quase todos os restantes o enriquecimento dos artigos se ficou a dever em larga medida à participação activa do PCP — designadamente ao consagrar as especiais responsabilidades que incumbem ao Estado — para lá do que já constava do Texto — em matéria de formação profissional, acesso ao primeiro emprego e Segurança Social, bem como através da clarificação de que a política de juventude deverá estar virada para a criação de condições que permitam ao jovem uma efectiva integração na vida activa.

Um destaque ainda para os deficientes relativamente aos quais — embora não tenham sido satisfeitas todas as pretensões do PCP de transportar para a Lei Fundamental algumas das reivindicações desta camada social — foi possível consagrar como responsabilidade do Estado o apoio às suas associações.

## Casos Cadilhe e Saúde

## Inquéritos arrancam

O Presidente da Assembleia da República deverá empossar entre esta e a próxima semana as duas Comissões de Inquérito Parlamentar ao caso Cadilhe e ao Ministério da Saúde, cuja composição foi aprovada há dias em Plenário.

Em ambos os casos, trata-se de uma significativa derrota do PSD e do seu Grupo Parlamentar, uma vez que estes sempre se opuseram tenazmente a uma tal diligência do Parlamento.

Ainda muito recentemente tal voltou a ficar patente quando a maioria, isolada, rejeitou o pedido de inquérito apresentado pelo PCP com vista a apurar em toda a extensão a conduta dos serviços oficiais, designadamente da Administração Fiscal, intervenientes no processo de aquisição pelo Ministro das Finanças de apartamentos no edifício das Amoreiras e na Rua Francisco Stomp, em Lisboa.

Esta recusa, recorde-se, viria a conhecer um súbito volte-face — o deputado comunista Octávio Teixeira chamou-lhe na ocasião uma «encenação política» — quando há algumas semanas atrás a maioria laranja se dispôs a oferecer assinaturas dos seus deputados para completar o pedido de inquérito desencadeado por parlamentares da Oposição.

Esta decisão do PSD, no entanto, como foi já sublinhado nas páginas do «Avante!», decorreu apenas do facto de este ter constatado que a adopção de um critério diferente do utilizado para o Ministério da Saúde — isto é, dois pesos e duas medidas para julgar casos idênticos — acabaria por transformar a bancada da maioria, por estranha ironia, num dos principais focos de acusação de Cadilhe.

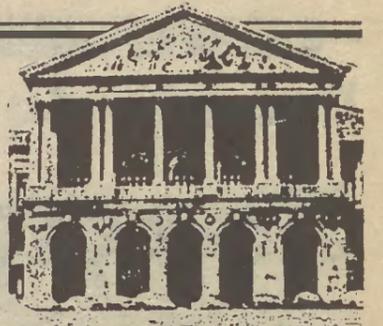
Relativamente à Comissão de Inquérito a actos praticados no âmbito do Ministério da Saúde — cuja presidência

pertencerá ao deputado comunista Vidigal Amaro — a sua constituição só peca por atraso, porquanto, importa recordar, há mais de um ano que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Mesa da Assembleia um pedido de inquérito sobre esta matéria.

Averiguar a verificação de legalidade de actos dos responsáveis governamentais, nomeadamente do secretário de Estado da Saúde, Costa Freire, e da ministra da Saúde num conjunto de factos que a comunicação social se fez eco, constituía, então, como agora, o propósito subjacente à iniciativa parlamentar do PCP.

Em causa estão, assinala-se, as relações entre a firma PA e o Ministério da Saúde e a utilização de dinheiros públicos para a aquisição de equipamentos para o Hospital de S. Francisco de Xavier e as condições de aquisição de bens e serviços para instituições do Estado em que esteve envolvida a PA.

A forma como foi efectuada e paga a campanha de publicidade relativa à abertura do Hospital de S. Francisco Xavier e bem assim as estranhas saídas e entradas de funcionários do Ministério da Saúde para essas empresas privadas, constituem outros factos sobre os quais recaem fortes suspeitas de ilegalidade, pelo que serão agora certamente objecto de averiguação com vista ao completo e cabal esclarecimento da verdade.

Restrições a direitos dos polícias  
têm subjacente concepção autoritária

O PCP qualificou de «**multo negativo**» o projecto de proposta de lei governamental acerca da natureza da PSP e da qualificação do respectivo pessoal. Esta posição foi tornada pública por Luís Sá, da Comissão Política, na sequência de uma reunião com o Governo realizada na passada semana na Assembleia da República ao abrigo do estatuto de Oposição e da Lei de Segurança Interna.

Luís Sá, que estava acompanhado pelos deputados comunistas João Amaral e José Manuel Mendes, explicou aos jornalistas que o projecto peca nomeadamente por ter sido apresentado muito tardiamente — como os acontecimentos entretanto ocorridos em 21 de Abril vieram comprovar — e por envolver «**graves restrições dos direitos e liberdades dos agentes da PSP, designadamente o direito de associação sindical**».

No decorrer da reunião, segundo Luís Sá, foi transmitida ao Governo a posição do PCP, defendida repetidas vezes, sobretudo em sucessivos programas eleitorais, quanto ao «**direito de associação dos agentes da PSP**» facto que, naturalmente, frisou, o leva a «**não aceitar que o projecto de proposta de lei vede este direito, bem como aliás um bom número de outros**».

Aquele dirigente comunista repudiou também a concepção subjacente às posições do Governo — a

ideia de que os direitos e liberdades dos agentes são incompatíveis com a ordem, a disciplina e a capacidade operacional da PSP — definindo-a como «**tipicamente autoritária**».

A delegação do PCP transmitiu ainda no decorrer da reunião a opinião de que o Governo deveria alterar prontamente a sua posição de não dialogar com a Comissão Pró-Sindical da PSP. A este propósito,

foi lembrada uma proposta em idêntico sentido do PCP para que a Comissão Parlamentar respectiva ouvisse, ela também, a Pró-Sindical, proposta esta que o PSD viria no entanto a rejeitar, secundando assim a «**posição autoritária e avessa ao diálogo do Governo**».

## Uma Polícia para o País

Explicitando melhor as diferenças que separam o PCP e o Governo nesta matéria, Luís Sá sublinhou que do lado deste está uma posição «**favorável a uma Polícia fechada sobre si própria, sujeita a condições de trabalho deploáveis e a horários mas-**

sacrantes», enquanto do outro — «**a que defendemos**», como frisou — está uma posição «**favorável a uma Polícia digna, preparada, próxima dos cidadãos e dos interesses, enfim, uma Polícia para o País e não para o Governo**».

O dirigente comunista chamou ainda a atenção para a circunstância do projecto de proposta de lei do Governo constituir uma «**regressão grave**» em relação à própria legislação vigente e de vir prolongar ao nível legislativo «**o comportamento autoritário e não dialogante**» do Executivo.

Instando a pronunciar-se sobre o projecto de Lei apresentado pelo PS, Luís Sá congratulou-se pelo facto de, após tantos anos em que o PCP foi o único a defender o direito de associação sindical, os socialistas terem «**finalmente alterado a sua posição**».

Detendo-se mais concretamente sobre o conteúdo do projecto socialista, e sem prejuízo de uma análise ulterior mais pormenorizada, Luís Sá referiu que ele contém, todavia, «**sérias limitações a direitos e liberdades dos agentes que podem não ser em todos os casos imprescindíveis para assegurar o pleno exercício das funções de ordem pública que cabe à PSP assegurar**».



Assembleia da República

IV Jornadas Parlamentares

# Deputados do PCP multiplicam a sua acção

• **Pedida  
interrupção imediata  
do processo  
de revisão**

Na sequência das decisões aprovadas nas suas IV Jornadas, o Grupo Parlamentar do PCP entregou terça-feira na Mesa da Assembleia da República um Projecto de Resolução com vista à interrupção imediata, até 1 de Julho, e correlativa revisão do calendário do processo de revisão constitucional e da agenda da Assembleia. Sem prejuízo do recurso atempado a outras iniciativas, regimental e institucionalmente possíveis, com esta medida os parlamentares comunistas pretendem «proporcionar a reavaliação do esquema e prazo dos debates e do conteúdo das alterações indicadas» na revisão em curso.

De acordo com as decisões aprovadas no passado fim-de-semana no Porto e anunciadas publicamente durante uma conferência de imprensa, iniciaram-se já entretanto os contactos com todos os Grupos Parlamentares da Oposição no sentido de «aprofundar o exame quanto às formas de ultrapassar o «duplo espartilho» que vem sendo imposto à Assembleia da República pelo processo de revisão e, dentro deste, pelo Acordo firmado entre o PS e o PSD.

Com esta iniciativa, os deputados do PCP têm em vista garantir uma «agenda alternativa» para os meses de Maio e Junho que permita, nomeadamente, segundo referiu Carlos Brito, a discussão urgente das interpelações do PCP, do PS, a «Audição» proposta pelo CDS, a aceleração dos inquéritos parlamentares e a votação dos projectos sobre a criação das Regiões Administrativas.

«Está plenamente demonstrado — assinalam os deputados do PCP no documento de conclusões distribuído aos órgãos de comunicação social — que a circunstância da Assembleia da República estar, na prática, impedida de debater os aspectos mais desastrosos e escandalosos da acção governativa, prejudicando o País, constitui uma grande vantagem para o PSD, em vésperas das eleições de 18 de Junho».

## Mercado Único

Mas não foi apenas o pro-

cesso de revisão constitucional a ocupar a atenção dos parlamentares comunistas no decorrer das suas IV Jornadas, realizadas nos dias 5 e 6, no Porto.

Na sua agenda estiveram também a situação política e parlamentar, a organização da interpelação do PCP ao Governo (cujo agendamento deverá ocorrer em breve), o pacote laboral e novas iniciativas relativas aos direitos dos trabalhadores, o desbloqueamento da regionalização e ainda a preparação do País para 1992.

A este último respeito, na base de um relatório introdutório apresentado pelo deputado Carlos Carvalhas, o Grupo Comunista constatou — «criticamente», como sublinha o documento final — a ausência de medidas e políticas com vista à coesão social e condenou a «improvisação e irresponsabilidade com que o Governo encara a preparação do aparelho produtivo português para enfrentar o embate de 1992».

Ponderado este quadro, foi tomada nas Jornadas a decisão de, no imediato — «face aos graves riscos e consequências nefastas dos resultados dos trabalhos em Genebra sobre o «Uruguai Round» em relação à indústria têxtil» —, exigir com urgência a presença do ministro Deus Pinheiro na Comissão de Assuntos Europeus por forma a ser prestada uma informação oficial das razões pelas quais o Governo português «aceitou que o Conselho tenha feito sua a declara-



O processo de revisão constitucional, o bloqueamento da regionalização e a preparação do País para 1992 constituíram alguns dos temas em foco nas 4.ªs jornadas parlamentares do PCP, que decorreram no passado fim-de-semana no Porto

ção da Comissão em Genebra que se refere expressamente ao desmantelamento do acordo multifibras».

Tendo em conta que se inicia em 1 de Janeiro de 1991 a segunda etapa do período de transição para a agricultura portuguesa e que persistem e se agravam os factos de desequilíbrio do sector — veja-se a perda crescente de rendimento dos agricultores e os atrasos da nossa agricultura — o Grupo Parlamentar do PCP deliberou, por outro lado, na sua reunião realizada na capital do Norte, «considerar urgente o acompanhamento pela Assembleia da República de todo o processo relativo à segunda etapa do período de transição para a agricultura portuguesa».

Nesse sentido, foi decidido propor que as Comissões de Agricultura e dos Assuntos Europeus sejam dotadas dos meios e mecanismos de informação e articulação com o Governo necessários ao acompanhamento regular do processos.

A realização dentro em breve de um debate aberto às organizações da lavoura, bem como a especialistas do sector e aos órgãos de comunicação social, com vista a efectivar um balanço da primeira fase de integração da agricultura e de definição de perspectivas e propostas de medidas para enfrentar a segunda etapa do período de transição, constituiu outra das

conclusões saídas destas IV Jornadas Parlamentares do PCP.

## Não ao pacote laboral

Alvo de apreciação no decorrer dos trabalhos foram ainda as tomadas de posição que, de diversos quadrantes, têm posto em relevo a importância e oportunidade da ratificação do pacote laboral, cujo debate ocorreu terça-feira.

Par lá da reafirmação da sua firme solidariedade às reivindicações centrais dos trabalhadores e das suas organizações, os parlamentares comunistas decidiram apresentar ao Tribunal Constitucional — previa-se que tal pudesse ocorrer ontem — o requerimento de inconstitucionalidade do pacote laboral, solicitando a sua apreciação prioritária.

Um lugar de destaque na sobrecarregada agenda de trabalhos que mobilizou durante dois dias os deputados do PCP foi ocupado também pela Regionalização.

Da análise efectuada a esta questão importa destacar, na perspectiva do PCP, o «apoio claro das Assembleias Municipais ao avanço no processo», o novo adiamento por mais um ano que o PSD quer impor na Assembleia ao prosseguimento do processo legislativo e a posição de recuo do PS, em sede de revisão constitucional, ao subscrever com o PSD uma proposta de alteração que mantém as mesmas dificuldades alegadas para bloquear o processo.

Neste contexto, foram igualmente traçadas orientações precisas na acção futura da bancada comunista. Relevante, designadamente, para a intensificação da denúncia dos bloqueamentos ao processo de regionalização impostos pelo PSD e para o apelo ao PS no sentido de este «modificar a sua posição em sede de revisão constitucional», colocando-se novamente na defesa do «avanço efectivo do processo de regionalização».

Quanto ao processo legislativo pendente na Assembleia foi informado na conferência de imprensa que o PCP usará os meios regimentais ao seu dispor para «levar a questão a Plenário»,

nomeadamente através do requerimento para agendamento dos projectos de lei ou através do recurso para Plenário da deliberação de adiamento, se o Presidente da Assembleia da República assim o decidisse.

Com base num relatório exposto por Ilda Figueiredo, foram ainda debatidos os

principais bloqueamentos do progresso e desenvolvimento da Área Metropolitana do Porto.

Especialmente assinalados foram os estrangulamentos nos transportes, as carências em infra-estruturas viárias, o atraso na construção da ponte ferroviária e no lançamento da nova ponte rodoviária sobre o Douro, as sérias insuficiências habitacionais (incluindo nos núcleos históricos do Porto e de Gaia), a crescente degradação ambiental e a marginalização de que o Porto vem sendo vítima em matéria de apoios culturais.

Em todos estes domínios, foi assinalado aos jornalistas presentes na conferência de imprensa, o Grupo Parlamentar do PCP assumiu o compromisso de adoptar iniciativas de natureza fiscalizadora e, quando necessário, legislativa de molde a alterar o pre-ocupante quadro presente.

## Combate à corrupção

Considerando que o alastramento da corrupção constitui uma das características que afecta o presente quadro político, o Grupo Parlamentar do PCP deliberou nas suas IV Jornadas intensificar o uso de todos os instrumentos regimentais para o combate a este fenómeno.

Nesse sentido, foram encarregados de participar no Encontro sobre a problemática da corrupção, cuja organização está a cargo do Alto Comissário Contra a Corrupção, os deputados comunistas que integram a Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias.

Particular atenção no decorrer das Jornadas foi prestada também às Comissões de Inquérito Parlamentar aos casos «Cadilhe» e às ilegalidades e irregularidades no âmbito do Ministério da Saúde, tendo em relação a esta última — cuja presidência foi atribuída ao deputado comunista Vídial Amaro — sido mandatados os deputados do PCP a realizar com urgência contactos e reuniões de trabalho com a Ordem dos Médicos, Procuradoria Geral da República, Sindicatos Médicos, Associação Nacional de Farmácias e a Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares.

## Apoio a sindicalistas da PSP

No decorrer dos trabalhos os deputados comunistas aprovaram também uma moção de repúdio pela actuação intolerante e repressiva do Governo contra as actividades desenvolvidas pela Comissão Pró-Sindical da PSP.

No texto, para lá de condenarem as sanções aplicadas a dirigentes do movimento associativo da PSP e de reclamarem o seu imediato levantamento, os parlamentares comunistas exprimem a sua convicção de que é essencial à garantia da segurança e tranquilidade dos cidadãos que «os membros das Forças Policiais sejam tratados como cidadãos de corpo inteiro e não como trabalhadores sem direitos».

Com vista à resolução dos problemas em aberto, o Grupo Parlamentar do PCP decidiu solicitar entretanto a marcação de uma audiência com a Direcção da Comissão Pró-Sindical para «abordagem das diligências a adoptar» por forma a garantir o exercício dos direitos sindicais dos cidadãos que prestam serviço na PSP.

Ainda neste quadro, foi decidido mandar os deputados do PCP na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para que accionem as medidas necessárias tendentes a garantir que a Associação Pró-Sindical venha a ser recebida por esta Comissão.

O Grupo Parlamentar do PCP decidiu também apresentar queixa-crime na Procuradoria Geral da República contra o recurso abusivo e ilegal à recolha de imagens vídeo de participantes em reuniões, concentrações e manifestações, como sucedeu no passado dia 21 de Abril na Voz do Operário e, posteriormente, no Terreiro do Paço.

## Novas iniciativas na forja

A actualização dos montantes do salário mínimo, reformas e pensões, por forma a compensar a subida da taxa de inflação e o reforço das competências e meios financeiros das freguesias, constituem duas das matérias que serão muito em breve objecto de iniciativas legislativas do Grupo Parlamentar do PCP.

Na forja, de acordo com as decisões tomadas nas Jornadas, estão já também outro projecto de lei, designadamente, sobre o direito de queixa dos militares junto do Provedor de Justiça, a rede pública de educação pré-escolar, a adopção de medidas de prevenção do consumo de droga e de apoio e reabilitação de jovens toxicómanos e por último, a institucionalização das comissões de higiene e segurança no trabalho.

Segundo foi anunciado na conferência de imprensa dada no final dos trabalhos, as Jornadas Parlamentares do PCP delibe-

raram ainda intensificar os esforços para o agendamento dos projectos de lei de criação de novas freguesias, vilas e cidades e usar os meios regimentais necessários ao rápido agendamento do novo regime de permanência dos membros das juntas de freguesia.

A realização de uma sessão plenária para a discussão de iniciativas pendentes relativas à problemática das mulheres, a denúncia das manobras governamentais tendentes a possibilitar a instalação de armas nucleares no nosso País e ainda a sensibilização da Assembleia para as acções e omissões governativas que afrontam os direitos e liberdades dos cidadãos e particularmente dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas e dos Sapadores Bombeiros, constituem outras tantas direcções de trabalho que nortearão proximamente a acção dos parlamentares do PCP.

## Trabalhadores

# Uma afronta aos professores

Como aconteceu com a generalidade do pessoal remunerado pelo Estado, designadamente com os trabalhadores da chamada carreira administrativa, os sindicatos representativos do sector protestaram publicamente na passada quinta-feira contra o que o Governo entende por reforma do sistema retributivo dos trabalhadores da Função Pública. Organizações sindicais unitárias ou não foram unânimes na rejeição daquela reforma e assentaram desde já em várias formas de luta, com destaque para os professores, que marcaram uma greve para hoje. O secretário nacional da FENPROF, depois de uma primeira análise da medida do Governo, considerou-a «uma afronta aos professores».

Num apelo divulgado no mesmo dia (5.5), a Federação Nacional dos Professores, que acaba de efectuar o seu III Congresso, destaca que «há hoje mais razões para que a luta seja reforçada e para que nela participem todos os professores, independentemente das suas opções político-sindicais».

## O Governo esqueceu-se da «prioridade»

Num comunicado emitido

depois da reunião de quinta-feira passada, o secretariado da FENPROF recorda as «conhecidas e sucessivas afirmações do Governo», segundo as quais a educação seria uma prioridade.

Perante esta reforma, que redundaria para os professores, numa «quebra de compromissos do Ministério» (ME), as organizações sindicais representativas dos trabalhadores docentes manifestam o seu protesto contra o que consideram «uma clara opção política do Governo: desvalorizar o exercício da profissão docente, degradar mais ainda as condições em que o ensino é ministrado nas nossas escolas».

Depois de referir que a reforma tal como foi apresentada pelo Governo é «a maior

afronta feita aos professores portugueses depois do 25 de Abril», o secretariado nacional da FENPROF sublinha que «o ministro da Educação e o próprio Primeiro-Ministro reconheceram publicamente que o estatuto material dos professores era o mais degradado de há muitos anos a esta parte».

Apesar desse reconhecimento em palavras, os actos do Governo repõem afinal «a situação existente antes do 25 de Abril».

Reafirma a Federação, FENPROF, que a pseudo-reforma do Governo é iníqua e face ao quadro que se desenhava quarta-feira da semana passada, ao serem conhecidas as «propostas» governamentais, interpela directamente o ministro mais responsável

no que respeita ao sector, afirmando que só lhe restam duas hipóteses:

- ou reconhece que, durante o período do seu mandato, se limitou a fazer demagogia, com o fim de iludir os professores quanto à possibilidade de terem uma carreira dignificada;
- ou admite que foi claramente desautorizado pelo Governo, declara-o publicamente, e segue o caminho de honra demitindo-se.

Essas hipóteses, como as designa o próprio secretariado da Federação sindical, implicam, como é evidente, que o ministro Roberto Carneiro tenha agido com alguma independência no exercício do seu cargo, durante as negociações que manteve com os sindicatos.

# O ME é afastado das negociações

Depois de sublinharem que a citada reforma do sistema retributivo remete os professores para «antes do 25 de Abril», quando os docentes desenvolviam as respectivas carreiras «sem paridade com os quadros técnicos e os quadros técnicos-superiores da Função Pública», os dirigentes da Fenprof referem «algumas questões importantes» que, em seu entender, se devem destacar. Vão inseridas a seguir.

• A primeira tem a ver com a desarticulação entre o estado das últimas negociações

com o Ministério da Educação, no que respeita à estrutura da carreira, e o que apresenta agora o Governo.

• A segunda diz respeito à quebra de compromissos do Ministério da Educação, que sempre informou a Fenprof de que a negociação salarial relativa à carreira dos professores seria com o próprio Ministério (ME), quando agora se sabe que não será assim. Essa negociação — sublinhamos nós — será feita com a Secretaria de Estado para a Modernização Administrativa.

• A terceira questão deve ser colocada porque a transição para um novo sistema proposto pelo Governo criará profundas distorções, já que não se tem em conta o tempo de serviço prestado na docência, mas apenas «a posição salarial mais próxima da remuneração actual», o que não se traduzirá em revalorização, mas apenas em arredondamento de contas.

Não foi naturalmente para esse efeito que os sindicatos representativos negociaram durante tanto tempo com o ministro da Educação.

# Comemorações no SPGL

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, que comemora por estes dias o seu 15.º aniversário, promove no próximo dia 18, na sede da FENPROF, o lançamento do livro do prof. dr. Rogério Fernandes «O Despertar do Associativismo Docente em Portugal». A sessão decorre pelas 18 horas.

Também no mesmo local e à mesma hora de 29 do corrente, a direcção do SPGL promove ainda uma «conversa» com o escritor José Saramago, a propósito do romance «História do Cerco de

Lisboa», apresentada pelo prof. dr. Manuel Gusmão.

Das várias iniciativas que a direcção do SPGL anunciou oportunamente, merecem destaque no passado dia 8 uma homenagem a José Afonso e ao prof. dr. Lindley Cintra, a apresentação ao vivo do novo álbum da Brigada Vitor Jara e, no dia 10, uma conversa com Manuel Alegre, a propósito do romance «Jornada de África», apresentado pelo escritor e jornalista Baptista Bastos.



Lisboa, 28.1

(foto de João Silva)

# Ainda o pacote laboral

# Protesto sindical coincide com discussão no Parlamento

Anteontem, coincidindo com a jornada nacional dos metalúrgicos, com movimentação sindical em vários sectores e com uma concentração marcada para a tarde pela União dos Sindicatos de Lisboa, continuou o protesto sindical contra o pacote de leis do trabalho aprovado pelo Governo e sobretudo contra a lei dos despedimentos. Com esta questão coincide também no tempo a discussão dos documentos a apresentar ao VI Congresso da CGTP (17 a 20 de Maio, em Lisboa) e com a chamada ratificação na Assembleia da República da lei dos despedimentos.

Além da concentração anunciada pela USAL para a tarde de anteontem, em São Bento, a União dos Sindicatos de Coimbra enviou aos órgãos da comunicação social um apelo aos deputados eleitos pelo círculo, reclamando nomeadamente que o Decreto-Lei 66-A/89 seja expurgado das «inconstitucionalidades diversas que contém», e a «suspensão da vigência do mesmo até à publicação da Lei que o vier a alterar».

Esta reivindicação, que certamente não encontrou eco nos deputados da maioria, é apoiada pela generalidade do movimento sindical, incluindo até organizações sindicais que normalmente não apoiam as iniciativas e sobretudo as lutas encabeçadas pela CGTP.

## Conselho Nacional

Reunia-se entretanto o Conselho Nacional da CGTP que abordou a situação político-sindical e o 6.º Congresso, cujos documentos continuam em discussão. Para hoje, às 17 e 30, ficou marcada, a convite da União dos Sindicatos de Lisboa, uma reunião

dor numa ineludível jornada de luta».

A direcção da CGTP, que interveio entretanto noutras questões de interesse imediato para os trabalhadores, incluindo no âmbito da higiene e segurança no trabalho, na defesa do sector empresarial do Estado e na defesa da Constituição, afirma neste campo que «as comemorações (1.º de Maio) deixaram claro o protesto que o processo de revisão» mereça, uma vez que «ela traduz um recuo das ideias de transformação social do 25 de Abril, baseadas em valores democráticos, solidários e humanistas».

# Otelo Apelo da CGTP

Num comunicado de imprensa, emitido pelo respectivo gabinete de CGTP-Intersindical Nacional, apela-se no sentido de Otelo Saraiva de Carvalho ser posto em liberdade. Transcreve-se na íntegra o documento:

«O Conselho Nacional da CGTP-IN, reunido em 5 e 6 de Maio de 1989, manifestou publicamente a sua apreensão pelo facto de em Portugal, que se pretende Estado de direito, haver cidadãos, nomeadamente Otelo Saraiva de Carvalho, em prisão preventiva há mais de cinco anos, quando o máximo legal é de três anos, o que põe em causa frontalmente as liberdades democráticas.

«A CGTP-Intersindical Nacional apela por isso aos órgãos de soberania para que actuem no sentido do cumprimento das normas legais e constitucionais, garantindo que Otelo Saraiva de Carvalho e os que estão em idêntica situação sejam postos em liberdade.»

# Salários da Função Pública Nova grelha é inaceitável — protestam os sindicatos

Diversas organizações sindicais componentes da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública, bem como a própria FC, depois de terem recebido do Governo, com um limitadíssimo prazo de 15 dias para discussão, a proposta designada por «reforma do regime remuneratório da Função Pública», ou «reforma do sistema retributivo da Função Pública», declararam inaceitáveis os valores propostos para os novos salários e marcaram para hoje, dia 11, um plenário de sindicatos.

Como aconteceu com os professores (ver estas páginas), a grande maioria dos trabalhadores do Estado, designadamente o pessoal administrativo e auxiliar, representados pela FC e por outras organizações sindicais, deixou bem clara a rejeição da proposta do Governo, apresentada através da recém-criada Subsecretaria de Estado para a Reforma Administrativa, principalmente porque os novos salários, para serem aplicados a partir de Outubro do corrente ano, «ficam muito aquém das propostas sindicais».

Além disso, segundo o secretariado da FC em nota de quinta-feira, os valores propostos pela Subsecretaria de

Estado «vêm gorar as legítimas expectativas criadas junto dos trabalhadores, sejam do regime geral, sejam dos corpos especiais».

Por outro lado, citando ainda a direcção da FC, o documento governamental «é omissivo quanto às regras de transição para as novas posições salariais, o que é imprescindível para se compreender com exactidão qual será o aumento salarial para cada trabalhador».

Numa primeira apreciação, necessariamente sucinta, visto que o novo «regime» tinha sido entregue poucas horas antes, a Frente Comum deixava porém bem claro que «o elevado número e a forma de construção dos escalões

em cada carreira não contribuem para eliminar a actual situação de estagnação e falta de promoção profissional».

## Novas reuniões em 12 e 19 do corrente

Por considerar indispensável «o reforço do esclarecimento e da mobilização», a Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública marcou novas reuniões para amanhã e para sexta-feira da semana que vem.

No entender da FC, e porque o regime remuneratório proposto pelo Governo é inaceitável para a grande massa dos trabalhadores do Estado, estes devem mobilizar-se «em torno dos seus sindicatos».

Na primeira nota à Imprensa, emitida depois de receber a proposta, o secretariado da FC apelava à unidade e à luta dos trabalhadores, pois só essa atitude pode garantir que o Governo «cumpra os compromissos assumidos em 15 de Fevereiro» e pelos quais os sindicatos continuam a bater-se.

Recorda-se que, segundo a Federação organizadora de um recente Encontro das ORT do sector, «as dívidas aumentaram consideravelmente no último ano», tratando-se «fundamentalmente de uma questão política», pois o Governo não só permite como até promove situações em que a dívida é «inexplicável» e mesmo «escandalosa».

Depois do Encontro da Segurança Social, veio a publicação de uma lista de entidades devedoras que, além de multinacionais, incluía empresas prósperas, como a RTP, e ainda hospitais e organismos da administração regional.

# Sindicalização na Polícia Frente apoiará a ASP

Uma frente sindical comum de apoio ao reconhecimento da existência legal da Pró-Associação Sindical dos «profissionais de segurança pública» (ASP) deverá em breve ser criada no âmbito de várias organizações sindicais relacionadas com o sector.

Na sede do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional, em Lisboa, reuniram-se quinta-feira passada os representantes desse mesmo sindicato juntamente com representantes da Associação Sindical dos funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária, da comissão executiva nacional dos trabalhadores judiciais, do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPASA) e da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP). Da reunião resultou a formação de uma comissão organizadora daquela frente sindical.

Num telex do mesmo dia, assinado por essa comissão, afirma-se que o objectivo da reunião foi «estudar e coordenar acções de solidariedade, em ordem ao exercício do direito de associação sindical pelos profissionais da PSP».

A sede provisória da comissão formada por aquelas organizações sindicais fica na Rua do Conde Redondo, 56, 3.º-Esq., em Lisboa, onde está instalado o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional.

De acordo com a comissão, que tomou «conhecimento de que se preparam medidas disciplinares contra dirigentes da Pró-ASP/PSP, as organizações sindicais presentes declaram o seu mais veemente repúdio e comprometem-se a participar na denúncia de tal prepotência e na solidariedade para com aqueles que pretendem exercer direitos democráticos».

# Greve nacional

Depois do «cordão humano» de quinta-feira passada em volta do Ministério da Educação (fotos), as organizações sindicais unitárias de professores, com destaque para a Fenprof, que efectuou recentemente o seu III Congresso, marcaram para hoje, dia 11, uma greve nacional dos professores que, perante a proposta do Governo chamada «reforma do sistema retributivo da Função Pública», se deve prolongar, podendo efectuar-se também nos dias 16 e 17 do corrente, como aliás ficou aprovado no decorrer dos trabalhos do Congresso.

De acordo com o secretariado nacional da Fenprof, «na origem imediata destas acções está o facto de o Governo e o Ministério da Educação terem desrespeitado os compromissos que haviam assumido quanto à apresentação de uma grelha salarial para o estatuto dos professores, em negociação. Os docentes, que há vários anos vêm pugnando por um estatuto efectivamente revaloriza-

dor da profissão, estão dispostos a empreender todas as acções que se perspectivam para a realização deste seu objectivo.



# Interjovem lança campanha

A Interjovem vai lançar uma campanha contra a precariedade do emprego, que prejudica gravemente os jovens.

Aquela estrutura da juventude da CGTP, que anunciou para ontem um encontro com os jornalistas vai participar no Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se efectua de 1 a 8 de Julho na Coreia do Norte.

Além dos «programas de formação IJOVIP» — uma das questões anunciadas para o encontro com os jornalistas — o gabinete de Imprensa da CGTP informou também que a Interjovem participa no 6.º Congresso da central, a efectuar em Lisboa, entre 17 e 20 do corrente.

## Parlamento Europeu

# AVEIRO

## 5 dias de acção

Para a CDU do Distrito de Aveiro o período que decorreu entre 4 e 8 de Maio marcou decisivamente o arranque da pré-campanha eleitoral. Muitas coisas se programaram e foram feitas: visitas de candidatas; sessões e debates públicos; entrevistas à comunicação social; propaganda visual com faixas, pendões e cartazes; propaganda móvel com carros de som e com avioneta; distribuição de folhetos. Tudo isto com o envolvimento de dezenas de activistas constituindo bom prenúncio de uma campanha diferente.

Elemento central destes dias foi a deslocação ao Distrito da candidata Maria Santos para cumprimento de um intenso programa, durante o qual foi acompanhada pelo também candidato José Manuel Amaro além de outros activistas das diferentes componentes da CDU.

Durante o seu périplo pelo Distrito Maria Santos e José Amaro tiveram oportunidade de contactar com diferentes situações e com muita gente. Passaram pelo complexo químico de Estarreja visitando empresas — embora não tantas quantas quisessem já que a ISOPOR, principal acusada de poluição nos dias que correm e propriedade da multinacional DOW CHEMICAL, recusou «educadamente» a visita. Contactaram com organizações de agricultores de Ovar e Cacia que se sentem prejudicados pelas poluições, contactaram nas ruas e mercados com as populações de quatro concelhos, realizaram duas sessões/debate concorridas e animadas em Espinho e Ovar, trabalharam com a comunicação social — Maria Santos deu três entrevistas a rádios locais, jornalistas acompanharam partes das deslocações e realizou-se um almoço de trabalho com a comunicação social em Aveiro com a participação de seis importantes órgãos.

### A «transparência verde»

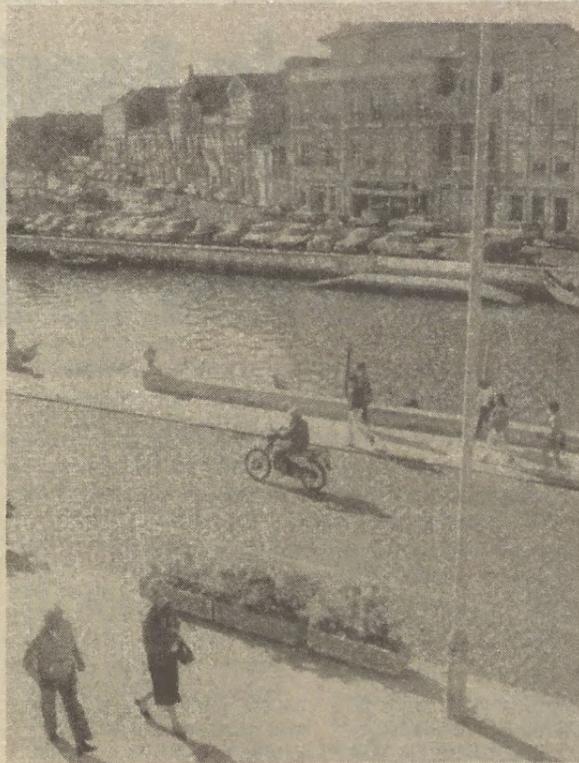
As duas sessões/debate foram espaço onde os candidatos expressaram os seus pontos de vista sobre a actividade e perspectivas das respectivas forças políticas bem como da sua harmonização no seio da Coligação Democrática Unitária. Maria Santos deu conta do papel de «os Verdes» na Assembleia da República, das suas iniciativas legislativas bem como dos seus resultados referindo em particular a posição do PSD inviabilizando o projecto de «os Verdes» sobre a questão da plantação indiscriminada de eucaliptos. Tal projecto propunha uma moratória de um ano na plantação: «parar para pensar». A este respeito a candidata da CDU afirmou que aquela

atitude do PSD reflecte o que a CEE pretende para Portugal — a venda de sol, de praias e de pasta de papel. Os investimentos em curso nas multinacionais CELBI e SOPORCEL, atingindo no conjunto 180 milhões de contos, são disso prova.

Maria Santos deu também conta da ligação do seu partido ao conjunto do movimento internacional ecologista destacando a participação no Congresso de Paris (onde presidiu a uma sessão plenária) e os trabalhos da Coordenadora Verde que aprovou um conjunto de propostas comuns das organizações ecologistas dos países da CEE para as próximas eleições.

Acerca dessas propostas e relacionando-as com os frequentes rumores e notícias sobre acidentes químicos na região, Maria Santos falou da exigência da «transparência verde» concluindo que a democracia política se avalia na possibilidade de os cidadãos terem acesso à informação sobre os dados relativos ao ambiente.

Tanto em Espinho como em



Ovar, Maria Santos apelou para o voto na CDU rematando as suas intervenções declarando que acredita na sua «eleição para o Parlamento Europeu porque há já uma forte consciência de que é preciso uma voz «verde» portuguesa na Europa».

### De mãos limpas e olhos nos olhos

José Amaro, também candidato e membro da CDA do PCP e da Coordenadora Distrital da CDU, destacou pelo seu lado a posição privilegiada da CDU nestas eleições.

Referindo-se concretamente ao PCP, José Amaro lembrou que não existe contradição entre a posição relativamente à adesão e o nosso empenhamento nestas eleições, afirmando a propósito que «fizemos crítica e fizemos oposição mas, simultaneamente, aprofundámos o tema em diversas iniciativas de Norte a Sul do País. Temos conhecimentos que nos colocam em posição ideal para intervir» e, mais adiante, «... é certo que existem na

CEE coisas positivas que devem ser aproveitadas e têm que o ser. Mas há também que tomar consciência dos impactes negativos em diversos sectores planificando a tempo as intervenções adequadas.» De entre os argumentos demonstrativos das razões que assistem à CDU para se afirmar como verdadeira alternativa de voto nestas eleições, José Amaro destacou que «não temos compromissos com a adesão, não estamos ligados a grupos económicos e financeiros. Temos as mãos limpas, podemos enfrentar o

eleitorado de olhos nos olhos e o eleitorado sabe que também nestas eleições haverá correspondência entre as palavras e os actos da CDU».

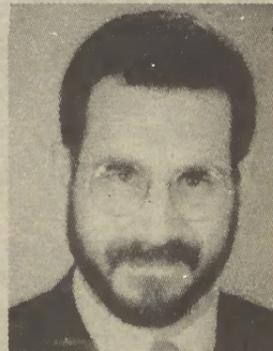
Respondendo a perguntas colocadas por jovens em Ovar, José Amaro apelou a que se recuperasse a capacidade de indignação perante situações como a da aplicação dos fundos estruturais na formação profissional. «A aplicação do FSE no nosso país, nesta área, mais não é do que o escamotear transitório dos

problemas de desemprego, sem que sejam resolvidas as questões de fundo criando saídas profissionais seguras e estáveis para a juventude». Continuando a apresentar as perspectivas da CDU em questões tão vivas quanto a necessidade de concretização da dimensão social da CEE, de se proceder à harmonização das condições de vida e de trabalho pelos padrões mais elevados, por cima e não por baixo, José Amaro destacou a importância das eleições de 18 de Junho no quadro da situação política e social, apelando a que elas demonstrem o real isolamento do Governo.

### Festival aéreo

O programa da deslocação dos candidatos decorreu em íntima ligação com a expressão distrital da jornada nacional de esclarecimento e propaganda da CDU, sendo, no seu conjunto, uma iniciativa muito destacada. Mas não se ficou por aí. Desde a passada quinta-feira que o visual das cidades e vilas do Distrito e das principais vias de comunicação foi devidamente alindado com faixas, pendões e cartazes da CDU.

Também desde quinta-feira que os carros de som percorreram várias zonas do distrito tocando milhares e milhares de pessoas em mercados, feiras (Espinho), romarias (Buçaquinho), empresas e praias, muitas vezes em apoio a distribuições de documentos



por mão própria. Alguns dos principais jogos de futebol (Aveiro e Feira) receberam brigadas de agitação à entrada já que a saída a disposição do adepto pode não ser a melhor e o que se encontra fora do estádio é que «paga as favas» da má disposição. Em Aveiro, no jogo Beira Mar-Chaves, a CDU voou bem alto e participou num autêntico festival aéreo sobre o estádio. Uma avioneta que puxava uma manga com o símbolo da CDU e com o slogan «CDU é melhor» juntou-se a outras duas que ali circulavam dando força ao Beira Mar. O estádio Mário Duarte foi o ponto mais a sul de um circuito que levou a avioneta-CDU a sobrevoar as principais localidades do distrito, os principais jogos de futebol e as praias do litoral entre Aveiro e Espinho. Tal como a avioneta, a pré-campanha descolou bem. O conjunto das acções realizadas teve impacto evidente e terá surpreendido os eleitores e as outras forças políticas, pelo que a reacção irá certamente surgir. Por isso há que preparar e organizar as coisas para que, utilizando a expressão de um dos activistas envolvidos, «não se perca a pedalada».

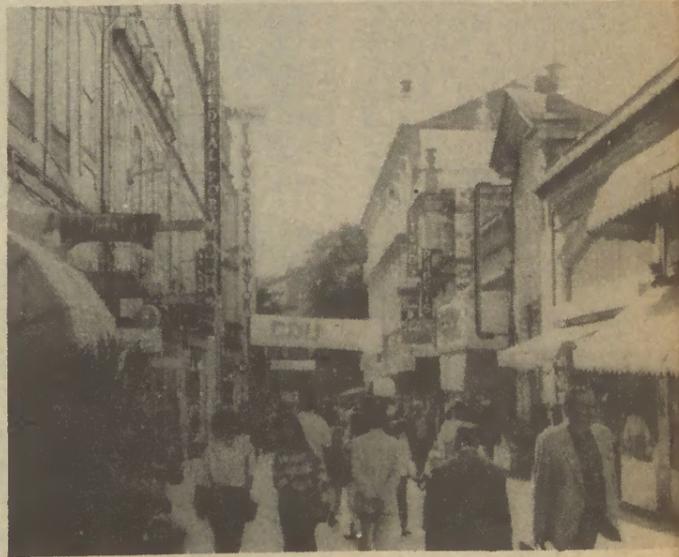
# VISEU

## CDU debate regionalização

A integração na CEE e a necessidade da criação das Regiões Administrativas, no âmbito do desenvolvimento regional, foi tema de debate em Viseu, no passado sábado, numa iniciativa promovida pela CDU, no salão da Assembleia Municipal da cidade. Contando com a participação dos camaradas Barros Moura e João Torrado, respectivamente deputado no Parlamento Europeu e candidato do distrito de Viseu pela CDU às eleições de 18 de Junho, o debate mobilizou cerca de uma centena de pessoas dos mais diversos

sectores económicos e sociais. Empresários, médicos e outros técnicos de saúde, professores, estudantes, trabalhadores, dirigentes sindicais, advogados, dirigentes de diversas associações e eleitos em autarquias locais, participaram activamente na iniciativa, contribuindo com as suas experiências para o levantamento dos principais problemas com que o distrito se confronta. Entre as questões abordadas, importa referir as respeitantes à implantação de empresas estrangeiras na

região visando apenas a exploração da mão-de-obra barata e desqualificada; a questão dos direitos humanos face à discriminação e às perseguições por motivos ideológicos bem como a defesa dos interesses dos trabalhadores; o problema dos deficientes; as várias carências no domínio da formação profissional, do ensino, do turismo, do termalismo, na protecção do meio ambiente. O debate, presidido por uma mesa constituída, além dos candidatos, pelos camaradas Mário Grandra, Jaime Galheiro (do Conselho Consultivo Nacional da CDU) e Maria da Graça Marques Pinto (do Organismo de Professores do PCP), demonstrou que existem no distrito enormes potencialidades, que com



uma correcta política de desenvolvimento e com a Regionalização transformariam Viseu num importante pólo de progresso na zona centro do País. A terminar os trabalhos, o camarada João Torrado referiu as propostas da CDU para o distrito e a importância do voto nesta coligação nas eleições para o Parlamento

Europeu. Barros Moura, por seu turno, após salientar que na qualidade de deputado no PE prestava contas, com a sua presença, da actividade desenvolvida pelos deputados comunistas naquela instituição, apresentou as propostas que o PCP e a CDU defendem para os problemas nacionais, no âmbito da integração.

Parlamento Europeu

# AÇORES

## Compromisso da CDU

Os candidatos da CDU às eleições de 18 de Junho assumiram formalmente o compromisso de defesa dos interesses específicos da Região Autónoma dos Açores no Parlamento Europeu, num Encontro Regional da CDU-Açores, que teve lugar no passado sábado em Ponta Delgada, e que contou com cerca de cinco dezenas de participantes provenientes de toda a Região Autónoma.

Este Compromisso da CDU para com os problemas específicos dos Açores foi publicamente divulgado numa Conferência de Imprensa em que estiveram presentes o deputado do PCP no PE Carlos Aboim Inglez, a candidata independente Lúcia Lemos, e ainda José Decq Mota, membro da Comissão Política e responsável da DORAA do PCP. Tendo como ponto de partida a análise das dificuldades e a complexidade da situação enfrentada pela Região Autónoma dos Açores, que se encontra entre as regiões mais desfavorecidas da Comunidade Europeia, os candidatos da CDU

comprometem-se a continuar a agir no Parlamento Europeu no sentido de que os problemas específicos dos Açores tenham um tratamento adequado por parte da Comunidade. Esta linha de acção tem aliás sido seguida na presente legislatura, sendo de sublinhar a contribuição dada pelos deputados do PCP em todo o processo que culminou com a aprovação pelo PE do «Programa Comunitário em favor das Regiões Autónomas Portuguesas», elaborado pelo deputado comunista espanhol Gutierrez Diaz, e em que se sublinha a grave situação da Região.



★ ★ ★  
★ ★ ★  
**18**  
★ ★ ★  
★ ★ ★  
★ ★ ★  
**JUNHO**  
★ ★ ★  
**ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU**

É este conhecimento dos problemas, e a capacidade e empenhamento já demonstrados, que permitem aos candidatos da CDU vir agora tomar publicamente o compromisso de se baterem, também no quadro do Parlamento Europeu, pelo «reconhecimento das especificidades, dificuldades e atrasos estruturais da Região, fundamentalmente derivados da insularidade e situação periférica extrema, e que exigem medidas apropriadas». De entre as medidas necessárias, a CDU sublinha as «derrogações de prazos e limitações aplicáveis a situações de grande especificidade como, por exemplo, o sector leiteiro e o sector de pesca artesanal; criação de apoios específicos com vista à viabilização e incremento futuro da agro-pecuária e laticínios, à diversificação das actividades

produtivas, da agricultura às pescas, das indústrias ao turismo; criação de apoios para a solução do problema dos transportes, nomeadamente através da aplicação de tarifas de transporte privilegiadas às mercadorias, para além das que já beneficiam os cidadãos residentes; manutenção de regimes fiscais específicos; e criação de apoios com vista ao aproveitamento dos recursos energéticos». Os candidatos da CDU propõem-se contribuir para a negociação de uma «preferência comunitária», que permita o escoamento dos principais produtos da economia regional açoriana, após a criação do Mercado Único até 1992, e «impulsionar a concretização de uma Operação Integrada de Desenvolvimento com um conteúdo adequado à diversidade e à natureza dos

problemas concretos da Região». Concretamente, os candidatos da CDU comprometem-se a apresentar durante o processo orçamental para 1990, a proposta de inscrição de «uma linha autónoma com verbas específicas» que venha permitir a concretização das orientações e medidas apontadas pelo relatório Gutierrez Diaz (já aprovado pelo Parlamento Europeu), revistas e redefinidas pela Assembleia e Governo Regional com a participação das autarquias locais e agentes económicos. Desta forma, tal como se sublinha no Compromisso, «garantir-se-ia que as verbas para esse efeito constituam um acréscimo às verbas globais à partida destinadas ao nosso país».

específica, para além daquelas que couberem aos Açores através da aplicação nacional do FEDER». Por outro lado, os candidatos da CDU comprometem-se a actuar no sentido de ser «aumentado globalmente o montante dos fundos estruturais, a par da diminuição da comparticipação portuguesa», de forma a não agravar a dívida pública do Estado e a não ser aumentada a dívida da Região Autónoma dos Açores. A Coligação Democrática Unitária coloca também como seu objectivo intervir no sentido de que o princípio da coesão económica e social se traduza em medidas concretas, calendarizadas, que tenham reflexos positivos na vida das populações, e lutar por uma Europa inteira de Paz, cooperação e solidariedade, com respeito pela voz das Nações e das Autonomias, incentivar a solidariedade activa entre todas as forças que na CEE combatem o desemprego, o trabalho precário, as desigualdades perante a cultura, a saúde e a habitação, procurando conjugar esforços em acções que visem a redução das desigualdades e desequilíbrios regionais, e do atraso das regiões menos favorecidas. Este Compromisso da CDU é mesmo para cumprir. As provas dadas são disso garantia.

### Um compromisso explícito e concreto

Ainda no plano dos apoios financeiros, a CDU propõe-se agir no sentido de que «uma parte da verba do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – gerida autonomamente pela Comissão das Comunidades (15% do FEDER), tenha como destino a Região Autónoma dos Açores» uma região ultra-periférica de fraco desenvolvimento. Para a CDU essas verbas deverão ser atribuídas «no âmbito de uma acção comunitária

## Política florestal e o problema do eucalipto

A Comissão Coordenadora Distrital de Santarém da CDU promove no próximo domingo, no Convento de S. Domingos em Abrantes, um debate sobre «Política Florestal e o Problema do Eucalipto». O debate, com início marcado

para as 14.30 h, contará com a participação de Joaquim Miranda, Maria Santos, António Murteira, Rogério de Brito e Raimundo Cabral, estando aberto à participação dos agricultores e população interessada, bem como da

comunicação social. O tema em análise é da maior actualidade e de interesse nacional, já que em causa está a ausência de um Plano de Ordenamento Florestal que assegure o desenvolvimento harmonioso da floresta e respeite a área agrícola. A prosseguir a plantação indiscriminada de eucaliptos que tem vindo a ser praticada em Portugal, há razões para temer grandes desequilíbrios no futuro que ponham em causa o equilíbrio ecológico,

designadamente com a desertificação dos terrenos, o isolamento das populações, o desaparecimento acelerado do Pinhal, Oliveira montado de Sobre, a rarefacção das populações, o desaparecimento de importantes espécies cinegéticas. O objectivo da iniciativa é o de analisar profundamente estes problemas, num debate alargado, para a defesa dos interesses dos agricultores e da população.

### Desenvolvimento das zonas fronteiriças

A Direcção da Organização Regional do Alentejo (DORA) do PCP, o Partido Comunista da Andaluzia e o Partido Comunista da Estremadura (de Espanha), promovem nos próximos dias 12 e 13, respectivamente em Badajoz e em Elvas, um Encontro transfronteiriço subordinado ao tema «O Desenvolvimento das Zonas Fronteiriças/Alentejo/Andaluzia/Estremadura e as Eleições para o Parlamento Europeu». A iniciativa insere-se na luta pelo desenvolvimento regional promovida por aqueles partidos, conscientes da necessidade de desenvolver todos os esforços para captar os apoios disponíveis no âmbito dos Programas Transfronteiriços e do Programa de Desenvolvimento das Acessibilidades, fundamentais para o progresso das regiões em causa. Em representação do PCP participam no Encontro os candidatos ao Parlamento Europeu pela CDU, Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda, João Saraiva, António Murteira e ainda Bernardina Sebastião, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP. Na sexta-feira, às 10 horas, antes do início dos trabalhos, haverá um encontro com a comunicação social, em Badajoz, o mesmo sucedendo durante a sessão de encerramento, entre as 12 e as 13 horas do dia 13, na Biblioteca Municipal de Elvas, a que se seguirá um almoço convívio.

## Encontro em Setúbal com as candidatas

O que traz o mercado único às mulheres portuguesas? Que lugar têm as mulheres portuguesas na CEE? Estas algumas das questões que estarão em debate no próximo sábado, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Setúbal, no Encontro promovido pela CDU com as suas candidatas ao Parlamento Europeu, onde – também – as mulheres têm que reafirmar os seus direitos. A abertura dos trabalhos está marcada para as 10 e 30 horas, com uma intervenção da candidata ao PE e dirigente do Partido Os Verdes, Maria Santos, seguindo-se comunicações

do eurodeputado Aboim Inglez e de Odete Santos sobre as incidências do mercado único na situação da mulher trabalhadora, após o que será aberto o debate. Da parte da tarde, a partir das 15 horas, Rosa Maria Marques fará uma intervenção sobre a coesão económica e social e Helena Neves abordará a questão da participação da mulher na defesa da identidade cultural de Portugal face à CEE, temas a debater pelos participantes. A intervenção de encerramento estará a cargo de Helena Bastos, terminando o Encontro com um «moscatel de honra».



**Jantar-convívio da CDU** — Duas centenas de personalidades participaram no jantar-convívio que a Coligação Democrática Unitária realizou dia 3 de Maio no restaurante «Páteo Alfacinha». Uma nota do gabinete de imprensa da CDU/Lisboa refere, entre outros, os nomes de Alcina Bastos, Alexandre Alves, Amílcar Pereira, António Bogalho, António Teodoro, Armando Caeiro, Armando Pereira da Silva, Artur Ramos, Carlos Pinhão, Cunha Serra, David Lopes Ramos, Duarte Vidal, Fernando Piteira Santos, Francisco Ceia, Francisco Melo, Gilberto Lindim Ramos, Graça Mexia, Herberto Goulart, Io Appoloni, Jaime Relvas, João Corregedor da Fonseca, Levy Batista, Ludgero Pinto Bastos, Luís de Azevedo, Luís de Barros, Manuel Ferreira, Manuel Jorge Veloso, Manuel Lopes, Manuela Esteves, Miguel Portas, Nuno Gomes dos Santos, Orlando da Costa, Paulo Sucena, Pedro Ramos de Almeida, Rego Mendes, Rogério Paulo, Rosa Coutinho, Sérgio Ribeiro, Teresa Magalhães, Vila Branco, Vilaverde Cabral, Zeferino Coelho. Fizeram breves intervenções políticas Joaquim Miranda, Blasco Hugo Fernandes, José Saramago, José Barata Moura, Maria Santos, Carlos Carvalhas e Alvaro Cunhal. Estiveram também nesta iniciativa José Casanova, Aboim Inglez, António Borges Coelho, José Barros Moura e Rui Godinho.

# COIMBRA

## Integração europeia ameaça agricultura portuguesa



Hoje, mais que nunca, é evidente que a nossa agricultura não poderá em apenas 10 anos introduzir as alterações que lhe permitirão competir da forma aberta e em pé de igualdade com as restantes agriculturas de outros países da CEE; como hoje é mais evidente que nunca que a aproximação dos nossos preços com os preços comunitários — para mais em fase de estagnação — só se fará nos prazos estabelecidos pelo Tratado de Adesão se se verificarem radicais e inconvertíveis quebras dos rendimentos dos agricultores.

A afirmação é do camarada Joaquim Miranda, deputado no Parlamento Europeu e candidato da CDU às eleições de 18 de Junho, ao intervir no debate promovido por aquela organização em Coimbra, no passado domingo.

A iniciativa, cujo tema foi «O Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa e a CEE», contou com a participação de vários especialistas na matéria, tendo como principal objectivo, a par da análise da situação que se vive no sector, apresentar as propostas da CDU para a defesa dos interesses nacionais no respeitante à agricultura no âmbito da integração comunitária. Neste contexto, foram feitas as críticas à actuação do Governo Cavaco Silva, acusado, nas palavras de Joaquim Miranda, de transigir nas instituições da CEE aos interesses estrangeiros e, a nível interno, de seguir uma política «de particular e claro empenhamento aos interesses das indústrias de celulose, contra os interesses do país, da nossa agricultura e dos agricultores portugueses». Críticas também as fez o deputado comunista Lino de Carvalho, que na sua intervenção lembrou que na

Assembleia da República está em vias de aprovação «uma proposta conjunta PS/PSD» que propõe «a eliminação do conceito de Reforma Agrária, o enfraquecimento das barreiras constitucionais à reconstituição do latifúndio com o esvaziamento do artigo referente à sua eliminação, o fim da preferência constitucional pelos pequenos agricultores». Salientando a necessidade de «desmascarar o comportamento duplice do PS» — que como disse o deputado Almeida Santos na AR, só aceitou o que quis em matéria de revisão constitucional —, Lino de Carvalho sublinhou que é necessário lutar «por uma interpretação progressista da Constituição tal como, no terreno, os trabalhadores das UCP/Cooperativas lutam em defesa da Reforma Agrária e contra a ofensiva de que são alvo; os povos serranos lutam pelos seus inalienáveis direitos aos baldios; os agricultores lutam contra

formas de emparcelamento que lhes retira terras e favorecem os maiores proprietários; todos lutam por uma nova agricultura moderna e dinâmica, inseparável dos direitos e melhoria de vida de quem trabalha nos campos, necessário para enfrentarmos na melhor posição possível o Mercado Único e 1993».

### Preocupações legítimas

A política desenvolvida a nível interno tem naturalmente profundos reflexos no processo de adesão de Portugal à CEE e nas suas consequências para o país. Isso mesmo foi demonstrado no debate efectuado em Coimbra, onde por mais de uma vez ficou claro que **tanto as práticas do PSD como do PS, em matéria agrícola, vão de encontro às pretensões dos países ricos da CEE em manter Portugal como uma economia e uma agricultura apêndice.** Para tal, reduz-se ao máximo — como disse o camarada Alfredo Campos, da Comissão Distrital de Coimbra do PCP — a produção agrícola e pecuária e desenvolve-se, contra os interesses nacionais, a produção florestal com destino à produção de matéria-prima para as celuloses. **Com esta política — sublinha aquele camarada — a agricultura portuguesa não terá nunca qualquer possibilidade real de competir com os nossos**

**parceiros da CEE (...)** no fundamental seremos **importadores dos produtos agrícolas da CEE e dos países que com ela têm acordos.**

O que significa dependência. E a responsabilidade cabe sobretudo ao Governo pois, como disse Alfredo Campos, «se a Política Agrícola Comum e o Tratado de Adesão de Portugal à CEE não respeitam a especificidade da nossa agricultura, com a maleabilidade e prazos suficientes para não provocarem nem sobressaltos nem a ruína da larga maioria dos agricultores portugueses, o Governo PSD tem agravado a situação queimando etapas do período de adesão, quer encurtando prazos quer impondo limitações que o próprio Tratado de Adesão não exige».

O distrito de Coimbra sente bem as consequências dessa política. O desmantelamento da EPAC, a concorrência desleal dos sectores privados ao cooperativismo leiteiro, a escassez de agro-indústrias, as tentativas de retirar os baldios aos povos, o combate à produção de vinho nas zonas não abrangidas pelas regiões demarcadas da Bairrada e do Dão, a eucaliptização indiscriminada, são apenas alguns exemplos a atestar a gravidade da situação.

Para fazer face a esta situação os candidatos da CDU têm propostas concretas, como disse a encerrar o debate, em jeito de conclusão, o camarada Agostinho Lopes, membro

★ ★ ★  
★ ★ ★  
**18**  
★ ★ ★  
★ ★ ★  
**JUNHO**  
★ ★ ★  
★ ★ ★  
**ELEIÇÕES  
PARA  
O PARLAMENTO  
EUROPEU**

## 8 propostas

1. A obtenção de prazos, derrogações, ritmos e alterações no Tratado de Adesão que permitam um «encaixe» suave da nossa agricultura, sem destruição das pequenas e médias explorações agrícolas e ou redução dos rendimentos dos agricultores.

2. A necessidade de mais fundos — comunitários e nacionais — para a agricultura, no apoio a reconversões e reestruturações e para sustentação de rendimentos agrícolas.

3. A orientação dos investimentos de acordo com os objectivos propostos: maior produção, melhoria da produtividade da terra e do homem, num desenvolvimento equilibrado do uso da terra, na redução das assimetrias regionais.

4. A adequação dos regulamentos comunitários, eliminando barreiras burocráticas, financeiras, políticas, normativas, no acesso dos pequenos e médios agricultores, UCP, cooperativas, ou que imponham limites aos volumes de produção.

5. Uma política de preços e mercados que assegure um crescimento dos rendimentos agrícolas ao nível das outras camadas sociais.

6. O apoio ao desenvolvimento e implantação de agro-indústrias e de aproveitamento industrial dos recursos da floresta.

7. A protecção do sistema produtivo nacional do assalto do capital multinacional — solo agrícola; ordenamento agroflorestal; mercados e infra-estruturas públicas de comercialização e transformação.

8. Um plano de modernização da agricultura nacional — uma revolução tecnológica para os campos portugueses: mecanização; gestão da água; revolução química e biológica; organização dos agricultores.

suplente da Comissão Política do PCP. Apostando na defesa dos interesses nacionais, para o que é fundamental o reforço da representação da CDU no Parlamento Europeu, os deputados ao PE propõem-se orientar a sua acção por três vectores: a defesa da Reforma Agrária e das pequenas e médias explorações agrícolas; o aumento da produção

agropecuária; o aumento dos rendimentos dos agricultores. Para a concretização daqueles objectivos, os participantes no debate de Coimbra apresentaram oito propostas, que publicamos em separado, na certeza de que o contributo dos deputados da CDU será decisivo para a defesa dos interesses dos agricultores e da agricultura portuguesa no Parlamento Europeu.

# PORTIMÃO

## Pescas portuguesas em risco face à CEE

**A defesa das pescas nacionais no quadro da Europa Azul impõe a ocupação da Zona Económica Exclusiva (ZEE) nacional, entendida como exploração integral e racional dos seus recursos pelas nossas frotas, armadores e pescadores portugueses, até 1993, concluiu o debate promovido pela CDU em Portimão, no passado sábado.**

A iniciativa, muito participada, contou com intervenções de João Andrade Santos, candidato ao Parlamento Europeu, Emídio Cadima, professor universitário, Jerónimo Teixeira, economista, José Moita, membro do Conselho Nacional da CGTP, Luís Catarino, candidato a deputado, Carlos Luís Figueira, da Comissão Política do PCP, João Lopes e José Amador, membros da direcção da Mútua dos Pescadores, entre outros. O debate desta questão, como sucede em relação a outras importantes para a

economia e interesses nacionais, reveste-se do maior interesse, tendo em conta a posição que o sector das pescas portuguesas ocupa no conjunto dos países da CEE, por um lado, e na economia nacional por outro. Como foi recordado em Portimão, a CEE, em bloco, é hoje a 4.ª potência pesqueira mundial, a seguir ao Japão, à URSS e à China. No seio da Comunidade, a Espanha aparece como a primeira nação pesqueira, com uma frota em expansão. E Portugal? Pequeno país, com pouca

capacidade contratual — como afirmou Andrade Santos — Portugal «levou» para a Comunidade a maior Zona Económica Exclusiva, que não explora sozinho. O problema é que, devido à negociação apressada do Tratado de adesão, a ZEE portuguesa foi aberta a mais de uma centena de palangreiros e arrastões espanhóis, sem por seu lado dispor de uma frota que lhe permita fazer capturas equivalentes em águas espanholas. Acresce que Portugal tem uma frota envelhecida, uma aquacultura incipiente, uma indústria de transformação tradicional relativamente obsoleta e dificuldades em aguentar os seus mercados tradicionais (menos 27 por cento de conservas vendidas para o mercado comunitário em dois anos de integração). Ou seja, as pescas

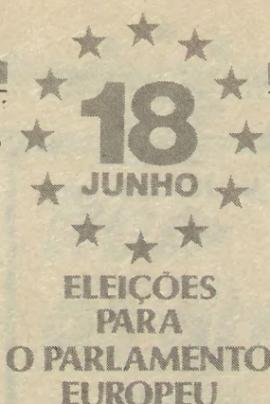
portuguesas não se encontram nas melhores condições (longe disso) para enfrentar o Mercado Único de 1993. Apesar da integração na CEE, como salientou Andrade Santos, ter aberto a possibilidade de utilização de fundos comunitários para a renovação da frota nacional, de se anunciarem investimentos de milhões e milhões de contos em modernizações e novas construções, o facto é que a produção com origem em capturas efectuadas na ZEE nacional vai diminuindo, o que mostra que se está claramente numa situação de **produção de custos crescentes e rendimentos decrescentes.** Exemplo da situação preocupante que se vive no sector é o facto das importações de pescado virem a aumentar num ritmo

crescente: de menos de 100 mil toneladas em 1983, as importações subiram para mais de 140 mil em 1985 e para 180 mil em 1987, com um valor de cerca de 60 milhões de contos. Em 1988, importou-se mais pescado do que cereais! De acordo com as conclusões do debate de Portimão, a **defesa das pescas nacionais passa por uma política de ocupação da ZEE, que implica uma investigação aplicada para a defesa dos recursos e o apoio à modernização da indústria transformadora, uma fiscalização eficaz contra a presença ilegal de outras frotas estrangeiras nas águas portuguesas, e sobretudo uma política de modernização da frota.** Por outro lado, considera-se essencial que as **pescas nacionais ofereçam uma resistência crescente à**

**concorrência estrangeira, exige-se apoios específicos à pesca da sardinha e indústria conserveira e à pesca longínqua.** Em Portimão foi ainda defendido o **apoio à aquacultura**, para o que se impõe a revisão urgente da legislação em vigor, **um novo regime jurídico do contrato individual de trabalho e ratificação pelo Governo das convenções da OIT sobre bem-estar do pessoal do mar, protecção e segurança social.** Na opinião dos candidatos e técnicos da CDU, para que esta política de defesa dos interesses nacionais possa ser eficazmente apoiada nas instâncias comunitárias importa **alargar o debate destas questões aos que trabalham na pesca, mobilizando-os para a reivindicação.**

# PORTO

## Carlos Carolhas divulga propostas de recuperação do Centro Histórico



No âmbito da sua primeira visita ao Porto, como cabeça de lista da CDU para as eleições para o Parlamento Europeu, o camarada Carlos Carolhas, membro da Comissão Política do Comité Central, reuniu com o presidente da Câmara Municipal do Porto, Fernando Cabral, e teve um encontro com jornalistas e outros profissionais da comunicação social da região. Na reunião com o presidente da Câmara, Carlos Carolhas, que se encontrava acompanhado por Viriato Pina Moura, membro do Comité Central e candidato ao PE, apresentou a iniciativa tomada pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu sobre a recuperação do Centro Histórico do Porto, bem como uma exposição referente ao Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), às suas incidências na Área Metropolitana do Porto e à posição da CDU visando a salvaguarda da intervenção das autarquias e das regiões na sua elaboração e acompanhamento.

Na proposta entregue no Parlamento Europeu, os deputados comunistas referem «o alto valor patrimonial, histórico, cultural da Zona Histórica da cidade do Porto e a relevância económica e social, e (consequentemente) turística que a mesma assume para a cidade e para Portugal» e que «os montantes necessários à recuperação e à reabilitação deste núcleo central do Porto, a urgência que deve ser colocada no combate à degradação profunda e crescente que a atinge e, bem assim, o rigor que deve presidir às obras a efectuar e aos objectivos a atingir na sua concretização são — no conjunto — incompatíveis e incompatíveis para

com o orçamento municipal (e não têm encontrado, também no orçamento nacional, por razões diversas, as respostas suficientes)».

Neste contexto, propõem que o Parlamento Europeu considere necessário e urgente «que a Comunidade, com os mecanismos e pelos meios mais adequados — nomeadamente financeiros — apoie as medidas de recuperação e reabilitação da Zona Histórica da cidade do Porto, na base de projectos a apresentar pelo respectivo município e em estreita articulação com este e com o Governo português».

Na exposição sobre o processo de debate e apreciação

do PDR entregue ao presidente da Câmara do Porto refere-se, nomeadamente, que ele «poderia ser em parte substancial um instrumento e contributo ao desenvolvimento nacional e das regiões se fossem preenchidas antes de mais três condições institucionais: se o processo da sua elaboração consagrasse a intervenção do sistema de planeamento em todas as instâncias e reservasse as competências próprias dos órgãos de soberania (particularmente da Assembleia da República) e dos órgãos do Poder Local; se todo o processo fosse desenhado tendo como matriz a intervenção e participação dos agentes económicos, sociais e culturais, instituições e populações, se, simultaneamente, com o PDR fosse esboçado o traçado das regiões administrativas, pelo desenvolvimento

e aceleração da regionalização do continente».

Como nenhuma destas condições foi entretanto preenchida, foi dado conhecimento das várias iniciativas da CDU e do PCP, através do seu Grupo Parlamentar, visando «desgovernamentalizar o segredo que envolvia a elaboração do PDR», no âmbito do Parlamento Europeu e, no que refere às suas incidências na região do Porto, no Seminário da CDU sobre a Área Metropolitana do Porto, recentemente realizado.

### As soluções da CDU

Na altura, foi transmitido ao presidente da Câmara Municipal do Porto o ponto da situação das questões envolvendo a Área Metropolitana do Porto e o PDR, nomeadamente através da entrega do estudo que

sobre o tema foi realizado quando da realização do referido seminário. Do mesmo modo, tendo em conta que «o PDR não é ainda um plano acabado», que «haverá ainda lugar ao estabelecimento do quadro comunitário de apoio e mesmo depois da sua aprovação, será objecto de revisão e reajustamento anuais», ficou expressa a disponibilidade da CDU «para a consideração do apoio a prioridades, programas e acções que no entender das autarquias da região do Porto consubstanciem necessidades e aspirações desta importantíssima região do País».

Um encontro com jornalistas do Porto, foi outro ponto importante do programa cumprido por Carlos Carolhas no Porto, no passado dia 4 de Maio. Durante cerca de duas

horas, em conversa animada e informal, respondeu, com Viriato Pina Moura, às diversas questões colocadas pelos profissionais de órgãos de comunicação social escrita e da rádio. As soluções da CDU e o que a distingue das outras forças políticas («deve ser Portugal a definir o seu próprio desenvolvimento económico, social, cultural»), o compromisso que faz perante as populações («é o trabalho que temos feito e a nossa prática»), como vai ser a campanha eleitoral, o Plano de Desenvolvimento Regional, o problema do emprego e dos desempregados, o meio ambiente, a problemática do Vale do Ave, a insuficiência das verbas vindas da Comunidade, o financiamento da habitação, foram alguns dos muitos temas que foram introduzidos na troca de impressões realizada.

## Joaquim Miranda na AEP

Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu, e candidato da CDU nas próximas eleições de 18 de Junho, visitou na quinta-feira da semana passada as instalações da Automática Eléctrica Portuguesa — AEP — com o objectivo de se inteirar dos problemas actualmente vividos pela empresa, e das incidências para o seu futuro do processo de integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Para tal, o deputado Joaquim Miranda manteve encontros quer com representantes do Conselho de Administração, quer com membros da Comissão de Trabalhadores daquela empresa, que já viu reduzidos os postos de trabalho em 1200, desde meados de 1986. Conta agora com cerca de 1400 trabalhadores, cerca de 600 dos quais estão em risco de perder o seu emprego. Quanto às razões para esta situação, sobressai mais uma vez o tão falado conceito de «modernização», aqui concretizado na decisão favorável às «centrais digitais», em substituição das «centrais electromecânicas». Dos encontros que manteve na AEP, o deputado do PCP salientou a existência de «uma convicção generalizada de que tal decisão — opção digital — foi tomada de forma precipitada sem acautelar a defesa dos interesses da empresa». Para esta situação, algumas

alternativas possíveis foram apontadas: por exemplo, a continuação da produção de aparelhos telefónicos, e a construção de uma «estação pública digital rural», que poderia vir a representar a parte de produção nacional da digitalização. Em qualquer caso estas alternativas, na opinião do Conselho de Administração da empresa, só poderão ser postas em prática muito depois da satisfação da carteira de encomendas actual. O que coloca em sério risco os 600 postos de trabalho que já referimos. A opção digitalização foi aliás acelerada pelas transferências de verbas da Comunidade, nomeadamente para os CTT. Uma opção que põe em causa a existência de produtores autónomos, trazendo um acréscimo da concorrência neste sector das telecomunicações. A propósito saliente-se que está neste momento a ser discutida nas instâncias da CEE uma directiva que aponta para a abertura do mercado a 70%, quando actualmente é de apenas 10%. Recorde-se também que apenas 6 grandes grupos multinacionais dominam o sector das telecomunicações. Será a AEP mais uma empresa a desmantelar? A Comissão de Trabalhadores acusa a Administração de o pretender, «não estando inocente em todo este processo».

## Sector Alfandegário

### 185 mil postos de trabalho em risco

Com a criação do Mercado Único de 1992, estão ameaçados 85 mil postos de trabalho directos e mais de 100 mil indirectos no sector dos Serviços Alfandegários, «dada a abolição de controlos e formalidades nas trocas comerciais no interior da Comunidade», reconhece a Comissão da CEE na resposta a uma pergunta do deputado do PCP no Parlamento Europeu, Aboim Inglês.

Citando as conclusões de uma reunião recentemente realizada em Barcelona entre

a Federação de Transportes, Comunicações e Mar da Catalunha, e o Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros e Despachantes em Empresas de Portugal, o deputado comunista referia aqueles números e questionava a Comissão da CEE sobre que medidas estão a ser encaradas para «fazer face às consequências previsíveis» para o sector, decorrentes da criação do Mercado Único. Na sua resposta, a Comissária Scrivener salienta que a Comissão «registou com interesse a posição

expressa» por aquelas organizações sindicais, e adianta que, «no plano social, o Fundo Social Europeu pode intervir em acções destinadas a promover a estabilidade do emprego e a desenvolver novas possibilidades de emprego». Acrescenta ainda a Comissária que «a intervenção comunitária, nomeadamente sob formas de subvenção global, incide sobre programas operacionais e associações de projectos», os quais deverão ser apresentados à

Comissão pelos organismos responsáveis, através do Governo. Aboim Inglês, na sua pergunta à Comissão da CEE, recordava ainda que as organizações sindicais «consideram urgente a criação de Comissões Tripartidas para elaborar um plano de reconversão do sector que o viabilize, e a adequação ao Mercado Interno sem despedimentos, e bem assim medidas de modernização e eficácia da sua gestão, simplificação de trâmites e unificação de normas e documentos».

## Alentejo e o PDR

Também no Alentejo a intervenção da CDU nas eleições de 18 de Junho tem privilegiado e vai continuar a privilegiar o diálogo aberto com as populações e com as diversas forças sociais, económicas e culturais. Na semana passada, dois candidatos da Coligação — António Murteira e João Saraiva — encontraram-se em Beja com as Associações de Municípios, União Sindical, Secretariados de UCP's/Cooperativas, MURPI, entre outras. Expondo posteriormente as principais propostas dos candidatos da CDU para o desenvolvimento do Alentejo, António Murteira salientou que o **Manifesto Eleitoral/Desenvolver o Alentejo** «recolhe a participação de um leque muito alargado de organizações e pessoas e procura ser o ponto de partida para a convergência acerca da estratégia de desenvolvimento necessária para os distritos de Beja, Évora e Portalegre, no novo quadro da integração na CEE». Para os candidatos da CDU, qualquer política de desenvolvimento terá que suscitar uma base social de apoio sólida; caso contrário está votada ao fracasso. A demonstrá-lo, segundo António Murteira, estão os «13 anos de políticas neoliberais e 3 anos de integração conduzida» que levaram o alentejo à estagnação económica, à degradação social e à desertificação. A situação vivida hoje no Alentejo, traduz bem «o fracasso da política económica e social do governo do PSD: taxa de desemprego, que atinge no Alentejo a taxa de 18%; míseras pensões de reforma; desrespeito das liberdades sindicais; suspeitas de utilização indevida dos fundos da CEE; contínuo assalto às UCP/Cooperativas, pondo em risco mais

postos de trabalho; projectos «esquecidos» nas gavetas, como o do Alqueva, da exploração das pirites, da transformação da cortiça; regionalização adiada». Uma política com a qual Portugal nunca irá ganhar.

Para o desenvolvimento do Alentejo, a CDU propõe antes uma política que prepare Portugal para a completa integração na Comunidade Europeia. Os candidatos da CDU propõem-se agir em defesa dos interesses nacionais, dando voz à necessidade «de renegociação ou readaptação do clausulado do Tratado de Adesão; lutando pelo reconhecimento efectivo de especificidade da agricultura portuguesa, pelo aproveitamento dos nossos recursos e o desenvolvimento de novas actividades; pela concretização dos Planos Integrados das Operações Integradas de Desenvolvimento; pela recusa de modelos de economia semiperiférica; pela concretização da coesão económica e social e a igualização no progresso das condições de vida e de trabalho» de forma a impedir a acentuação dos desequilíbrios existentes e procurando reduzi-los.

Os candidatos da CDU vão bater-se, quer no plano nacional, quer no Parlamento Europeu, por um Plano de Desenvolvimento Regional para o Alentejo, que tenham em conta as características, realidades e necessidades da região. Um PDR que inclua os projectos capazes de dinamizar o desenvolvimento económico e social, entre eles o Alqueva, o Plano de Rega, a metalurgia do cobre e do zinco, o apoio às UCPs e pequenos agricultores, e que leve à dinamização e instalação de novas indústrias.

Parlamento

★ ★ ★ ★ ★  
**18**  
 ★ ★ ★ ★ ★  
 JUNHO  
 ★ ★ ★ ★ ★  
 ELEIÇÕES  
 PARA  
 O PARLAMENTO  
 EUROPEU

## Pré-campanha em marcha

A pré-campanha eleitoral da CDU para o Parlamento Europeu está já em marcha em todo o país, como as páginas do «Avante!» bem testemunham. A par de grandes iniciativas, outras se sucedem a nível local, com particular destaque para a apresentação de candidatos e debates dos problemas regionais.

Foi o que sucedeu, por exemplo, no distrito de Vila Real.

Na sexta-feira o camarada Barros Moura, deputado europeu e Virgílio Alves, candidato transmontano da CDU ao PE, estiveram em Chaves numa animada sessão que contou com a participação de dezenas de pessoas e se prolongou por várias horas. Durante a tarde, os dois candidatos às eleições de 18 de Junho haviam participado num colóquio integrado nas comemorações dos 700 anos do Foral.

Entretanto, fruto do trabalho desenvolvido durante a semana, vão aparecendo por todos os concelhos do distrito as faixas e os pendões da CDU e é garantido que quem vá a uma feira receberá a propaganda da CDU entre dois dedos de conversa.

No próximo fim-de-semana, estará de visita à região Herculano Pombo, do partido «Os Verdes» e deputado na AR (ver Agenda). No domingo, o camarada Carlos Carvalhas, cabeça de lista da CDU ao PE, estará em Vila Real, onde, entre outras iniciativas, participará numa sessão-festa.

Em Bragança, a Jornada Nacional de Propaganda foi o pontapé de saída da pré-campanha. Logo no dia 3 a mensagem da CDU chegou às feiras de Mirandela e das Cantarinhas; seguiu-se um debate, na quinta-feira, em Bragança, na Biblioteca da Escola Preparatória Augusto Moreno, com a participação de Barros Moura e a que assistiram algumas dezenas de pessoas. Durante o fim-de-semana prosseguiram as acções de propaganda nas feiras de Macedo de Cavaleiros, Moncorvo, Vinhais e Vimioso e outras estão previstas para os próximos dias. O deputado Herculano Pombo (de «Os Verdes») visita Mirandela e Vale de Vilariça no próximo domingo.

## Apresentação de candidatos em Braga

Foi no passado sábado que a CDU promoveu, em Braga, a sessão de apresentação de dois dos seus candidatos e das propostas nacionais e regionais que se propõe defender face à integração europeia e ao mercado único de 1993.

No auditório da Casa dos Crivos, Sérgio Ribeiro, professor universitário, e candidato ao PE, apresentou as linhas gerais do manifesto-compromisso eleitoral da CDU, ficando as questões de desenvolvimento da região a cargo de Óscar Jordão Pires, advogado em Guimarães e também candidato da CDU ao PE.

Sérgio Ribeiro referiu-se à posição periférica de Portugal no contexto da Comunidade, pelo seu grau de atraso, e os sérios riscos de agravamento desse atraso se não forem acautelados os interesses nacionais, o que tanto o Governo com a sua política interna, como o comissário português Cardoso e Cunha (também do PSD) não fizeram nestes três primeiros anos de integração. Após referir os riscos resultantes desta política, Sérgio Ribeiro salientou que as propostas da CDU apontam para um Portugal verdadeiramente moderno e independente, consideram como prioridade desse desenvolvimento a sua dimensão social, visam assegurar que o progresso económico caminhe a par e promova a elevação do nível de vida, a melhoria das condições de trabalho, o acesso à saúde, à justiça, habitação, cultura, ao lazer e tempos livres.

Jordão Pires, por seu turno falou das propostas para a região, sublinhando que também não é possível encontrar uma alternativa para o desenvolvimento local com uma política como a do actual Governo. Venceu a importância da regionalização, cujo atraso faz parte da estratégia centralista do PSD ajudado pela mãozinha do PS nos acordos de revisão da Constituição. A propósito citou o caso da OID do Vale do Ave, dizendo que esta «operação integrada» foi incluída pelo Poder Central no PRD, ignorando praticamente os estudos feitos por uma equipa técnica competente e as respectivas conclusões, reduzindo a 25 milhões de contos um orçamento que inicialmente se esperava de 100 milhões e desprezando a opinião das populações e órgãos autárquicos.

Exemplos destes não faltam, a comprovar que não se pode desligar a actividade negativa do Governo a nível interno da política seguida nas instâncias comunitárias.

Razões a justificar plenamente o reforço da presença da CDU no Parlamento Europeu, onde se compromete a desenvolver como linhas prioritárias de acção a defesa da produção e do emprego, a melhoria das condições de vida e de trabalho, a defesa da identidade cultural, do ambiente e da riqueza turística da região.

Nacional

# A segurança e cooperação europeias vão ser debatidas em Portugal

Portugal e a Segurança e Cooperação Europeias é o tema de um Seminário onde participarão personalidades de países membros da NATO e Tratado de Varsóvia, numa organização do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) e que decorrerá na Universidade de Coimbra nos próximos dias 12 e 13.

Esta iniciativa do CPPC surge como forma de reivindicar que a posição portuguesa, na actual conjuntura de desanuviamento das relações internacionais, não seja de «bem comportado alinhamento e disponibilidade acrítica para a concretização de soluções bem longe de consensos, mesmo ao nível da Aliança e da Comunidade a que pertencemos». Tal é afirmado nos documentos daquele Conselho, distribuídos a semana passada, aquando do anúncio do Seminário numa conferência de imprensa onde estiveram presentes pelo CPPC, Sérgio Ribeiro, Helena Rato, Pezarat Correia e Corregedor da Fonseca.

O CPPC, «como movimento organizado de opinião pública», pretende que a opinião pública portuguesa esteja informada sobre esta questão, por forma a «influenciar, com o seu peso crescente, as posições verdadeiramente portuguesas», para que «a posição de Portugal não se demita da consideração prioritária dos interesses nacionais, de independência e autonomia, com os quais os compromissos internacionais» (NATO e CEE), «são compatíveis».

## Um Mundo a caminho da paz

Propostas a debate estão duas grandes áreas temáticas, precisamente **Segurança e Cooperação**, que se subdividirão em diversos temas, desde a corrida aos armamentos à consciencialização dos povos sobre os perigos dessa corrida, a Segurança e Direitos Humanos, a evolução do conceito de «Segurança Nacional» até ao conceito de «Segurança Comum». Em debate estarão também, entre outros temas, as influências da evolução técnica e científica, a internacionalização da economia, a defesa do equilíbrio ecológico e os processos de Cooperação entre os povos como solução para o progresso e felicidade.

Este seminário surge depois de em Janeiro deste ano ter terminado, em Viena de Áustria, uma reunião da Conferência de Segurança e Cooperação Europeias, onde os 35 países participantes se declararam decididos a «tirar partido da actual evolução positiva das suas relações, com a finalidade de fazer do desanuviamento um processo vital, global e verdadeiro, de

dimensão universal». Após esta reunião de Viena foram abertas negociações sobre as forças convencionais na Europa, que reuniu os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da NATO e Pacto de Varsóvia.

Paralelamente, também em Viena, os trinta e cinco países que assinaram a Acta Final de Helsínquia reuniram-se para adoptar medidas de confiança e segurança. Até 1992, altura para uma nova Conferência de Segurança e Cooperação Europeias, vão realizar-se três reuniões sobre os Direitos do Homem, e outras seis sobre «A cooperação económica, científica e tecnológica», «o ambiente», «a informação», «o património cultural», «a resolução pacífica dos diferendos» e «o Mediterrâneo». Após estas reuniões realiza-se, a 24 de Março de 1992, uma nova Conferência Balanço em Helsínquia.

«Construir a casa comum europeia», é o apelo geral feito por estas iniciativas, um apelo ao diálogo, à sua continuação e reforço, objectivo para o qual o CPPC pretende contribuir e que para além do Seminário de Coimbra contará com uma série de sessões-convívio na **Casa da Paz** em Lisboa, onde se realizará a 1.ª Assembleia dos representantes da opinião pública para a segurança e cooperação europeias e a participação portuguesa. Nes-

tas sessões também se discutirão a Acta de Helsínquia, a Actualidade da segurança e cooperação europeias e o tema: «que Europa será a nossa casa comum?».

Propõe-se assim o CPPC «reanimar um processo» de mobilização da opinião pública sobre este assunto. Na conferência de imprensa de apresentação destas iniciativas, o brigadeiro Pezarat Correia alertou para as recentes declarações do ministro da Defesa, Eurico de Melo, a admitir a hipótese de o território português servir de trânsito e estacionamento de armas nucleares.

Para Pezarat Correia as afirmações de Eurico de Melo colocam a dúvida sobre se são «um capricho ou compromissos escondidos», pois em Portugal nunca foi tomada uma decisão inequívoca sobre armas nucleares e agora, «sem que nada o justifique», o ministro da Defesa disse que elas poderão ser admitidas em nosso território.

Uma das questões que certamente serão abordadas pelos participantes do Seminário organizado pelo CPPC onde estarão, entre outros, o Reitor da Universidade de Coimbra, Professor Rui Alarcão, Professor Avelãs Nunes, Professor Luís de Albuquerque, Professor Orlando de Carvalho, Professor Carrington da Costa, Marechal Costa Gomes, Brigadeiro Pezarat Correia e Professor Sérgio Ribeiro.

## Évora

«Como se vai tornando prática totalitária do Ministério da Agricultura, mais uma vez, ontem, dia 8/5/89, foram várias as UCPs/Cooperativas do distrito de Évora invadidas por funcionários do MAPA e agrários a coberto de forças da GNR, sem que tenha cumprido o dever de notificação prévia estabelecido no Dec. Regularmentar N.º 44/88», denunciou em comunicado o Secretariado das UCPs/Cooperativas de Évora.

Assim na UCP Cravo Vermelho de Sousa e Pégoras foram retirados 551 ha para a família Sousa Cabral, além de valioso efectivo pecuário e bens de equipamento, na herdade da Sousa e anexas, ficando aquela UCP reduzida a 315,2 ha.

Esta UCP recebeu um telegrama às 21 horas de sexta-feira para «entregar» a reserva na segunda-feira, às 9 e 30 horas...

Na UCP Flor do Alentejo, também para a família Sousa Cabral, foram entregues mais 247 ha na herdade do Monvioso. Esta UCP recebeu um papel manuscrito por um funcionário dos CTT na sexta-feira, às 19 horas, que lhe disse ir o telegrama «ser entregue mais tarde».

Na UCP Água de Lupe foram entregues (ainda!) à família Sousa Cabral 175 ha na

# Mais latifúndios pela mão do Governo

Herdade das Figueiras. Esta UCP recebeu um telegrama na sexta-feira, às 21 horas. E continua o «fartar vilanagem».

Na UCP Boa Esperança de Lavre os funcionários do MAPA passaram pelo escritório da UCP e disseram que estavam entregues 346 ha na herdade dos Arneiros de Cima e Canas a Alberto Pinto Gouveia. Esta UCP não recebeu qualquer notificação...

Na UCP Estrela da Manhã e na UCP de Cabrela foram entregues 337 ha a Manuel Pereira Cardeira, na herdade Campo Maior do Meio. Estas UCPs receberam um telegrama às 11 horas do dia 8/5/89 para entregarem a reserva às 15 horas do mesmo dia, e no caso da UCP de Cabrela a

UCP nunca fora notificada nos termos da lei para contestar o processo...

Em todos estes processos, «de que se salienta o processo da família Sousa Cabral, por ter sido objecto de inquérito parlamentar na Assembleia da República, existe um traço comum: o dr. Manuel Penha, jurista e director de serviços do Gabinete de Gestão e Estruturação Fundiária da Direcção Regional da Agricultura do Alentejo, que subscreeve os telegramas, manda enviá-los de forma a que as UCPs/Cooperativas não possam exercer o direito, que lhe é reconhecido por lei, de obter a suspensão prévia das entregas enquanto o STA não apreciar da respectiva legalidade. Joga assim o

MAPA na criação de factos consumados e tenta inviabilizar o recurso aos tribunais e apreciação por estes da legalidade dos processos de entrega de reservas», sublinha o comunicado, que conclui:

«O Secretariado das UCPs/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora, ao denunciar este comportamento inqualificável e impróprio de um Estado democrático por parte do MAPA e dos seus Serviços Regionais, manifesta a firme vontade dos trabalhadores das UCPs/Cooperativas em continuar a lutar na defesa da Reforma Agrária, recorrendo aos tribunais para apuramento de responsabilidades pela forma ilegal como se está a proceder à entrega das reservas».



Pelas mãos do Governo, Évora começa a estar de novo cercada pelo latifúndio

Internacional

Viena

# Recomeçam negociações com a NATO dividida

Dentro do calendário previsto, recomeçaram em Viena as negociações sobre desarmamento convencional e medidas de confiança e segurança na Europa. A principal divergência que os 23 países membros do Tratado de Varsóvia e da NATO deverão tentar superar nesta segunda volta, iniciada dia 5, são as prioridades a estabelecer na redução dos armamentos ofensivos.

Em comentário ao ponto em que no momento se encontram as conversações, o chefe da delegação soviética, Oleg Grinevsky, salientou à «Novosti» que ambas as partes estão de acordo em iniciar as reduções de armamentos convencionais que «asseguram ataques de surpresa e grandes operações ofensivas». Mas, enquanto o Tratado de Varsóvia inclui nessa categoria os tanques, a artilharia, os veículos blindados, os aviões de choque, os helicópteros de combate e as tropas, a NATO quer restringir as reduções apenas aos três primeiros tipos de armamento.

«Esta segunda etapa deverá esclarecer as posições das partes neste domínio e tentar encontrar pontos comuns», declarou também o chefe da delegação soviética. Entretanto, «os representantes da NATO terão dificuldade em negar que os aviões de choque e os helicópteros de combate são um importante e poderoso ramo dos armamentos ofensivos», já que «os tanques têm um poder de fogo 3 a 4 vezes superior à artilharia, os helicópteros de combate 5 a 7 vezes, e os aviões de 10 a 12 vezes».

Esta a expressão técnica de uma questão política — a pretensão absurda que sectores da Nato ainda mantêm de impôr um desarmamento tão desequilibrado que lhes pudesse garantir superioridade militar. A mesma lógica, aliás, dos projectos de modernização dos mísseis de curto alcance, para depois negociar... Uma lógica que pura e simplesmente continua a ignorar uma realidade concreta — que em termos militares já de há muito se atingiu a capacidade de reduzir várias vezes o planeta a uma esfera morta no sistema solar.

Entretanto as propostas — múltiplas — de desarmamento por parte do Tratado de Varsóvia, estão a cair em chão adubado de uma grande pressão popular pelo desarmamento. E a NATO surge em Viena claramente dividida (não descurando embora a significativa capacidade de manobra dos EUA). À proposta do Tratado de Varsóvia de iniciar conversações sobre os armamentos nucleares tácticos na Europa, os EUA, Grã-Bretanha, e outros dizem não. A RFA diz sim. E conta com alguns significativos apoios de paí-

ses da NATO, como é o caso da Bélgica, Holanda, Itália, Noruega, entre outros.

Um grande movimento popular — a par da força que é a própria realidade objectiva de hoje, com o perigo de autoliquidação nuclear que comporta — está por detrás destas posições diferentes no seio da NATO.

O fim das armas nucleares até ao ano dois mil, programa soviético apresentado por Gorbachov, e neste momento em particular a total desnuclearização da Europa, estão a ser assumidos como objectivos de luta imediatos pelos movimentos da paz. Ganham assim uma enorme força — indispensável para se conseguir avançar de forma segura no caminho do desarmamento.

## Londres Forum de informação

A União Soviética propôs, no Forum internacional de informação a decorrer em Londres no quadro das decisões de Viena, a instituição de um Conselho informativo europeu, que se dedique ao debate de questões actuais da cooperação informativa e eliminação de informação falsa e estereótipos que alimentem a hostilidade entre povos.

A proposta foi apresentada pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Vladimir Petrovsky, que sublinhou o papel da informação, também no que respeita à batalha pelo desarmamento.

«É universalmente reconhecido que o autêntico desarmamento só pode ser alcançado onde houver amplo acesso à informação completa».

Neste contexto foi também realçada a importância do Forum como um meio capaz de contribuir para ampliar os horizontes da cooperação informativa, aumentar o acesso à informação e criar condições para a livre circulação, maior abertura e transparência.

A este respeito, Petrovsky referiu, por contraste, «o endurecimento de restrições sobre os nossos jornalistas nos Estados Unidos, e os obstáculos quanto a vistos na Grã-Bretanha, dificilmente poderão contribuir para estabelecer relações marcadas pela reciprocidade construtiva».

O Forum de informação inclui, de par do funcionamento em plenários, três comissões especializadas — imprensa, cinema, televisão e rádio e comunicações. Se se chegar a um consenso, os resultados dos debates serão incluídos num documento final no encerramento dos trabalhos, no próximo dia 12.

Entretanto, à margem do Forum, numa reunião não oficial organizada no Parlamento britânico, o governo conservador foi alvo de críticas por parte do secretário-geral do sindicato britânico dos jornalistas, Harry Conroy, que recordou as recentes tentativas de «punir» um grupo de jornalistas da televisão «TV Thames», por terem rodado o documentário «Morte no rochedo», onde se focavam as

# Não às armas nucleares Médicos portugueses tomam posição

«O ministro da Defesa, Eurico de Melo, declarou à Comunicação Social, em 21 de Abril, que admitia a possibilidade da instalação de armas nucleares em Portugal, no caso da NATO o considerar necessário» — é a propósito destas declarações, que a Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção de Guerra Nuclear (AMPPGN), divulgou um comunicado em que nomeadamente manifesta a sua disponibilidade para um debate público, a começar pelo Ministério da Defesa, e inclusive diante das câmaras da televisão.

Neste comunicado, de que aqui reproduzimos largos extractos, a AMPPGN destaca que **bastariam «duas ou três ogivas de média potência para dizimar a população do nosso país.»**

A AMPPGN sublinha em particular: «Os médicos também sabem que a escalada armamentista, em especial de armas nucleares, tem já causado e continuará a causar milhões de mortes por falta de assistência e miséria e graves prejuízos para a saúde e bem-estar da humanidade, pelo desvio de colossais verbas e recursos humanos para os armamentos, em desfavor dos necessários para a saúde e para o combate à miséria de grande parte das populações do nosso Planeta. É a **«destruição antes da detonação.»**

A Associação dos Médicos salienta que «no caso da guerra nuclear só vale prevenir». Não se pode remediar. As consequências globais de uma guerra nuclear seriam a morte imediata de uma grande parte da Humanidade e a morte a curto prazo e em condições inimagináveis da restante. Seria a **«epidemia final.»**

«A AMPPGN não aceita a eventualidade, mesmo remota, ou sob qualquer pretexto, da instalação de armas nucleares em Portugal, nem tampouco de dispositivos integrados no arsenal nuclear. Tal como não aceita o trânsito ou permanência temporária, em território ou águas territoriais portuguesas de vasos de guerra ou aviões portadores de armas nucleares.»

circunstâncias do assassinato pelos serviços de segurança britânica de três militantes do IRA.

Significativamente, Margaret Thatcher, em contacto

breve com o representante português, salientou que acompanhava, com interesse, o processo de privatização da comunicação social em Portugal.

## Berlim Oeste

# Provocação fascista no 1.º de Maio

Neste primeiro de Maio de festa e luta, do reviver dos «sans-culottes» em Paris às grandes manifestações unitárias em Madrid, às prisões em Santiago e o assassinato de três manifestantes em Istambul — um facto preocupante veio lembrar a ameaça de um certo levantar de cabeça do neonazismo na Europa. Em Berlim Ocidental, na tarde e noite do 1.º de Maio, cerca de 2000 empuçados neonazis transformaram em verdadeiro campo de batalha alguns bairros da cidade — desencadeando aliás grandes protestos dos habitantes.

O balanço é de veras significativo. A polícia (entretanto normalmente bem violenta quando se trata de reprimir manifestações antifascistas) anunciou que tivera mais de 300 feridos. Doze lojas foram saqueadas, num conjunto de 92 estabelecimentos danificados. Trinta automóveis incendiados.

Imediatamente os acontecimentos foram utilizados pela CDU (democratas-cristãos), agora na oposição, para pôr em causa a coligação SPD-Lista Alternativa (verdes) que, em resultado das últimas e recentes eleições, governa actualmente a cidade.

As manifestações selváticas

dos grupos fascistas neste 1.º de Maio, na sequência dos resultados obtidos em Janeiro (entraram deputados neonazis para o Parlamento), são factos que colocam questões sérias sobre um relativo ascenso do neonazismo. Que realidades de hoje o alimentam ainda?

Na base de um certo ascenso do fascismo — em Berlim Oeste, como na RFA ou França — estão problemas sociais muito concretos, como o desmantelamento de estruturas de apoio social, as grandes dimensões do desemprego, em particular entre a juventude, o problema da habitação, que já por diversas vezes, em Berlim

Oeste, levou a acções populares de ocupação de prédios devolutos, brutalmente reprimidas pela polícia, a degradação das condições de estudo, nos vários níveis de ensino, incluindo o universitário.

Este aproveitamento de problemas sociais pelos nazis não é fenómeno novo. Hitler capitalizou em grande medida o descontentamento gerado pela situação de crise dos anos 29-32.

O descontentamento é agarrado pela demagogia fascista, que o dirige contra as forças de esquerda, contra a própria prática da democracia e, em particular contra os emigrantes, apontados como os responsáveis pela crise capitalista.

## Ao nível do Poder

Entretanto, a utilização da crise pelos grupos fascistas, não vai de si. É ao nível do poder que esta realidade é objectivamente facilitada.

Note-se que o próprio Schonhuber, dirigente do par-

tido fascista, «Republicanos», que conseguiu eleger deputados ao parlamento de Berlim Oeste, pertenceu durante largos anos à ala direita da CDU-CSU, democratas-cristãos, actualmente no Poder.

A prática política, tanto do governo de Berlim Oeste (quando da administração democrata-cristã) como da RFA, tem-se dirigido de forma muito clara contra as forças de esquerda.

As interdições profissionais — forma «legal» de expulsar do seu posto de trabalho, na função pública, qualquer cidadão que manifeste na prática as suas convicções de esquerda, em particular se se trata de comunistas ou pacifistas — já atingiram, desde o início da década de 70, no mínimo 10 mil cidadãos, e milhões são vigiados pelos serviços secretos.

Ainda hoje, na RFA, são levadas a tribunal pessoas que antes da assinatura do Tratado sobre mísseis de médio e mais curto alcance, defenderam a eliminação dos mísseis nucleares e das armas químicas norte-america-

nas em território europeu. Até agora foram abertos ou realizados pelo menos 7 mil processos contra membros do movimento pacifista. Na maioria dos casos os tribunais impuseram multas equivalentes ao salário de 20 dias ou 20 dias de prisão.

Ao mesmo tempo os processos contra nazis contam-se pelos dedos. E se isto reflecte a enorme actividade do movimento pacifista na RFA e Berlim Ocidental, diz muito sobretudo da posição assumida pelo poder face a estes movimentos.

## Ação antifascista

Ao denunciar o ascenso do fascismo e os perigos que comporta, é importante igualmente inserir tal perigo num contexto em que a consciência e a acção popular antifascista e pacifista tem importante expressão.

As perdas eleitorais do governo do chanceler Kohl reflectem isso mesmo, tal como a posição — ambígua embora — que vem defendendo

na NATO em relação aos projectos de modernização dos mísseis.

De lembrar também que no próprio dia do anúncio de que deputados nazis tinham sido eleitos para o parlamento de Berlim Oeste, se realizaram grandes manifestações antifascistas nas ruas da cidade, brutalmente reprimidas pela polícia.

Componente dessa consciência antifascista, pode igualmente ser considerada a reunião promovida pela Ordem dos Médicos Alemã, que há dias decorreu em Berlim Ocidental, em que pela primeira vez a título oficial se discutiu o passado nazi dos clínicos germânicos.

Na reunião, o especialista em História da medicina, Tollner, denunciou os crimes cometidos, na participação no genocídio nazi e concluiu — «Não vale a pena tentarmos sacudir este pesado fardo, porque assim se perderiam os necessários ensinamentos».

Uma memória que hoje particularmente importa manter bem viva.

## Internacional

## Panamá

## Eleições e ingerência

Dois importantes actos eleitorais decorreram este fim-de-semana em países da América Latina.

Na Bolívia, nenhum dos candidatos obteve a maioria absoluta dos votos. Pelo que o vencedor deverá ser proclamado pelo Congresso, no prazo de três meses, entre os dois candidatos — Gonzalo Lozada, do Movimento Nacionalista Revolucionário, no poder, com 26,8% dos votos; e o ex-ditador Hugo Banzer, da Acção Democrática Nacionalista, de direita, com 24,08% dos votos.

No Panamá, a Junta Nacional de Eleições anunciou não ter recebido as actas eleitorais em tempo oportuno, e exortou os responsáveis das juntas dos distritos eleitorais a acelerarem o trabalho.

Entretanto, são os norte-americanos, que deslocaram a território panamenho um grupo seu para observar as eleições, que vêm divulgar resultados não oficiais (e portanto da sua própria lavra), que dizem baseados em sondagens, apontando para a vitória do deputado da oposição, Guillermo Endara, da «Aliança Democrática de Oposição Civilista».

Um facto que ilustra a continuidade da política norte-americana em relação à América Latina, que pelos vistos ainda é considerada na Casa Branca como seu «quintal».

Para nós, aqui em Portugal, importa registar que, muito em particular a televisão, assumiu uma posição no mínimo sensível à propaganda dos sectores mais à direita, em ambos os processos eleitorais.

No que respeita à Bolívia, foi antecipadamente dada como certa a vitória de Banzer, enquanto — sem rir — se referia as intenções «democráticas» do ex-ditador!

Em relação ao Panamá, surge como perfeitamente natural a ingerência directa dos EUA no processo eleitoral, e afirmam-se, como sendo resultados eleitorais, os que os norte-americanos avançam.

Assim se alinha com uma inequívoca política de intervenção por parte do imperialismo. Pois é isso mesmo que está em causa no processo eleitoral do Panamá. Independentemente dos resultados das eleições e das evoluções políticas que no país se venham a registar.

## A importância das eleições no Panamá

Na mensagem anual dirigida, em 1 de Março, à Assembleia legislativa, pelo presidente da República, Solis Palma, destaca-se, entre outras questões, o sentido do acto eleitoral agora realizado, e manifestam-se algumas preocupações.

«Ao encaminharmo-nos pela via eleitoral — disse o presidente — a maior preocupação que sinto é a falta de compreensão das transcendentes questões que estão em jogo.

«Polarizar o debate entre diferentes conceitos de democracia, entre diferentes apreciações do papel que corresponde aos militares na nossa sociedade, e apresentar ao povo a falsa opção de ditadura ou liberdade, são recursos demagógicos para ocultar o debate real entre



Americanos fora do país — é uma grande exigência nacional do povo do Panamá

um desenvolvimento económico que englobe todos os sectores da população e dê a todos oportunidades reais, ou um modelo económico caduco que restitua o predomínio de uma minoria no poder, que troque a independência por submissão e concentre numas quantas mãos a distribuição das riquezas que todos geram.

«O que está em jogo» é o princípio da participação efectiva, a justiça social vista como direito humano e não como caridade, a força de um governo para as maiorias com a nacionalização das empresas de utilidade pública, as forças de defesa como factor de progresso solidário com as causas populares e não como corpo policial para perseguir os pobres que se organizam e lutam por reivindicações imediatas.»

Transcrevemos este largo extracto do discurso do presidente do Panamá, porque aqui se fala de questões que de facto dizem directamente respeito ao seu povo, e que sistematicamente são ignoradas pela informação que temos, em que as eleições são reduzidas a jogos de poder

pessoal, desenraizados da realidade viva dos povos.

De relembrar que Solis Palma assumiu a presidência do país no desenvolvimento de um golpe frustrado para afastar Noriega, comandante-chefe das Forças da Defesa Nacional do Panamá, cargo particularmente importante num país em que há uma zona ainda ocupada pelos EUA — o canal do Panamá.

No dia 25 de Fevereiro de 1988, o então presidente Eris Delvalle, anunciou ao país que o general Noriega passava à reforma. Horas depois, a Assembleia legislativa destituiu Delvalle, fazendo prestar juramento um novo presidente — Solis Palma.

Um episódio de toda uma história de pressões e de ingerência dos EUA no país. Que continua a ser um factor de peso na vida do povo panamenho.

## A ingerência dos EUA

A declaração de uma vitória eleitoral da oposição, não oficial, e na base de sondagens de responsabilidade norte-americana — escandalosa forma de ingerência na

vida interna de um país independente — tem a sua própria lógica, dentro dos esquemas de funcionamento político imperialista. Trata-se, aliás, de um facto que se insere numa ingerência sistematicamente agravada.

Em resumo, o actual governo do Panamá afirma que não tolerará a conservação das bases militares estrangeiras no território da República, nem a revisão do Tratado Torrijos-Carter que põe um limite à ocupação norte-americana do canal — 31 de Dezembro de 1999.

Por seu lado dirigentes da oposição afirmam que as bases devem ser conservadas em troca de dinheiro e os tratados revistos.

É uma questão de fundo. Para o povo do Panamá trata-se do direito à independência e à dignidade nacional. Para a administração norte-americana, da manutenção de bases militares e através delas de possibilidades de ingerência na vida política de um país considerado ponto estratégico.

E é assim, que pouco antes das eleições, o governo panamenho denuncia uma directa acção de ingerência dos EUA.

«O governo nacional afirma o seu mais enérgico protesto perante o mundo — denunciou Solis Palma — por mais uma acção de ingerência dos EUA nos assuntos internos do Panamá, que através de uma ordem secreta do presidente dos Estados Unidos, destinou dez milhões de dólares aos grupos de oposição do Panamá para que os utilizem nas eleições de 7 de Maio... A atribuição de dez milhões de dólares à oposição panamenha, a duas semanas das eleições de 7 de Maio, demonstra a intenção imoral e dolosa do governo dos Estados Unidos de recorrer à prática vergonhosa, ilegal e antidemocrática de comprar consciências para conseguir a eleição de candidatos afectos aos interesses norte-americanos. Interesses que são contrários à luta de libertação nacional.»

São factos que testemunham de como são difíceis os caminhos da independência dos povos e do progresso, e nos ajudam a compreender as questões que estão em jogo e o próprio processo eleitoral no Panamá.

«Por ocasião da realização da Conferência Africana da Organização Internacional do Trabalho, em Luanda, (...) a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas dirigiu à Conferência um importante documento de que transcrevemos alguns passos:

«Nós, trabalhadores de Angola, estamos certos de que a delegação portuguesa, cuidadosamente escolhida pelo governo, se dedicará a ocultar as vergonhosas condições de trabalho a que estão submetidos todos os trabalhadores e a desviar a atenção da Conferência, organizando visitas demagógicas, passeatas, banquetes de homenagem.

Lamentamos que os nossos legítimos representantes por nós escolhidos e merecedores de toda a nossa confiança não possam participar nessa conferência.

Entretanto, levamos ao vosso conhecimento os seguintes factos:

1. Existe em Angola uma clara discriminação de tarefas, trabalhos e salários entre um trabalhador negro e um branco.

2. A população de Angola é de cerca de 4 milhões e meio de habitantes, dos quais: negros «não civilizados» 4 milhões e 300 mil, ou seja 95%; negros «civilizados» 32 mil, ou seja 0,7%; brancos 137 mil (3%); mestiços 31 mil (0,69%). A população negra «não civilizada» constitui a grande massa dos trabalhadores. Esta população está submetida ao «Estatuto dos Indígenas» e não beneficia dos direitos dos cidadãos.

3. Em todo o território de Angola existem apenas dois sindicatos do governo com sede em Luanda e delegações nas capitais de distrito — o dos empregados do comércio e indústria e o dos ferroviários, metalúrgicos e chauffeurs.

4. Somente os trabalhadores brancos, mestiços ou negros «civilizados» têm direito à filiação nos sindicatos (há delegações distritais que não admitem a filiação dos trabalhadores negros «civilizados»).

5. Sobre cerca de 200 mil indivíduos ditos «civilizados» o número de desempregados é de cerca de 29 mil, sem qualquer subsídio de desemprego.

6. O angariamento dos trabalhadores é forçado; o angariamento voluntário é praticamente inexistente.

7. O dia de trabalho é pago aos trabalhadores negros «contratados» a 3\$30 em média. (...) Do seu salário em dinheiro deve ainda o trabalhador retirar o imposto, o qual é de 245\$00 por ano, cerca de 25% do seu salário anual.

8. Existe também em Angola o trabalho forçado para as mulheres e crianças, sobretudo para a conservação das estradas do interior, sem direito a qualquer salário ou alimentação.»

O documento denuncia em seguida a ausência de qualquer protecção ao trabalhador indígena na invalidez e na velhice, a desigualdade de remuneração dos trabalhadores negros em relação aos brancos, os contratos forçados dos trabalhadores negros para longe das suas regiões, a brutal exploração que sofrem nas grandes empresas colonialistas e os benefícios fabulosos obtidos pela classe patronal, a sufocação dos protestos dos trabalhadores pelo governo, a supressão brutal de todas as liberdades (...).»

«Os trabalhadores de Angola acusam!» — «Avante!», VI série, n.º 289, Maio de 1960

## El Salvador

## Tropas atacam hospital

«No dia 15 de Abril de 1989, às 8 da manhã, unidades da Força Aérea de Salvador (FAS), dirigidas pelo general Bustillo, realizaram intensos bombardeamentos e desembarque de tropas contra um hospital da Frente

Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) — estas as palavras de abertura de um comunicado da FMLN, de denúncia de mais uma acção criminosa do governo salvadorenho. A terceira operação militar dirigida

contra um estabelecimento de saúde, desde a farsa eleitoral de 19 de Março.

Na operação militar contra o hospital foram assassinadas cinco pessoas, entre as quais o médico de nacionalidade argentina Isla Cazares, e a enfermeira francesa, Madeleine Lagadec.

Este ataque a um hospital, situado numa zona libertada pela guerrilha, e que servia sobretudo a população civil da área, em San Ildefonso, testemunha da continuidade e agravamento de uma brutal política antipopular.

Como denuncia a Frente Farabundo Martí, «Este facto constitui uma violação mais dos direitos humanos, de desrespeito pelos hospitais onde se assiste a feridos em combate e de desrespeito pela vida dos prisioneiros de guerra. Com a realização sucessiva deste tipo de operações que já são mais de três no decurso dos últimos meses e que se somam aos tradicionais bombardeamen-

tos indiscriminados contra a população civil, o general Bustillo confirma a sua tradicional condição de autêntico criminoso de guerra, a quem o nosso povo exigirá justiça».

Após a farsa eleitoral de 19 de Março, a FMLN tomou posição face ao futuro governo de ARENA, afirmando: «O futuro governo de ARENA é ilegítimo, porque agora muito mais que em processos eleitorais anteriores, as eleições de 19 de Março e os seus resultados, não representam os desejos e a vontade da maioria do povo salvadorenho. Essas eleições estiveram marcadas pelo abstencionismo resultado da recusa das propostas de paz da FMLN, foram eleições em guerra com a nação dividida e onde se evidenciou a dualidade de poderes existentes no país, deixando claro que a maioria da nação quer uma solução negociada para a guerra. Sem negociação ninguém poderá governar El Salvador.»



Madeleine Lagadec, a jovem enfermeira francesa assassinada pelas tropas salvadorenhas, que se recusam a entregar o corpo à família

# Revisão da Constituição

**E**stão ainda longe de ser avaliadas em toda a sua extensão as repercussões que decorrem da proposta do PCP de interrupção imediata até 1 de Julho, e correlativa revisão do calendário, do processo de revisão constitucional e da agenda da Assembleia da República.

Das reacções suscitadas, um aspecto, porém, como assinalou o Grupo Parlamentar do PCP nas conclusões das suas IV Jornadas, importa desde já registar:

o efeito extremamente positivo de clarificação e alerta provocado pelo impacto

desta iniciativa política, bem expresso aliás no acolhimento que lhe foi prestado por destacadas personalidades do campo democrático e pela comunicação social.

Um acolhimento que não é obviamente alheio, antes encontra a sua génese, na larga corrente de opinião que pelas mais diversas formas tem expressado ultimamente as suas preocupações pelo rumo tomado pelo processo de revisão constitucional e em especial pelas graves incidências do acordo firmado entre o PS e o PSD.

Receios legítimos se se atender ao esquema dos debates, ao próprio conteúdo do processo de revisão e à articulação entre a evolução da situação política e a revisão constitucional. Ainda na última semana o PCP chamava a atenção para estes aspectos, pondo em relevo nomeadamente o facto de as regras regimentais espartilharem os debates, provocarem a separação entre a cadência normal das discussões e as votações correspondentes e originarem dificuldades de percepção das complexas questões em análise, algumas delas envolvendo opções de grande gravidade para o futuro do regime democrático.

Mais: está igualmente demonstrado, como advertiram no passado fim-de-semana no Porto os parlamentares comunistas, que a circunstância de a Assembleia da República estar na prática

impedida de debater os aspectos mais desastrosos e escandalosos da acção governativa, prejudicando o País, constitui uma grande vantagem para o PSD, em vésperas das eleições de 18 de Junho.

Neste contexto se insere, pois, o projecto de Resolução entregue terça-feira na mesa da Assembleia com vista à interrupção do processo de revisão. Num momento em que matérias da maior importância e que comportam alterações extremamente gravosas no acordo PS/PSD estão ainda por analisar e por votar, esta iniciativa do PCP constitui assim uma proposta de reflexão e uma renovada responsabilização do PS para que este reconsidere as suas posições.

Da maior actualidade, esta é uma das variadíssimas questões que o leitor poderá encontrar desenvolvidamente tratada nas páginas deste «Em Foco». Resultado da colaboração de cinco destacados deputados comunistas que vêm intervindo activamente em todo o processo de revisão constitucional — Carlos Brito, José Magalhães, Octávio Teixeira, João Amaral e Jorge Lemos —, deseja-se que este trabalho possa constituir uma acheга para a exacta percepção do que está em jogo e designadamente para os perigos que poderão advir para o futuro do regime, caso faça vencimento uma revisão desfiguradora do ordenamento constitucional. ■



O que  
está  
em jogo

■ Carlos Brito

# Assembleia da República

## Vítima do acordo PS/PSD

**E**m conferência de imprensa do passado dia 3 de Maio, o PCP demonstrou a necessidade da interrupção imediata do processo de revisão da Constituição para contrariar a sua preversão e instrumentalização na base do acordo PSD/PS.

No plano político imediato, é uma evidência que o Governo de Cavaco Silva e o cavaquismo estão a utilizar, com a concordância do PS, a revisão da Constituição como um tampão para impedir que a Assembleia da República aprecie e discuta os aspectos mais desastrosos e escandalosos da política do Governo, em vésperas das eleições de 18 de Junho.

Por isso mesmo, nas Jornadas do Porto, de 5 e 6 de Maio, o Grupo Parlamentar do PCP deliberou apresentar na Mesa da Assembleia da República um Projecto de Resolução para votação urgente, visando a interrupção dos trabalhos de revisão no plenário até 1 de Junho e a aprovação de uma agenda alternativa contemplando a discussão de projectos e propostas dos diferentes partidos da oposição no domínio das competências normais — legislativas e de fiscalização — da Assembleia.

Ao tomar estas iniciativas, o Grupo Parlamentar do PCP está especialmente preocupado com o grave conteúdo para o regime democrático das alterações decorrentes do acordo PSD/PS e pela forma como estes dois partidos pretendem consumá-los à lufa-lufa, num debate espartilhado, com votações amalgamadas e separadas das respectivas discussões, num processo propositadamente obscuro e deliberadamente pensado para que o País não se aperceba da natureza profundamente negativa das opções que estão a ser tomadas.

Como tem sido salientado pelo PCP as alterações mais graves situam-se nas áreas da comunicação social, da constituição económica e na organização do poder político, incluindo, a regionalização.

Ocupo-me neste artigo das alterações que tem por objecto o estatuto constitucional da Assembleia da República e que versam a redução do número de deputados e a alteração dos círculos eleitorais, bem como os poderes de fiscalização da Assembleia em relação ao Governo. São particularmente gritantes as cedências do PS nestes domínios.

Começemos pela **redução do número de Deputados**.

O PS não foi capaz de explicar até hoje por que razão subscreveu com o PSD a proposta de alteração à Constituição que visa reduzir o número de deputados para 230 ou 235, isto é, menos de 15 ou 20 do que actualmente.

A redução do número de deputados foi sempre uma reivindicação da direita, foi ao longo dos anos uma das peças da campanha contra o regime democrático da parte dos inimigos do 25 de Abril. Foi também, nos últimos anos, uma das peças da guerrilha de Cavaco Silva contra a Assembleia da República. O PS nunca se pronunciou no sentido da redução do número de deputados e o seu projecto de lei de revisão nada incluía a este propósito. Foram os projectos de lei de revisão do PSD e do CDS que colocaram, com toda a naturalidade, esta questão na presente revisão da Constituição. O PS vai pois a reboque da direita.

Saliente-se que esta redução de 15 a 20 deputados não é nada fortuita, está calculada para beneficiar os partidos de maior expressão eleitoral (presentemente o PSD) e para prejudicar especialmente a representação parlamentar do PCP e dos seus aliados da CDU, não afectando o PS. As contas foram feitas no computador! Quem o duvida?

Constituição, sobre a ratificação dos decretos-leis, quando reduz a competência da Assembleia da República para suspender decretos-leis do Governo apenas aos que resultam

no do PCP e outros partidos da oposição, o que consta é o reforço dos poderes de fiscalização da Assembleia da República sobre o Governo, designadamente um figurino mais eficaz para as perguntas ao Governo, com a possibilidade de qualquer membro do Governo (incluindo o Primeiro-Ministro) pode ser chamado à Assembleia para prestar esclarecimentos (como acontece na maior parte das Assembleias congéneres de outros países), as interpelações rápidas e as moções de apreciação de aspectos sectoriais de acção governativa.

O PS não só abandonou estas reivindicações comuns a toda a oposição, que por elas se bateu na últi-

ma revisão do regimento da Assembleia, como acabou por subscrever as propostas governamentalizadoras do PSD.

O acordo PSD/PS na parte relativa às alterações do estatuto constitucional da Assembleia da República ilustra pois de maneira muito clara, a capitulação do PS, em pontos essenciais para o futuro do regime democrático, face aos planos do Governo de Cavaco Silva e do PSD de dominação de toda a vida política nacional e de perpetuação no poder. Nas condições de descrédito acentuado e acelerado que o cavaquismo está a viver, os novos instrumentos de poder que são facilitados pelo PS ao PSD, constituem verdadeiros balões de oxigénio que este não deixará de utilizar a toda a pressa incluindo como objectivos eleitorais.

Neste quadro, bem como com o que aconteceu com as alterações previstas para a constituição económica, a comunicação social e a regionalização, assume todo o seu significado político a proposta do PCP para a interrupção imediata do processo de revisão e a reconsideração do conteúdo das alterações indicadas. ■



A redução do número de deputados visa pois adular o princípio da representação proporcional conduzindo, se for consumada, a necessidade de um número muito maior de votos para a eleição de um deputado da CDU do que para a eleição de deputados do PS ou do PSD.

Acresce que a redução do número de deputados vem acompanhada de propósito de **alterações dos círculos eleitorais**, especialmente da sua composição, o que agravaria acentuadamente a viciação da representação proporcional.

Bem pode o PS clamar (como fazem alguns dos seus dirigentes) que não aceitará alterações dos círculos eleitorais, pois, a verdade é que já começou a aceitá-las ao subscrever com o PSD uma proposta de alteração ao Artigo 152.º da Constituição na qual está expressamente prevista a possibilidade da «**existência de um círculo eleitoral nacional**», o que arrasta só por si as alterações do número de círculos e a composição de muitos deles. Em consequência das suas concepções bipolarizadoras o PS está pois profundamente mergulhado nas operações de engenharia eleitoral com que a direita quer eternizar-se no poder.

Quanto aos **poderes de fiscalização da Assembleia da República** é particularmente chocante e inexplicável ver o PS colaborar na sua redução. É esse o verdadeiro significado das alterações previstas no acordo PSD/PS ao Artigo 172.º da

de autorizações legislativas (actualmente pode suspender todos) e introduz um dispositivo de caducidade automático para os requerimentos de apreciação parlamentar dos decretos do Governo que não forem discutidos até ao fim de cada sessão legislativa (o ano parlamentar). Este regime de caducidade automática torna-se ainda mais redutor dos direitos dos partidos da oposição por não ser acompanhado de qualquer dispositivo que dê garantias de agendamento das ratificações.

Nesta altura, há 70 ratificações pendentes de apreciação na Assembleia da República. Que lhes vai acontecer? Caducam? É a hecatombe das ratificações decretadas pelo PSD e o PS.

Também nesta matéria nada consta no projecto de revisão apresentado pelo PS, consta sim, como é natural, do projecto do PSD, em termos idênticos aos que foram agora acordados pelos dois partidos.

No projecto inicial do PS, como

■ José Magalhães

# 6 argumentos contra a má revisão

**A**o propor a interrupção de revisão constitucional, o PCP longe de se resignar à execução mecânica e inexorável do acordo PSD/PS, atacou os arautos da **revisão a galope** no seu flanco mais vulnerável, desencadeando um ciclo de factos políticos de cujo desenvolvimento é legítimo esperar uma importante contribuição para a defesa activa da Constituição. Não é surpreendente que a proposta do PCP tanto tenha sido saudada como positiva por democratas de muitos quadrantes, como de imediato anatemizada pelas chefias cavaquistas (que, arrogantemente, dão de barato que esta revisão já é «conquista irreversível» de um PSD ansioso por disfrutar de novos instrumentos para construir, sobre os escombros de conquistas populares constitucionalmente atingidas, o edifício do decantado **Estado Laranja**). É, porém, de assinalar como insólita a pressa com que certos dirigentes do PS vieram defender a «imprescindibilidade» de consumir o acordo com o PSD, a qualquer preço e a toda a brida.

Os argumentos utilizados pelos porta-vozes dessa orientação, de tão débeis, têm contribuído para multiplicar nas próprias fileiras socialistas, as dúvidas, reservas, críticas e formas de oposição à execução do pacto de desfiguração constitucional assinado pelo ex-secretário-geral Vítor Constâncio.

Mas tudo recomenda que sejam cada vez melhor examinados e respondidos esses argumentos que nos próximos tempos serão insistentemente martelados pelos arautos do **bloco central de revisão**.

1. Em primeiro lugar, que credibilidade poderá ter a acusação de que as iniciativas de PCP traduzem «uma mera postura de obstrução»? Bem ao invés, vem-se tornando cada vez mais claro para cada vez mais gente que anómala e perigosa é a pressa com que os parceiros do acordo se aprestam a alterar (com debates sumários, a contra-relógio, por votações confusas, de alcance imperceptível), aspectos essenciais da Lei Fundamental.

As críticas à forma atabalhoada como os debates em Plenário vêm decorrendo são, aliás, generalizadas. Este facto surpreende visivelmente os que vêem a revisão como negócio secreto a dois, assente na ideia de que «tudo já foi debatido» e de que é «exigência descabida» quererem os cidadãos perceber o que se passa e «atrevimento insuportável» não renunciarem a ter uma palavra a dizer sobre opções que, por irem marcar profundamente o futuro do país, não devem ser tomadas a trouxe-noux, em *sprint* bipolarizado, surdo a todas as vozes críticas.

2. Em segundo lugar, os adeptos da revisão a toque de caixa têm dificuldade em contrariar outra evidência apontada pelo PCP: fazer a revisão em tais termos, em momento pré-eleitoral, num quadro político em que o PSD enfrenta extraordinárias aflições significa debilitar as condições da oposição à concretização da estratégia destruidora em que Cavaco Silva está empenhado. A maioria «laranja» encontrou na revisão uma tranca de segurança. A ocupação da agenda do Plenário tolhe a apreciação de interpelações, inquéritos, decretos-leis antipopulares, limita a intensificação das iniciativas de partidos da oposição. Essas iniciativas, nestas semanas que precedem as eleições de 18 de Junho, deveriam contribuir para que o acto eleitoral seja um significativo momento de censura popular ao PSD.

3. Em terceiro lugar, é um facto dificilmente negável que a revisão nos moldes previstos no acordo

sultantes de propostas e esforços do PCP), abstiveram-se em cerca de 20% e deram um combate sem tréguas às 8 opções negativas que, representando pouco mais de 20% do articulado projectado, levam a considerar a revisão globalmente negativa por dar ao PSD perigosos instrumentos para a sua ofensiva destruidora (contra o pluralismo na comunicação social, pela livre-privatização, conta a reforma agrária e o planeamento democrático, pela redução do número de deputados e a supressão dos contrários ao governo, contra a regionalização).

4. Em quarto lugar, recusando as teses dos que consideram que a revisão projectada pelos parceiros do acordo «pondo fim à querela constitucional» seria útil para «alargar o consenso em defesa do regime», o PCP alerta para o facto de o PSD e as demais forças que se opõem à construção em Portugal de uma democracia avançada se recusarem a enterrar o machado de guerra constitucional. Pretendem alcançar nesta revisão o máximo que lhes seja concedido, mas com reserva mental, prepararam-se para, na prática, incumprir as normas constitucionais favoráveis aos trabalhadores e brandir com arrogância, as alterações negativas projectadas (não para propiciar consensos mas antes para dificultar a oposição que enfrentam). O PSD pretende, aliás, conquistar uma maioria complacente no Tribunal Constitucional que debilite as possibilidades de resistência institucional aos seus ataques à Constituição.

além de não estar feita, tem defeito.

O que urge, pois, não é tornar irreversíveis as soluções generalizadamente consideradas calamitosas, mas antes reavivá-las e corrigi-las. Os debates têm vindo a esboçar a acusação «quem não está pelo acordo é porque, no fundo, não quer nenhuma revisão» (que na variante mais trauliteira e sumária reza: «o PCP é fixista, crítica a mudança de qualquer vírgula da Constituição»). O PCP combinou em todo o processo a insistência coerente na defesa dos contornos essenciais do regime e uma extrema flexibilidade na consideração de soluções, distinguindo-as cuidadosamente, relacionando-as com a conjuntura política e a estratégia de fundo do cavaquismo (e nunca as amalgamando numa condenação abstracta de toda e qualquer revisão).

Em consequência os deputados comunistas aprovaram 60% das soluções em Comissão (algumas re-

5. Em quinto lugar, a insistência do PCP na defesa activa da Constituição não assenta na sobrestimação dos perigos de uma revisão globalmente negativa, mas antes numa justa, equilibrada e precisa avaliação desses perigos. O PCP não proclama, como a UDP, que há o risco de substituição da Constituição de Abril por uma outra Constituição (uma **Constituição cavaquista**), nem confunde o debilitamento das garantias institucionais da democracia económica antimonopolista com a consagração constitucional (e automática instauração) dos poderes dos monopólios... Mas não subestima os perigos decorrentes da concessão ao PSD de novos meios para a sua ofensiva tendente a transformar Portugal na Singapura da Europa, país subalterno e dependente, com trabalhadores sem direitos e empresários sem deveres...

6. Em sexto lugar, a posição do PCP sobre a revisão constitucional em curso não resulta de «um excessivo apego à Constituição de 76» e de uma suposta incapacidade de perspectivar o futuro», (que passaria pela «necessária modernização da Constituição em termos europeus).

É sintomático que esses esqueçam (mas nós não esquecemos) que, na sua muito longa experiência histórica, o PCP já viveu sob três Constituições: a de 1911, vigente à data da fundação do Partido, a Constituição fascista de 1933 — lutámos para a derrubar! (e assim foi com o 25 de Abril) — e a de 1976, a mais generosa e avançada das constituições portuguesas, garante de uma identidade singular em Por-

tugal no concerto comunitário europeu. Sabemos bem que nem uma má Constituição nos faz renunciar aos nossos ideais, nem uma boa Constituição produz magicamente resultados que só da luta política, da acção criativa dos cidadãos, podem emergir. Mas não desvaloriza-



mos a importância da questão constitucional...

Quanto à **modernização da Constituição** é consigna que em muitas bocas esconde mal o **vezo do retrocesso**. Pela nossa parte, orgulhamo-nos de ter contribuído para a enorme modernidade da Constituição de Abril e para imprimir carácter precursor a muitas das suas novidades (a pujante combinação das liberdades e da igualdade, a moderníssima aspiração a que a democracia entre nas empresas e embeba a vida económica, o papel essencial atribuído aos trabalhadores, a consagração das autonomias regionais e locais, a preocupação de reconhecer poderes aos cidadãos para assumirem activamente a resolução dos seus problemas, sem, porém, irresponsabilizar o Estado pelo necessário combate ao obscurantismo, à ignorância, à doença, à pobreza...

Na luta por esses objectivos constitucionais se reconhecem homens e mulheres dos mais diversos partidos e a esmagadora maioria dos portugueses, esses para quem vive e serve a Constituição, que vale a pena defender. Nisso persistiremos! ■

■ **Octávio Teixeira**

# Revisão Económica

## As responsabilidades do Partido Socialista

A actual Constituição Económica consagra os princípios fundamentais (e essenciais) da organização económica e social de uma sociedade que prossegue o aprofundamento da democracia económica, social e política. Por isso ela impõe a subordinação do poder económico ao poder político democrático. Por isso que o conceito de desenvolvimento económico constitucionalmente consagrado ultrapasse o conceito de mero crescimento económico, integrando os princípios da organização e controlo democrático da economia e da justiça social. O texto actual da parte económica da Constituição consagra, afinal, ideais do 25 de Abril de 1974: a eliminação do poder dos grupos monopolistas e dos latifundiários na sociedade portuguesa, e a colocação da economia nacional ao serviço dos interesses do País, visando a crescente satisfação das necessidades de todos os portugueses.

E, ao mesmo tempo que consagra os princípios fundamentais da organização e do desenvolvimento económicos, o texto constitucional garante os instrumentos essenciais à concretização daqueles princípios. Por isso que a Constituição garanta, nomeadamente, a apropriação colectiva dos principais meios de produção, a irreversibilidade das nacionalizações e a Reforma Agrária, instrumentos básicos para que seja assegurada a subordinação do poder económico ao poder político. Por isso, ainda, que a Constituição de Abril imponha, designadamente, o planeamento democrático da economia, a progressiva redistribuição do rendimento e a diminuição das desigualdades, como instrumental necessário à concretização do conceito de desenvolvimento consagrado na lei fundamental.

São estes instrumentos básicos que as propostas conjuntas do PS e PSD, em sede de revisão constitucional, tendem a eliminar ou degradar, abrindo as portas ao esvaziamento do conteúdo dos princípios fundamentais, ao esvaziamento do conteúdo da própria democracia pela debilitação das suas vertentes económica e social. Na verdade, as propostas de alteração da Constituição que visam a eliminação da irreversibilidade das nacionalizações, que afastam da lei fundamental a referência expressa à Reforma Agrária, que degradam a ideia do planeamento democrático da economia, que eliminam a orientação para a apropriação colectiva dos principais meios de produção, põem em causa o princípio da organização e

controlo democrático da economia como elemento integrante do desenvolvimento económico, tendem a restringir a noção de desenvolvimento de mero crescimento económico — e a associar este à concentração —, retiram qualquer eficácia ao princípio da subordinação do poder económico ao poder político. E se tais propostas, contrárias aos interesses objectivos da democracia portuguesa, são assinadas conjuntamente pelo PS e pelo PSD, é sem dúvida ao PS que têm de ser assacadas as principais responsabilidades, é ao PS que se deve exigir a reponderação atempada dos prejuízos que daí advirão para o regime democrático e para o futuro dos portugueses.

Por um lado, porque o PSD sempre quis o que hoje quer: a eliminação, tão vasta quanto possível, dos princípios progressistas consagrados na Constituição e, se oportunidade lhe for dada, a própria inversão desses princípios. E só com a convicção activa do PS, o PSD de Cavaco Silva conseguirá concretizar esses seus objectivos. Porque a direita, o PSD e o CDS, não têm os dois terços exigidos para a concretização de qualquer alteração constitucional.

Por outro lado, porque não há quaisquer razões objectivas que, com um mínimo de seriedade, possam justificar que o PS defenda hoje na revisão da Constituição o que repudiou (e bem) na revisão constitucional de 1982. Designadamente, não há qualquer razão objectiva para que deixem de ter todo o sentido as afir-

mações do PS na revisão constitucional de 1982, pela voz do deputado Almeida Santos, de se não poder conceber «como é que poderia o poder económico, em Portugal, estar subordinado ao poder político, sem a existência de um forte sector público», e de que «não é, na verdade, a existência deste sector público que impede o actual Governo ou que impediu os anteriores, de resolver os problemas económicos nacionais... (antes pelo contrário) se não existisse esse sector público, porventura, seriam mais graves, neste momento pelo menos alguns desses problemas económicos» (Diário da Assembleia da República, de 17/82, pág. 4561). E, para ser garantida a existência de um forte sector público, é indispensável a manutenção constitucional do princípio da irreversibilidade das nacionalizações. Isto «porque os partidos da maioria já nos convenceram, bem ou mal, de que são mesmo contra a existência de um forte sector público» (idem). E se os partidos da AD já então haviam convencido o PS do seu ódio cego às empresas nacionalizadas, a acção do PSD e do Governo de Cavaco Silva só pode reforçar essa convicção. É, pois, inconcebível que mantendo-se os pressupostos, o PS esteja hoje a oferecer ao PSD aquilo que em 1982 fundamentalmente recusou. E a incompreensão cresce (se é possível) ao constatararmos que em 1982 o PS recusou a alteração constitucional da irreversibilidade das nacionalizações apesar de a AD lhe oferecer «a sujeição a dois terços da reversibilidade das nacionalizações posteriores ao 25 de Abril...» (idem). Hoje, o PS quer oferecer ao PSD de Cavaco Silva as desnacionalizações mesmo sem a sujeição aos dois terços! Porquê? Repete-se: nada há de objectivo que possa justificar a inversão da posição do PS. Pelo contrário. A adesão à CEE entretanto verificada, e a anunciada criação do Mercado Interno, impõem, na óptica do interesse nacional, a manutenção e dinamização do forte sector público que temos, como condição necessária para que o País possa enfrentar 1992 com o mínimo possível de perdas, para que os sectores e empresas estratégicas portuguesas não sejam dominadas pelo capital multina-

cional. Tal como a aplicação eficaz dos fundos estruturais comunitários e a necessidade da regionalização são razões adicionais para reforçar o princípio do planeamento democrático da economia, e não para concentrar nas mãos exclusivas do Governo a programação económica e social, ao sabor dos interesses dos grupos capitalistas, do compadrio partidário e da corrupção. Como a experiência recente bem o demonstra!

E em matérias fulcrais para o regime democrático-constitucional não se utilizem sofismas. Se é certo que as propostas que o PS assinou conjuntamente com o PSD não obrigam às desnacionalizações, a verdade é que abrem de par em par as portas para que Cavaco Silva as possa fazer, quando e como quiser, mesmo através de negócios particulares. Se é certo que a eliminação da referência expressa à Reforma Agrária não acaba com esta, a verdade é que debilita o quadro constitucional para a sua defesa e aumenta a margem de manobra do Governo na sua ofensiva contra os trabalhadores das UCP's/Cooperativas do Alentejo e Ribatejo. E são por de mais conhecidos os objectivos do Governo de Cavaco Silva. Que aliás não se esconde, anunciando desde já, por exemplo, que após a revisão da Constituição (tal como está iniciada) privilegiará as reprivatizações por negócio particular e publicará uma nova lei da Reforma Agrária.

Na revisão de 1982, o PS afirmava que a sua recusa das propostas da AD, no respeitante à organização económica, era «não só uma atitude de fidelidade ao espírito e à vontade implícita no 25 de Abril, no fundo uma homenagem ao 25 de Abril, um factor pacificante da economia portuguesa, a garantia de que não teremos de voltar a sujeitar-nos ao trauma de o poder político pertencer a meia dúzia de grupos privados, com o seu banco, a sua seguradora e o seu jornal, eternizarem os ditadores nas cadeiras de S. Bento... No fundo, o Partido Socialista quer dizer que é assim que, conscientemente, assume as suas responsabilidades» (idem, pág. 4562). Aplaudam-se estas palavras. Questione-se: agora, que responsabilidades quer o PS assumir? ■

■ **Jorge Lemos**

# Comunicação social e revisão constitucional

O acordo celebrado entre o PSD e o PS em matéria de Comunicação Social representa uma perigosa cedência do Partido Socialista aos designios do PSD que, por este modo, vê satisfeitas as suas reclamações quanto à supressão de garantias essenciais em matéria de liberdade de informação.

As soluções acordadas:

a) Viabilizam enquanto «conquista irreversível» do PSD a governamentalização da concessão de frequências de radiodifusão;

b) O Conselho de Comunicação Social (eleito por maioria de 2/3 dos Deputados) é condenado à morte e substituído por uma «Alta Autoridade para a Comunicação Social» eleita por maioria simples (do PSD) com composição maioritária deste partido;

c) Não se confere garantia institucional ao sector público de imprensa escrita (o sector público só inclui

o sector de Revisão Constitucional, aquando da apreciação, em primeira leitura, das várias soluções apresentadas.

A transcrição dos debates da 2.ª leitura na CERC revela, ponto a ponto, o esforço permanente, consistente, coerente do PCP para prevenir ou minorar as nefastas consequências do acordo PSD/PS em matéria de comunicação social.

1. É de salientar, em primeiro lugar, que a comparação entre os articulados apresentados pelos deputados do PS e do PSD a partir de 4 de Janeiro de 1989 e os textos que subiram a plenário e o respectivo coitejo com as actas revelam como foi relevante a insistência do PCP para que, na sua tradução legal, o acordo (mal negociado pelo PS) não fosse ainda agravado. E indemonstrável que, por exemplo, a versão inicial das normas atinentes à AACCS não a qualificava expressamente como **órgão independente**, não continha qualquer cláusula sobre os poderes e competências desta autoridade para levar a cabo as suas missões constitucionais, possibilitava que fosse o Governo a regular o respectivo estatuto e regras de funcionamento (nos termos do n.º 2 do articulado inicial a Assembleia da República limitar-se-ia a definir as regras alinentes à composição da AACCS). Também se omitia qualquer alusão aos critérios para a escolha dos 4 elementos a cujo processo de designação o texto submetido a plenário agora alude, embora em termos criticáveis. O regime de transição entre a extinção do CCS e a instituição da AACCS apresentava, igualmente, diversas deficiências e lacunas para que o PCP alertou.

nos termos decorrentes do acordo, a rádio e a TV);

d) Permite-se a abertura descontrolada e sem regras da TV à iniciativa privada;

O PSD adquire, assim, novos meios de controlo da opinião pública;

Importará recordar que estas soluções contaram com a oposição de todas as forças políticas fora da área do «acordo» (do PCP ao CDS) e, mesmo dentro do PS, foram contestadas por cerca de 1/3 dos deputados do respectivo Grupo Parlamentar, como consta das declarações de voto oportunamente entregues na Mesa.

Mas a oposição a esta votação *contra natura* dos (maus) negociadores socialistas não se circunscrevem ao hemisfério. A generalidade das entidades com intervenção nesta área disseram não ao acordo.

A prová-lo aí estão as tomadas de posição do Sindicato dos Jornalistas, do Conselho de Imprensa, do Conselho de Comunicação Social, de jornalistas individualmente, do professor Jorge Miranda e mesmo de muitos socialistas.

Particularmente chocante o facto de o Partido Socialista haver dado o dito por não dito e haver acordado com o PSD soluções que contrariam frontalmente não só o projecto de revisão constitucional do PS, como as próprias declarações dos deputados socialistas na Comissão Even-

tos audiovisuais). Lamentavelmente, porém, o acordo PS/PSD veio a caracterizar-se por soluções e resultados inversos a reclamações centrais pelas quais o PCP (em consonância com muitos quadrantes de opinião) se bateu, por todos os meios regimentais.

3. É de realçar, em terceiro lugar, que o modelo de comunicação social para que o PS e o PSD apontam reveste particular gravidade num contexto em que Portugal enfrenta as decorrências do processo de construção do Mercado Único Europeu. É preocupante a prevista abertura incontrolada do mercado português, num contexto internacional dominado por estratégias concentracionárias desencadeadas por grupos económicos (nacionais e estrangeiros) num entrecruzar de interesses e projectos à escala europeia e mundial.

Esse quadro é propiciador de fenómenos de concentração de poder ao serviço de estratégias privadas, redutoras do pluralismo, susceptíveis de alterar os processos de formação de opinião pública e reforçar a penetração de informação e valores culturais estranhos ou contrários aos interesses nacionais e à identidade cultural portuguesa. Inquietante, pois, o facto de ter sido aprovado um esquema constitucional com contornos «em branco», uma arquitectura constitucional incompleta para a comunicação social com remissão para o legislador ordinário de decisões fundamentais. Num contexto de internacionalização crescente, o modelo comunicacional português arrisca-se a ser definido, por um lado, através de directivas comunitárias (como a relativa à chamada «TV sem fronteiras») e, por outro, no período imediato, por «leis laranjas» impostas por uma maioria parlamentar ciosa do controlo informativo.

4. Em quarto lugar, o PCP contribuiu positivamente para diversas alterações que, mesmo num contexto negativo, devem ser consideradas relevantes. Assim:

— Definem-se mais claramente os contornos do direito de intervenção dos jornalistas na orientação dos respectivos órgãos de comunicação social, eliminando-se quaisquer dúvidas de que esse direito existe nos órgãos de comunicação social que, sendo embora propriedade de igrejas, não tenham **natureza confessional** (art.º 38, n.º 2, a)). Esta alteração constitucional tem como implicação a necessidade de imediata alteração do estatuto editorial e das regras de funcionamento da Rádio Renascença;

— Alarga-se a todos os órgãos de comunicação social a obrigação de divulgação da propriedade e respectivos meios de financiamento;

— Obriga-se as empresas titulares de órgãos de informação geral a respeitarem o princípio da especialidade;

— Elimina-se a obrigação de apoio do Estado a toda a imprensa (prevista no actual artigo 38.º, n.º 8): o apoio não discriminatório, obrigatório constitucionalmente diz agora respeito apenas aos órgãos de **informação geral**;

— Mantém-se a obrigação de medidas anti-concentração de empresas de comunicação social, o que, no contexto do modelo revisto de comunicação social, torna inadiável a aprovação de legislação que proíba sobre atos fenómenos de proliferação desordenada de actuações empresariais tendentes ao controlo

do mercado por um infimo número de grupos económicos;

— Apesar da supressão do 1.º segmento do n.º 6 do artigo 38.º (que alude à proibição de «regimes administrativos, fiscais, creditícios e comerciais susceptíveis de afectar directa ou indirectamente a liberdade de imprensa»), o novo número 4 vincula o Estado a assegurar a liberdade e a independência dos órgãos de comunicação social perante os poderes político e económico, **dando-lhes tratamento não discriminatório** (o que, evidentemente, abrange os regimes fiscais, administrativos, creditícios e de comércio) e torna obrigatório o apoio do Estado naquilo que possa contribuir para a igualdade de oportunidades. No sistema do novo número 4, o combate à concentração empresarial, a garantia de apoio e tratamento não discriminatório, a instituição de regras de transparência, formam um **tudo**, dominado pela incumbência do Estado de garantir a independência e a liberdade de informação;

— Impõe-se a existência e funcionamento de um serviço público de rádio e televisão (tendo sido suprimida a sua qualificação como serviço mínimo);

— Ficando a existência de jornais públicos dependentes do juízo do legislador ordinário estabelecem-se, no novo número 6, que em todo o sector público (no qual se incluirão jornais pertencentes ao Estado e a quaisquer entidades públicas, incluindo municípios, empresas e institutos públicos) se deverão respeitar as regras de independência e garantir a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

Tendo embora presentes estes últimos aspectos, o Grupo Parlamentar do PCP considera, **globalmente negativo** o sentido das alterações aprovadas e exercerá todos os seus direitos de iniciativa e intervenção com vista à adopção de providências que, nos diversos planos, contribuam para que o PSD não venha a conseguir consumir o seu projecto de hegemonização do novo quadro dos audiovisuais e da imprensa. ■

■ **João Amaral**

# A Regionalização a marcar passo

Quanto à regionalização o ponto da situação da revisão constitucional faz-se em poucas palavras: **No acordo com o PSD, o PS desiste de acelerar a criação das regiões e põe o processo a marcar passo.**

É o que resulta claramente, e em primeiro lugar, do conteúdo da alteração ao 256.º que o PS apresenta juntamente com o PSD: a proposta PS/PSD **deixa nesse artigo o essencial na mesma**. Mantém as mesmas exigências que os inimigos da regionalização agitam como dificuldades para o avanço do processo. Mantém a mesma regra da simultaneidade da criação, que tem servido para bloquear a criação de todas e de cada uma das regiões, mesmo daquelas (como o Algarve) que todos proclamam como sendo inquestionáveis... e de criação urgente!

Houve entretanto um «cândido», optimista como manda a tradição, que descobriu o mérito da proposta: mantendo o essencial na mesma, pelo menos não era pior... Até para

a «candura» há limites: é que fazer uma proposta de alteração para **reafirmar as mesmas dificuldades**, que alguns alegam para obstaculizar o processo, é dar mais força à alegação dessas dificuldades e por isso mais força aos inimigos da regionalização.

E isto é tanto mais assim quanto para o demonstrar esses inimigos da regionalização podem invocar precisamente o facto de o PS ter decido da sua própria proposta de alteração onde a expressão «simultaneamente» desaparecia. Comparem-se os textos: **Artigo 256.º actual:** «As regiões são criadas simultaneamente»; **Proposta Inicial do PS:** «O território continental será geograficamente dividido em regiões administrativas». **Proposta PS/PSD (acordo de revisão):** «As regiões

administrativas são criadas simultaneamente por lei».

Vejamos: é ou não claro que entre a proposta inicial do PS e o texto actual o que salta à vista é a eliminação da palavra «simultaneamente»? E é ou não verdade que o que é assinalável entre o texto PS/PSD e o texto inicial do PS é a **reintrodução da palavra simultaneamente? Como pode o PS negar o recuo?**

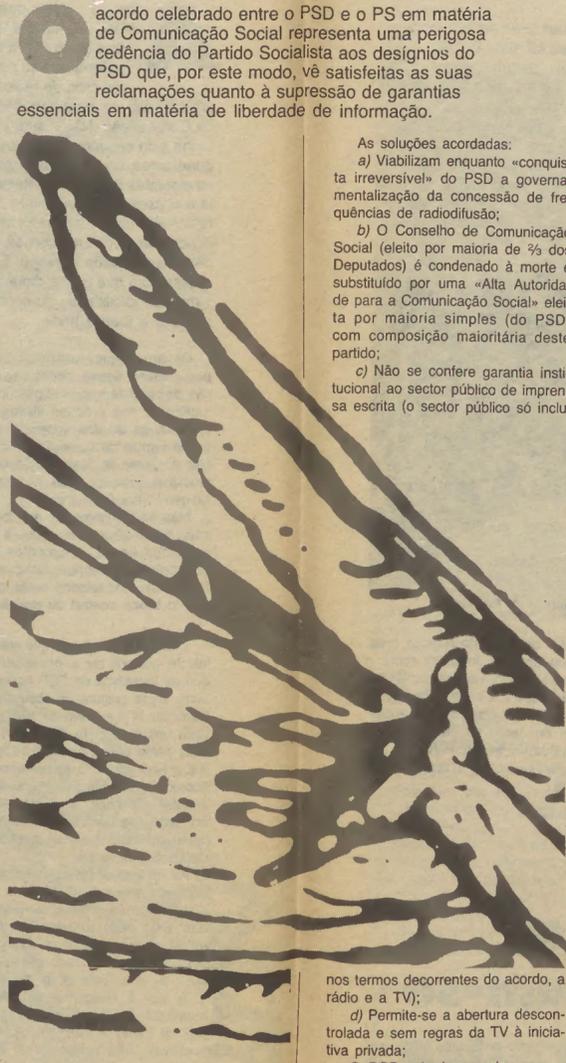
Mas, a crescer, há um **segundo facto que torna evidente a desistência do PS de acelerar a criação das regiões:** é o abandono no quadro do acordo com o PSD, da proposta de aditamento à Constituição de um artigo fixando o prazo de um ano para aprovação da Lei Quadro das regiões.

O PS dirá que «não abandonou essa proposta, só a não conseguiu incluir no acordo». Pois é: **o PS conseguiu incluir no acordo o que é mau para a regionalização e não conseguiu o que seria bom!**

O PS dirá ainda que a sorte da regionalização não se esgota nesta batalha e que, fora da revisão constitucional, o PS será firme como uma rocha... Pois é: só que o PSD não vai deixar de aproveitar as hesitações e recuos do PS para bloquear mais e mais descaradamente o processo de regionalização.

E já está a fazê-lo. Que outro sentido dar à proposta apresentada e votada pelo PSD na Comissão do Poder Local para adiamento por mais um ano do processo legislativo de aprovação da Lei Quadro das regiões administrativas? Que outro sentido dar à recusa do PSD, na mesma Comissão, de debater e aprovar o relatório da consulta às assembleias municipais realizada pela AR sobre os projectos da Lei Quadro, consulta que dava um esmagador apoio ao quadro da regionalização?

A oposição do PSD à regionalização é clara, está demonstrada e é assumida. Cavaco Silva não escond



■ José Paulo Oliveira

# PORTALEGRE

## 2.ª Jornadas confirmam: Associação de Municípios é fundamental!

A necessidade de promover a regionalização e de concretizar com urgência a Associação de Municípios do Distrito de Portalegre foi sublinhada em Nisa por Joaquim Miranda da Silva, deputado do PCP no Parlamento Europeu, membro suplente do Comité Central do Partido, segundo nome da lista da CDU para as eleições de 18 de Junho.

Joaquim Miranda falava no passado sábado no encerramento das 2.ª Jornadas sobre o Desenvolvimento Económico e Social do Distrito de Portalegre, iniciativa de debate e reflexão em que estiveram em foco temas de viva importância para o presente e o futuro das gentes de Elvas, Campo Maior, Monforte, Arronches, Sousel, Fronteira, Avis, Alter do Chão, Ponte de Sor, Crato, Portalegre, Marvão, Castelo de Vide, Gavião e Nisa. Promover o desenvolvimento, preparar o distrito para o impacto de 1992 foi o tema central destas 2.ª Jornadas organizadas pela Comissão Distrital de Portalegre do PCP, abertas à participação de todos os interessados.

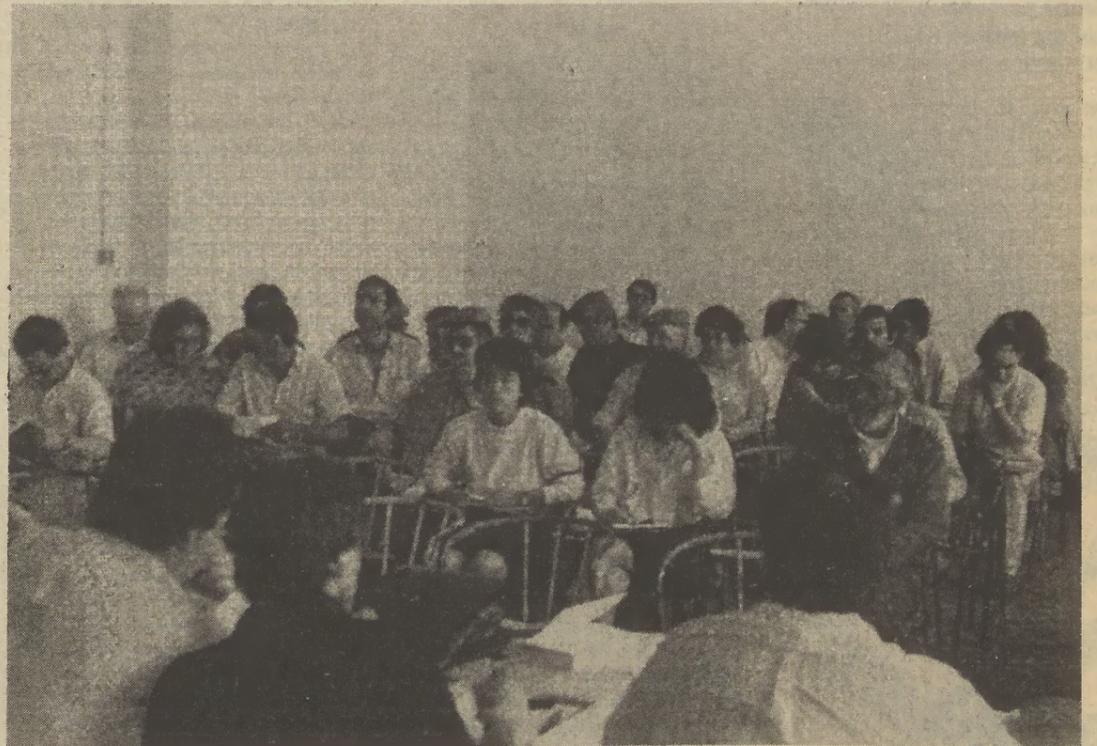
Na Mesa que dirigiu ao debate, seguido por alguns órgãos da imprensa, nomeadamente da informação regional, para além de Joaquim Miranda, um dos três candidatos do Alentejo da lista CDU para Estraburgo, encontravam-se os camaradas Diamantino José Dias, membro do CC, João José Alfacinha Pinheiro, suplente do CC, responsável pela organização distrital do Partido, José Manuel Basso, presidente da Câmara Municipal de Nisa, Carmosino e Diogo Júlio, da Comissão Distrital do PCP.

### Não é pobre!

Á semelhança do que já tinha acontecido em Julho do ano passa-

do com as 1.ª Jornadas, a iniciativa realizada no passado fim-de-semana nas magníficas instalações dos Bombeiros Voluntários Municipais de Nisa proporcionou um espaço aberto de diálogo, de reflexão conjunta, de apresentação de ideias e propostas em que o norte alentejano foi realmente «passado a pente fino».

Militantes e dirigentes do PCP, outros democratas, técnicos e especialistas de várias áreas, eleitos nas autarquias (incluindo presidentes e vereadores de CMs), sindicalistas, quadros da Reforma Agrária, pessoas ligadas ao ensino, à administração pública e às questões sociais mostraram ao longo do dia múltiplas facetas dum distrito que «não é po-



Nisa acolheu as 2.ª Jornadas sobre o Desenvolvimento Económico e Social do Distrito de Portalegre

bre» e que repudia o atraso que lhe tem sido imposto ao longo dos anos.

Das questões mais específicas, como a necessidade de uma rede de frio, os destinos da cortiça extraída na região ou as possibilidades de desenvolvimento da componente turística da Serra de São Mamede, por exemplo, aos temas mais alar-

gados e complexos, como o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) e as suas incidências distritais ou a Operação Integrada de Desenvolvimento (OID), passando pelas perspectivas do Alqueva (projecto que poderá dar origem à irrigação de 180 mil hectares e à criação de cerca de 25 mil postos de trabalho di-

rectos) – de tudo isto e muito mais, se falou nas 2.ª Jornadas sobre o Desenvolvimento, na perspectiva da realidade que é a integração de Portugal na CEE e da imperiosa necessidade de, tanto no país como na Comunidade, se incentivar a luta pela defesa dos interesses nacionais. ■

## Ouvimos e registámos

Somos por uma política que tenha em vista o aproveitamento e valorização das potencialidades do nosso distrito, para que os jovens não tenham de emigrar, para que, efectivamente, haja direito ao trabalho e à habitação.

João José Pinheiro

Quando o PDR (Plano do Desenvolvimento Regional) já estava em fase final, veio ao Alentejo o ministro Valente de Oliveira reunir com as autarquias e decidiu que estas deviam apresentar no prazo de 4(1) dias os seus projectos. O que se pode chamar a isto: provocação ou ignorância?

Diamantino José Dias

Vivemos um momento de profundas mudanças com grandes implicações políticas, económicas, sociais e culturais inevitáveis, às quais não podemos ficar alheios. No amplo espaço da CEE e depois no Mercado Interno, a nossa intervenção é determinante para que a evolução se faça ao serviço do homem e da humanização do trabalho.

António Marques

Atrevo-me a sugerir aos promotores destas 2.ª Jornadas sobre o Desenvolvimento Económico e Social que, apesar da heterogeneidade política do distrito, lance a discussão no sentido de ser criada uma estrutura de apoio às autarquias, quer no campo cultural, quer noutros campos, chame-se «associação de municípios», «gabinete de estudos» ou qualquer outra coisa, mas onde se reúnam especialistas de várias áreas do saber, aptos a promover e dinamizar o desenvolvimento do distrito.

José L. Candelas

Apresentámos no mês passado em Estraburgo uma proposta de resolução visando apoios para o combate à desertificação do Alentejo e à concretização do Alqueva.

Joaquim Miranda

## Joaquim Miranda

### Os desafios ganham-se perdem-se ou empatam-se



A propósito da adesão à CEE e do Mercado Único de 93 costuma ouvir-se com frequência que estamos perante um desafio. Em Nisa, na intervenção de encerramento das 2.ª Jornadas sobre Desenvolvimento, o deputado ao PE Joaquim Miranda lembrou que um desafio pode ser ganho, perdido ou empatado... «Ninguém pode dizer, à partida, que vai ganhar um desafio. A não ser que as regras do jogo estejam viciadas. E, se estiverem, não será certamente a nosso favor...», lembrou e alertou Joaquim Miranda.

O candidato comunista a Estraburgo fez uma extensa intervenção naquela iniciativa da Distrital de Portalegre, durante a qual pormenorizou questões de ordem técnica e política que é praticamente impossível aqui resumir. Sublinhou, por exemplo, que é necessário lutar por uma dimensão social de desenvolvimento e que a regionalização do país é um meio insubstituível para o assegurar.

J. Miranda mostrou como são importantes as Operações Integradas de Desenvolvimento (OIDs), desde que elaboradas e lançadas com determinadas orientações e objectivos. Infelizmente, a OID do norte alentejano não passa de «um amontoado de projectos, sem articulação entre si, sem articulação com as verbas

do Orçamento do Estado, não mobilizando sequer (e muito menos articulando) os vários departamentos de Estado na região».

Um dos intervenientes nas Jornadas tinha ironizado anteriormente com situações deste género: para o mesmo local há quem aprove a construção de estradas e há quem decida sobre planos para uma barragem...

Rejeitando energicamente «soluções» sobre o joelho, o deputado comunista acentuou que o distrito de Portalegre, na sua pluralidade, deve ser abrangido numa operação Integrada de Desenvolvimento. Quanto aos restantes distritos alentejanos (Évora e Beja) e tal como vêm propondo as respectivas autarquias, deverão eles também ser abrangidos por Operações Integradas próprias, o que não poderá ser impeditivo, obviamente, de projectos comuns para todo o Alentejo».

Noutra passagem da sua intervenção, Joaquim Miranda observou que é necessário, no que respeita ao PEDIP (apoio à indústria portuguesa) e a outros programas sectoriais, garantir que eles não se localizem exclusivamente ou predominantemente nas zonas industriais tradicionais e que quanto aos programas para as regiões fronteiriças (caso do Alentejo) haja uma repartição equilibrada. ■

## A reunião de Abril do CC do PCUS

# Um marco de vulto no caminho da perestroika

**E**m Abril de 1985 realizou-se a reunião plenária do CC do PCUS onde foi dado o arranque para a *perestroika*. A política de profunda transformação revolucionária da sociedade soviética seria depois desenvolvida no 27.º Congresso, no início de 1986 e teve outro marco importante com a 19.ª Conferência do PCUS, no Verão do ano passado. Quatro anos após a reunião de 85, foi também em Abril, no dia 25, que se realizou mais um importante plenário do Comité Central. O «Pravda» publicou as intervenções feitas durante o debate, os resultados das votações efectuadas e a intervenção de encerramento do secretário-geral do CC do PCUS, Mikhail Gorbatchov.

A ordem de trabalhos da reunião não foi expressamente divulgada. A nota publicada no «Pravda» de dia 26 referia que foram tratadas «algumas questões de organização da actividade do Comité Central».

A breve intervenção de Mikhail Gorbatchov na abertura dos trabalhos — também publicada naquela edição do órgão central do CC do PCUS — indicava claramente que a grande questão concreta a decidir na reunião tinha a ver com o pedido de demissão de 74 membros efectivos e 24 suplentes do CC e ainda 12 membros da Comissão Central da Revisão.

Mas mostrava também que o CC do PCUS iria debater a situação actual no país, nomeadamente os resultados das recentes eleições para o Congresso dos Deputados do Povo da URSS.

### «Saímos para ajudar a perestroika»

O secretário-geral do PCUS recordou que, dos 301 membros do CC, 83 estavam reformados; entre 157 suplentes do CC, havia 27 reformados; de 82 membros da CCR, 12 estavam na reforma. Ou seja, nos organismos de direcção central do PCUS tinham atingido a idade de reforma 122 pessoas.

«Sentem-se numa posição incómoda — disse Gorbatchov —, uma

vez que não podem participar activamente no trabalho do partido e do Estado. E a vida de hoje, a sua dinâmica e a sua dimensão, as tarefas que se colocam ao CC, exigem uma participação muito mais activa».

Mikhail Gorbatchov apresentou o pedido colectivo como resultado desta preocupação, que já surgira antes em conversas pessoais e com a direcção do PCUS, expôs a posição do Bureau Político, favorável a que tal pedido fosse aceite, e deu por aberto o debate, apelando concretamente a que falassem também camaradas que assinaram a carta colectiva.

O apelo foi correspondido. O antigo ministro Serguei Afanassiev — numa posição que seria depois reforçada pelos outros seis signatários do pedido de demissão que falaram no plenário — foi o primeiro orador e fez questão de sublinhar (depois de lembrar que não fazem parte do CC 6 secretários de comités centrais dos partidos comunistas das repúblicas federadas e 88 primeiros-secretários) que a sua opção foi tomada com o objectivo de «dar a possibilidade ao Comité Central de fazer uma redistribuição de forças para reforçar a luta pela reestruturação, para reagrupar forças. Há que fazer isto no interesse do Partido, no interesse da nossa causa.» Pôs particular ênfase em que o pedido de demissão não deve ser vista de forma alguma como uma fuga. «Pelo con-

trário, há que a ver como uma ajuda à *perestroika*».

Foi também esse o objectivo de P. N. Fedosseev, conselheiro da presidência da Academia das Ciências da URSS. «Da saúde não me queixo, à reforma não passei e ao mesmo tempo, com toda a responsabilidade, assinei ontem o nosso pedido conjunto a prescindir do cargo de membro do Comité Central» — afirmou, explicando de seguida que «na Academia das Ciências decidimos estabelecer um limite etário, e quem atinge os 75 anos não pode ocupar cargos dirigentes na presidência (...). Se, pela idade, não posso cumprir obrigações de dirigente na presidência da Academia das Ciências, é natural que não me sinta muito bem mantendo-me como membro do CC, organismo dirigente de todo o Partido. (...) Embora não esteja reformado nem com problemas de saúde, a idade já não me permite cumprir as funções que cabem a um membro do Comité Central».

A situação na URSS, o desenvolvimento da *perestroika*, exigem cada vez mais dos comunistas, e sobretudo dos mais responsáveis. Nas 20 intervenções feitas na reunião de 25 de Abril do CC do PCUS, e em particular nas 7 de camaradas que pediram a demissão, sublinha-se que foi ajudar a *perestroika* a razão principal do pedido colectivo de 110 dirigentes, ali aprovado por unanimidade. Também por decisão unânime, passaram a membros efectivos do CC 24 suplentes.

«Uma geração de militantes vem naturalmente substituir outra. É assim que este processo deve ser entendido. A sua compreensão correcta pressupõe igualmente que cada geração traz o seu contributo para a História do país, do povo, a cada geração está ligado um novo degrau no desenvolvimento do nosso Estado, da nossa sociedade, a perspectiva de novos objectivos» — afirmou Mikhail Gorbatchov após a votação.

### Vencer as dificuldades

Neste momento o PCUS está a fazer um ainda maior esforço para ultrapassar as dificuldades que se colocam ao desenvolvimento da URSS. É que, como disse um dos oradores, «às pesadas consequências do passado somaram-se muitos novos problemas», quer na democratização, quer na reforma económica.

Mikhail Gorbatchov, na intervenção com que encerrou o plenário do CC de 25 de Abril, referiu-se em particular aos problemas financeiros, reconhecendo que «atrasámo-nos na análise e avaliação da situação financeira do país», «todos nós não conhecíamos bem o país onde vivemos. Mas isto não quer dizer que devêssemos recusar-nos a actuar energeticamente. Certamente que era necessário começar a agir, e nós começámos. Mas tudo se veio a mostrar muito mais complexo que o que nós pensávamos, que o que parecia na primeira etapa».

As questões financeiras, como informou o secretário-geral do PCUS, levaram já o Governo, com base na discussão no Bureau Político do Partido, a tomar uma série de medidas. Mas Gorbatchov sublinhou que não se esgota aqui o trabalho que há que desenvolver: «o principal continua a ser fazer avançar de forma consequente e firme a reforma

económica, aumentar a eficiência da produção, respeitar escrupulosamente os princípios da autonomia financeira, não gastar um só rublo sem o justificar com a quantidade e a qualidade da produção».

Praticamente todos os oradores se referiram com preocupação aos problemas económicos e à necessidade de os ultrapassar. Esta questão prendeu-se muito directamente com a forma como decorreu a campanha eleitoral para o Congresso dos Deputados do Povo da URSS e os seus resultados.

«As eleições mostraram — afirmou Gorbatchov no encerramento, sintetizando uma ideia que perpassou várias intervenções — que a esmagadora maioria dos soviéticos não vêem o futuro do país sem a *perestroika*, sem corrigir e sem renovar a vida de acordo com os valores socialistas. Este é o principal resultado político das eleições, e, pode-se dizer, de todos os últimos quatro anos de intenso trabalho».

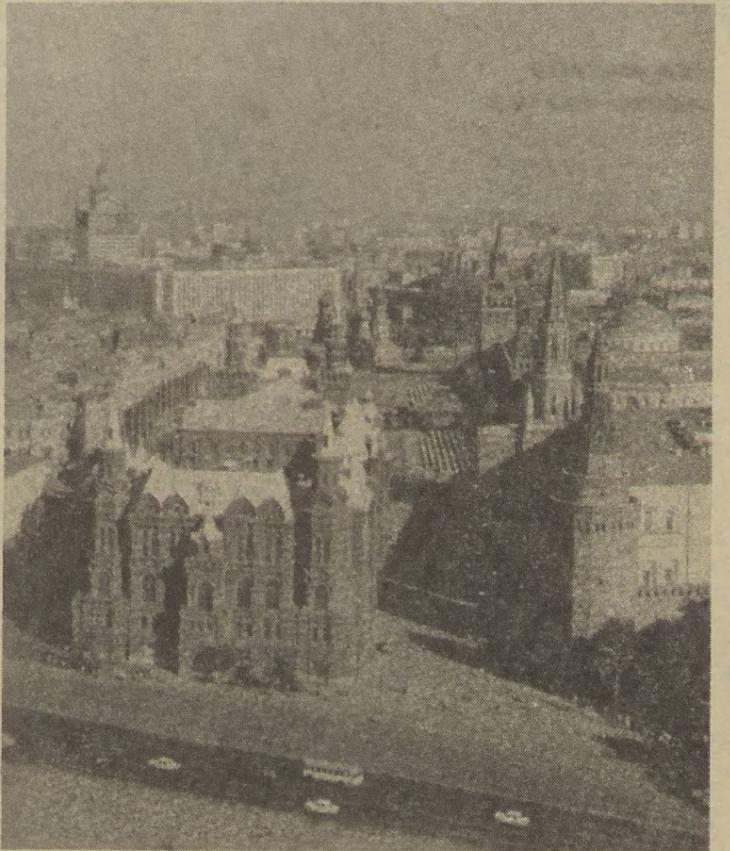
O secretário-geral do PCUS sublinhou que «as eleições decorreram em condições complexas, talvez mesmo as mais complexas. O problema alimentar ainda não está, de longe, resolvido; preocupa-nos, e discutimos estas questões no último plenário do CC. Coloca-se com acuidade a questão habitacional. Os arti-

Face às dificuldades que se colocam no processo revolucionário de transformação da sociedade soviética, referiu o secretário-geral do PCUS e chefe de Estado da URSS, «já há quem diga que a democracia e a transparência são quase como uma desgraça. E no facto de o povo ter começado a agir, não querer ficar em silêncio e apresentar exigências, vêem os custos da *perestroika*. Mas eu, camaradas, vejo nisto o êxito da *perestroika*. Este é também o ponto de vista do Bureau Político».

«Há uma linha principal, aquela de que falava Lênine: o socialismo é a criação viva das massas. E nós, através dos novos mecanismos, com base nas reformas política e económica, elevamos precisamente o homem à qualidade de principal sujeito em todas as esferas da reestruturação, em todas as esferas da vida».

### Confiança assente no trabalho

Nas intervenções publicadas ao longo de sete páginas de texto compacto no «Pravda» de 27 de Abril é muito grande o peso das preocupações, encaram-se os problemas de frente.



gos de grande consumo nas lojas são poucos. Cresce a lista do que não se encontra à venda. A situação financeira do Estado é difícil». A tudo isto, acrescentam-se ainda «questões do aperfeiçoamento da federação soviética de várias nacionalidades».

«É, assim, tanto mais importante — frisou — o facto indiscutível de que, nesta situação complexa, quando nos diziam que as pessoas não iriam votar, e as que fossem votariam contra, o povo soviético se manifestou univocamente a favor da *perestroika*, confirmou a sua fidelidade ao socialismo, apoiou a linha do Partido para prosseguir a renovação da sociedade».

Não foi dada por encerrada a discussão. Do balanço das eleições ainda se voltará a falar do CC do PCUS nas vésperas do Congresso dos Deputados do Povo.

Foram referidos êxitos concretos — nomeadamente nas intervenções de A. P. Miassnikov, G. V. Kolbin, V. I. Kalachnikov, A. R. Vezirov — a par de inquietações e mesmo algum alarme — R. S. Bobovikov, P. N. Fedosseev, I. F. Soloviov, V. T. Saikin, I. K. Polzkov, V. K. Méssiats, V. I. Melnikov. Em todas as intervenções se afirma a forte disposição dos dirigentes comunistas soviéticos para prosseguir e acelerar a *perestroika*.

Referindo-se ao sector agrícola, disse Gorbatchov que «podem conseguir-se resultados práticos reais a curto prazo se se souber conduzir bem as coisas e utilizar as possibilidades que se abriram».

O trabalho que está a ser levado a cabo pelos comunistas soviéticos é o melhor fundamento para encarar, como eles, com confiança, o processo de profunda transformação da sociedade soviética.

## Pelos vistos...

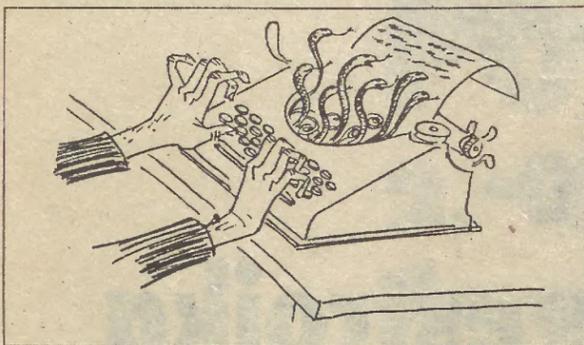
«Dizem que à distância se vê muito. Mas à distância há coisas que se vê muito bem, nitidamente, e há outras que ficam embaçadas, mesmo deformadas.» É assim que Guennadi Vassiliev, observador político do «Pravda», abre um comentário sobre a forma como a imprensa internacional tratou a reunião de 25 de Abril do CC do PCUS.

O facto de praticamente todos os mais importantes órgãos de comunicação social se terem referido a esta reunião mostra — escreve Guennadi Vassiliev no «Pravda» de 29 de Abril — que este é para a opinião pública em todo o mundo um «acontecimento muito importante na vida do PCUS e de todo o povo soviético».

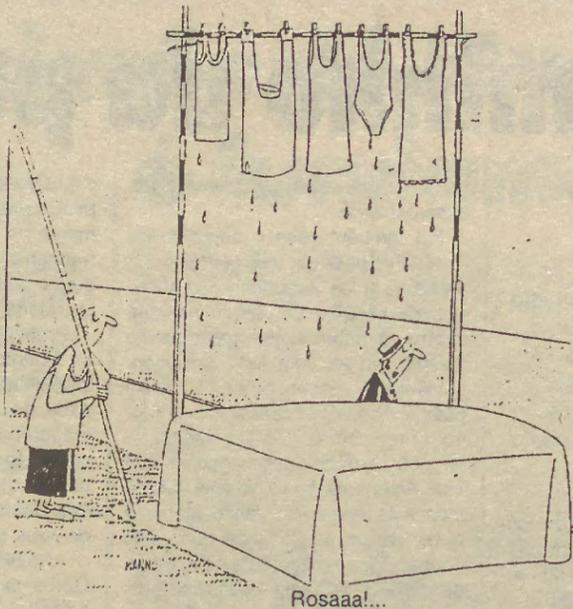
A «diversidade das apreciações» é outra característica que salta logo à vista. «Não são poucos os juízos objectivos, sérios, reflectidos» — refere-se no comentário. «Mas ao mesmo tempo» — acrescenta Guennadi Vassiliev — «manifesta-se a tendência da imprensa ocidental para emitir juízos apressados e superficiais. Os autores de comentários deste tipo tentam reduzir todo o conteúdo do plenário ao facto de um grande grupo de membros efectivos e suplentes do CC do PCUS e de membros da Comissão Central de Revisão ter prescindido dos mandatos».

«Pelos vistos, muitos dos meus colegas estrangeiros não compreendem uma verdade elementar: se o partido fala não só dos seus êxitos indiscutíveis, mas também fala abertamente dos problemas que defronta, isto é antes de mais uma prova da sua força, do seu firme prestígio nas massas» — constata o comentarista do «Pravda».

«Multiplicam-se as reacções ao plenário do CC do PCUS. De forma cada vez mais nítida, vê-se nelas o reconhecimento de que, numa fase extraordinariamente complexa do desenvolvimento da sociedade soviética, o PCUS, analisando a dialéctica dos acontecimentos, está decidido a encontrar as soluções mais eficientes para prosseguir com êxito a histórica tarefa da renovação do socialismo» — conclui Guennadi Vassiliev. ■



## Pontos Cardeais



### Classes

Com o trucidar dos meses, da base social de apoio e dos últimos resíduos de prestígio, este Governo já não raciocina — delira. Desta vez foi o ministro do Emprego e da Segurança Social, Silva Peneda, que veio à liça.

Talvez desorientado pela obrigação de repetir a cassette que lhe foi distribuída pelo chefe acerca da excelente Segurança Social que temos, o ministro Peneda resolveu compor o quadro com umas pinceladas da sua lavra. Vai daí fez-se teórico e decretou: «o mito da luta de classes entre exploradores e explorados está morto e enterrado». Acabou-se. Agora as empresas «são espaços de convergência» onde se pratica «a realização pessoal de todos os elementos que a compõem».

Somos todos, portanto, assim uma espécie de membros do Governo de Cavaco Silva — o mais comprovado «espaço de convergência» para «a realização pessoal de todos os seus elementos» que se impôs cá no burgo. E Peneda é o seu profeta.

### Na mesma como dantes

Não adianta, parece, fazer críticas e acusações ao Governo. Que ele sabe defender-se. Tem para isso, toda a televisão a seu favor. Mesmo que os acusadores sejam muitos — quase todos, mesmo alguns amigos de há pouco —, mesmo que as acusações sejam graves, a televisão absolve e pronto. Nem é preciso advogado, que o Governo é advogado em causa própria, arvora-se em juiz e lá se vão as acusações por água abaixo. Pelo menos, é o que parece. Tal como parece que estes hábitos de se colocar o executivo acima de todo o julgamento, vêm de longe, são hábitos cujas raízes mergulham numa passado a que se imaginou ter posto fim há quinze anos atrás. Seguindo a pegada do Governo, também parece que o Comando da PSP está bem defendido de toda e qualquer acusação que lhe seja feita. Além das costas quentes que tem do Governo, diz-se que tem um advogado de monta. Trata-se, nem mais nem menos, de Atahide Tavares, salazarista militante, organizador de romagens a Santa Comba Dão. E ainda advogado de defesa da rede bombista.

### Novo salário com menos 500\$00...

O escândalo chegou às escolas do ensino preparatório e secundário. Mais um, dirá o leitor. Mas este ultrapassa — e de que maneira! — as marcas do ridículo e da provocação. O Governo de Cavaco, de Roberto Carneiro, de

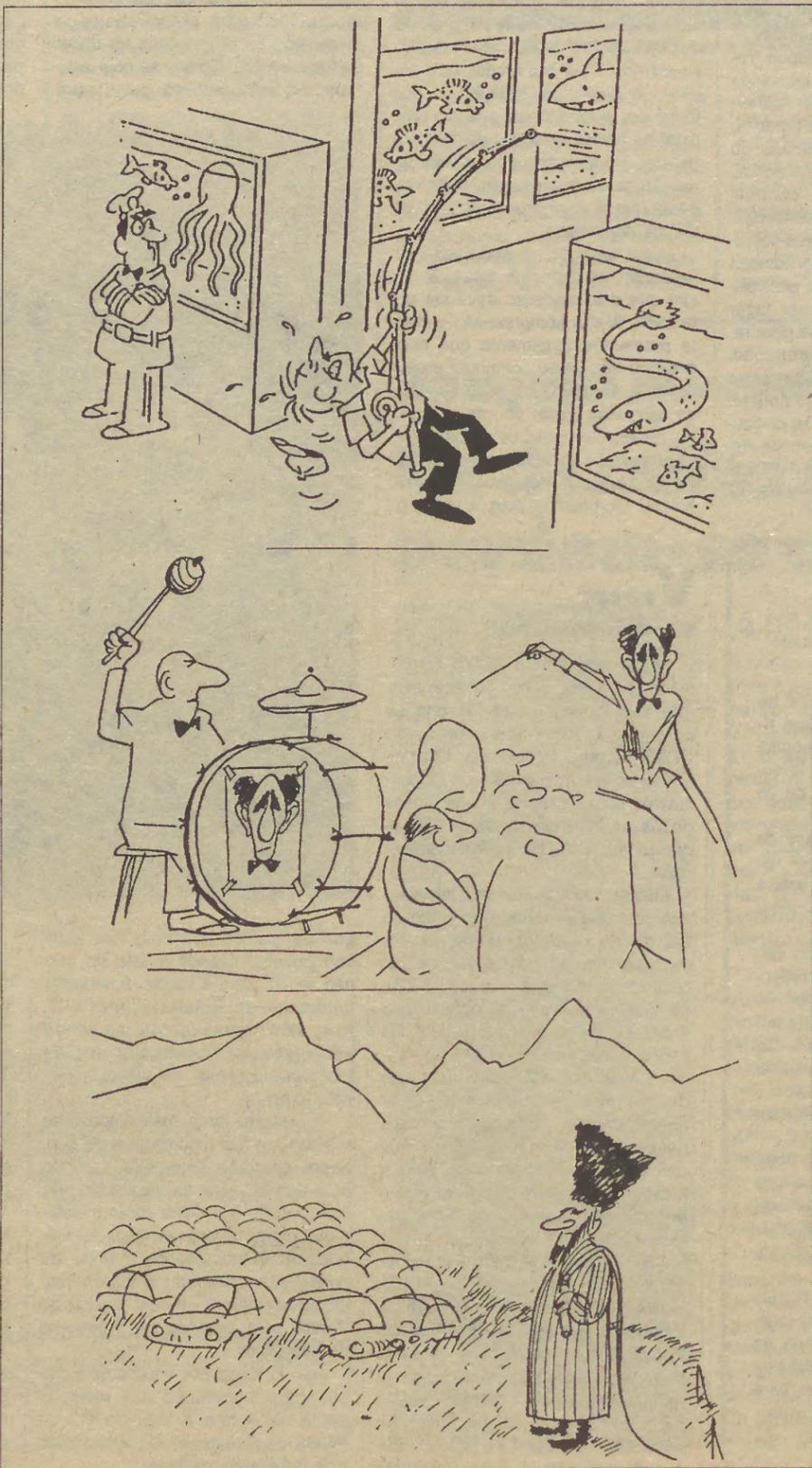
Cadilhe e companhia avançou uma nova proposta de grelha salarial para os professores. Ora bem: os da letra «A» (última fase de progressão na carreira) são contemplados com menos 500 escudos... A injustiça e a provocação vão mais longe: os homens do Governo prometem que nos casos em que se fica a receber menos, de acordo com a nova tabela, os professores em causa mantêm os salários actuais até à mudança (subida) de escalão. Como vão subir os da (actual) letra «A»/6.ª fase?

### Invasões

Serenamente o Governo dos Estados Unidos da América anunciou, através do porta-voz da Casa Branca, que o presidente George Bush «está a considerar uma intervenção militar no Panamá», estando tudo dependente «do resultado final das eleições e dos

planos do general Noriega, que ainda não os revelou». Coisa que, aliás, não lhe vai adiantar muito pois, de qualquer modo, os EUA acham que «Noriega tem de sair». Acontece que o Panamá é um pequeno país independente da América Latina.

Acontece que o Panamá é, por acaso, um dos velhos aliados dos EUA na zona, estando lá estacionados 10 000 soldados do «Tio Sam». Acontece que os EUA são, como se sabe, os campeões mundiais da liberdade, democracia e respeito pelos direitos humanos.



# Gazetilha

por Ignotus Sum

### Tempo de antena...

Ei-lo que sempre está na vasta arena.  
Ei-lo a comer, só ele, todo o espaço.  
Ei-lo que, inebriado de bagaço,  
as outras vezes põe de quarentena.

Ei-lo, pela TV, agreste ou amena,  
passeando os dentes feitos de ouro e de aço.  
Ei-lo, o PSD, sem embaraço  
inocente a usar Tempo de Antena...

A TV, para ele, é trivial.  
Manda e desmanda no Telejornal  
come, devora, sem qualquer despesa.

Tempo de Antena é mau? Acho que não.  
Abundante que seja a refeição  
sempre cai bem alguma sobremesa...

### O estado a que isto chegou

Diz o PS que o Cavaco é mau.  
Até nos disse já que «o rei vai nu».  
Conclui-se que, com este gabiru,  
o povo tem é que se pôr a pau.

Mas o PS, erguendo o varapau,  
pouco mais faz que rendas e frúfru.  
À sombra dele as asas do urubu  
rodam na valsa podre do sarau.

Aqui e além PS fica à espreita  
de tristes alianças com a direita  
de braço dado com o PSD

e diz com um trejeito envergonhado  
que é tudo «no interesse do Estado»...  
... no estado comatoso que se vê...

### Remodelação

A Cavaco se diz que remodele  
para salvar a imagem basto aflita.  
Desembarque a Beleza, que está frita.  
Quanto ao Cadilhe, por que espera ele?

Pede-se de Barreto a suja pele.  
Os penedas e outros maus da fita  
Cavaco que os demita, que demita  
ministros, secretários, este, aquele...

Não tenho nada a ver com tal serviço  
e à puridade eu acho mesmo que isso  
é só especulação, pura mania.

Porque difícil, do Governo, agora  
não é saber a quem mandar embora:  
difícil é saber quem ficaria...

### 1.º de Maio

Precária é de Cavaco a confiança.  
É a saúde que temos bem precária.  
Precária a propaganda, além de vária.  
Precária a inflação e a finança.

É precária a maré que, suja, avança.  
Precária, no Governo, a sabonária.  
Precária a abekasice camarária.  
Precária, dia a dia, a segurança.

Precária a inconsistente cavaquice.  
Precária a lengalenga da chatice.  
É precária a cassette e sem renovo.

Na paisagem precária que aí está  
só precária não é, nunca será  
a bandeira nas mãos do nosso povo.

# Agenda

Avante!

Ano 59 — Série VII  
N.º 802

11 de Maio de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Quinta

### • LOURES

Sessão de esclarecimento em **Caneças** com a participação do camarada **Delanay Filipe** — às 21.00.

## Sexta

### • LISBOA

Sessões de esclarecimento:

— na colectividade «Corações de Vale Figueira» com a participação de **Abílio Martins** — às 21.00;  
— no Centro Social do Bairro do Relógio com a participação de **Jorge Cordeiro** — às 21.00.

— encontro de **Rui Godinho**, candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, com a população do **Bairro Alto** — no Clube de Futebol de Santa Catarina, às 21.30.

### • LOURES

Reunião alargada da Coordenadora Concelhia da CDU, com a participação de **Severiano Falcão** — no cinema dos Bombeiros, às 21.00.

### • AMADORA

Sessão de esclarecimento na **Brandoa**, com a participação de **Carlos Grilo** — na Escola Primária n.º 4 de Alfornelos, às 21.30.

### • VILA FRANCA DE XIRA

Comício da CDU no Cine Teatro, com a participação de **Álvaro Cunhal** e de **Jorge Zacarias**, candidato ao PE, às 21.30. Antes do comício — às 19.00 — **Álvaro Cunhal** janta com trabalhadores da Câmara e Serviços Municipais no refeitório municipal.

### • COIMBRA

**Portugal e a Segurança e Cooperação Europeias** — seminário promovido pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, hoje e amanhã, com a participação do reitor da Universidade de Coimbra, professores universitários, brigadeiro **Pezzarat Correia** e **Marechal Costa Gomes**, entre outras personalidades portuguesas e estrangeiras.

**O Sistema Desportivo Face à Integração na CEE** — debate promovido pela CDU, da série «Coimbra e a Integra-

## COMÍCIOS COM ÁLVARO CUNHAL

### • Vila Franca de Xira

Sexta-feira, às 21.30  
no Cine-Teatro

### • Lisboa

Segunda-feira, às 21.30  
no salão da JF de Alcântara

ção na CEE». Participam **Jorge Lemos** e o prof. **Melo de Carvalho**. No Hotel Avenida, às 21.30.

### • SINTRA

Visita de **Barros Moura** ao concelho (mercado de Queluz às 10.00, cooperativa **Novo Rumo**, às 12.00); sessão de esclarecimento às 16.00 no Centro de Reformados, Pensionistas e Idosos de **Aguaiça-Cacém**.

— Plenário de militantes no CT de **Rio de Mouro** — às 21.00.

— Plenário de activistas da CDU em **Fação-Pero Pinheiro** — no CT.

Plenário de militantes, em **Queluz**, para discussão das eleições para o Parlamento Europeu — às 21.00, no Centro de Trabalho, com a participação de **António Cordeiro**.

Jornada de propaganda da CDU em **Montelavar**.

## Sábado

### • COIMBRA

Reunião da Comissão Coordenadora Distrital da CDU, com almoço de confraternização, às 13.00, no restaurante do Jardim da Manga.

### • ALCÁCER DO SAL

Almoço-convívio da CDU no **Barrancão** com a participação do camarada **José Soeiro**, que fará (às 14.30) uma intervenção sobre a situação política e as próximas eleições para o PE. Às 16.00, encontro de futebol entre as equipas dos grupos desportivos **Barrancanense** e do **Paião**.

### • AMADORA

1.ª Assembleia da Organização da Freguesia da **Falaguera/Venda Nova**. Às 14.30, na Sociedade Recreios Artísticos da Amadora, com a participação do camarada **Luis Sá**, que intervirá na sessão pública de encerramento que tem início às 18.00.

### • SETÚBAL

O que traz o Mercado Único às mulheres portuguesas — debate promovido pela CDU com a participação dos candi-

dados da CDU ao PE **Maria Santos**, **Abóim Inglez**, **Helena Bastos** e **Rosa Maria Marques** e de **Helena Neves**, do CC — no Salão Nobre da Câmara, das 10.30 às 18.00.

### • GUIMARÃES

**Os direitos dos trabalhadores portugueses e a CEE** — debate promovido pela CDU com a participação de **Barros Moura** e **Oscar Jordão Pires**, candidatos ao PE, e de **Graciete Baptista**, economista.

### • CAMPO MAIOR

Comício com a participação de **Carlos Carvalhas** — às 18.30.

### • CORUCHE

Debate sobre as eleições para o Parlamento Europeu, com a participação de **Raimundo Cabral** e **Humberto Ramalho** — na colectividade de **Foros Laguiços**, às 21.00.

### • VILA REAL

**Herculano Pombo**, deputado de «Os Verdes», visita localidades do distrito: debates em **Chaves** e em **Valpaços**, onde (às 18.30) tem um encontro com populações em luta contra a eucaliptização indiscriminada e onde jantará com activistas da CDU (restaurante «Pomar»).

### • FUNCHAL

Jornada de propaganda sobre as eleições para o Parlamento Europeu (hoje e amanhã).

### • TERRUGEM

Plenário de militantes no Centro de Trabalho às 21.00.

## Domingo

### • BRAGANÇA

Debate em **Carvalhais**, à noite, sobre as eleições para o PE com a participação de **Herculano Pombo**, de «Os Verdes», que estará durante o dia noutras localidades do distrito.

### • VILA REAL

Sessão-festa com participação e intervenção de **Carlos Carvalhas**.

## PORTO

Domingo, no Palácio de Cristal

## Encontro/Almoço de Confraternização da CDU do Distrito do Porto

Inscrições e aquisição de cartões de acesso nos seguintes locais:

**Sede da Associação Intervenção Democrática-ID**  
R. Mártires da Liberdade, 113-1.º

### Escritório da Eng.ª Virginia Moura

Pr. Gen. Humberto Delgado, 309  
6.º, s/6  
Telef. 31 06 38

### Sede do Porto do Partido Ecologista «Os Verdes»

Trav. Congregados, 17-A-2.º, pt. 21  
Telef. 31 85 43

### Escritório do Dr. Raúl de Castro

Rua 31 de Janeiro, 45-2.º  
Telefs. 31 79 52/38 33 10

### Centro de Trabalho da Boavista do PCP

Av. Boavista, 931/937 — 4100 Porto  
Telefs. 69 56 51/69 52 06/  
69 30 72/69 79 48/69 55 46

### Escritório do Dr. Arnaldo Mesquita

R. Almada, 30-2.º  
Telef. 31 37 29

### Banca da Alexandrina Soares

Praça da Liberdade

ou em qualquer outro dos Centros de Trabalho do PCP no Distrito do Porto

## COIMBRA

Debate sobre desporto:



### O Sistema Desportivo Face à Integração na CEE



Com **Jorge Lemos** e **Melo de Carvalho**  
Sexta-feira, Hotel Avenida

Eleições para o Parlamento Europeu

## CDU

progresso e desenvolvimento para PORTUGAL

Debates e Encontros

Os direitos dos trabalhadores portugueses e a CEE  
Guimarães

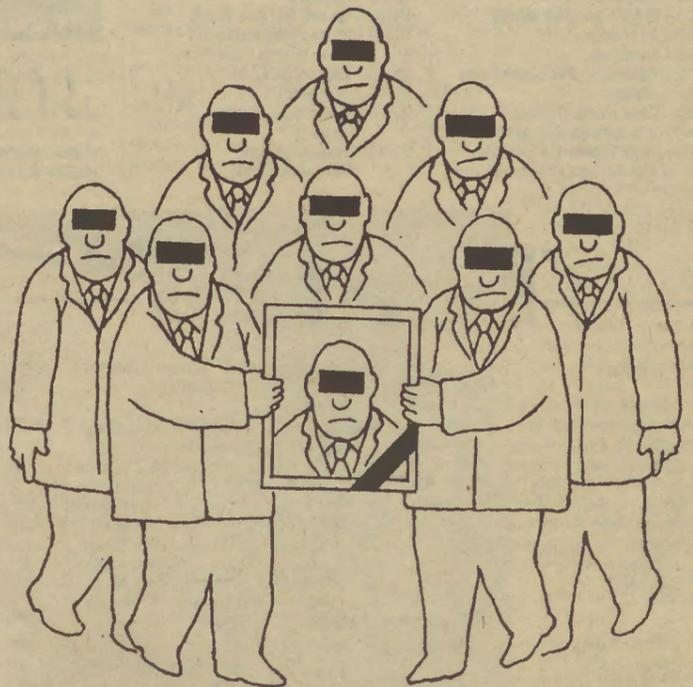
Sábado, dia 13, Hotel Fundador

O que traz o Mercado Único às mulheres portuguesas  
Setúbal

Sábado, dia 13, Salão Nobre da Câmara Municipal

A política florestal e o eucalipto  
Abrantes

Domingo, dia 14, Convento de S. Domingos



V. SEMERENKO, URSS. In «Krokodilo» revista de Humor, n.º 25 de 1988

# TV **O Programa**

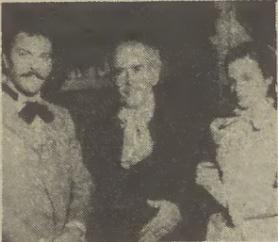
**Quinta**

**RTP1**

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Brega e Chique (118.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Um Anjo na Terra (5.º epis.)
- 14.15 - S.A.J. Serviço de Auxílio aos Jovens (8.º epis.)
- 14.40 - Os Anos que Contam - «Leiria»
- 15.05 - Kid Creole
- 16.05 - Os Roberts
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando (38.º epis.)
- 21.15 - Elvis e Eu (2.º epis.)
- 22.15 - Deixem Passar a Música - Janita Salomé
- 23.10 - 24 Horas
- 23.45 - Remate.

**RTP2**

- 15.00 - Filhos e Filhas (213.º epis.)
- 15.25 - O Grande Sertão: Veredas (repetição, 5.º epis.)
- 16.30 - Lá em Casa Tudo Bem



- 16.55 - Sinhá Moça (58.º Epis.)
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - TV 101 (2.º epis.)
- 19.00 - Basquetebol
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude (109.º epis.)
- 21.55 - Sinais do tempo
- 22.55 - Hitchcock Apresenta...
- 23.20 - Magazine Musical.

**Sexta**

**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Chateaubillon (21.º epis.)
- 14.25 - Imagem e Imagens
- 15.05 - Hermano da Câmara
- 16.05 - Os Roberts
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando
- 21.15 - Telemundo
- 21.50 - O Milagre de Fátima
- 23.35 - 24 Horas
- 00.05 - Remate
- 00.15 - Fátima - Procissão das Velas
- 00.30 - Pela Noite Dentro - «A Canção do Carrasco», real. Lawrence Schiller (EUA/1982, 116 min.).

**RTP2**

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.35 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - A Guerra de Tróia (3.º epis.)
- 19.00 - Basquetebol
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Telefilme
- 22.30 - Século XX - A História de Hollywood (10.º e ult. epis.)
- 23.20 - Entre Barreiras
- 23.45 - Rotações.

**Sábado**

**RTP1**

- 09.00 - Juventude e Família (Era uma vez a vida, Turbo Teen)
- 10.00 - Fátima (cerimónias religiosas)
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Recordes Guinness
- 13.35 - Parlamento



- 14.05 - Sessão da Tarde - «A espera de um milagre», real. Steven Gyllenhaal (EUA/1988, 96 min.)
- 15.45 - Vivamúsica
- 16.40 - Crime, Disse Ela
- 17.20 - No Tempo em que Você Nasceu (últ. programa)
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Telejornal
- 21.35 - Bailado - «As Bodas». Música de Stravinsky, coreografia de Christopher Bruce, interpretação do Ballet Gulbenkian
- 22.40 - Praia da China (série, epis. piloto)
- 23.45 - Cinema da Meia Noite.

**RTP2**

- 09.00 - Music Box
- 09.55 - A Malta de Bronx (repetição, 3.º epis.)
- 10.45 - Os Celtas (série, 5.º epis.)
- 11.40 - A Nossa Turma
- 12.50 - Compacto Brega e Chique
- 16.00 - Estádio
- 19.30 - Quem Sai aos Seus
- 19.55 - Music Box Especial - Fine Young Cannibals
- 20.55 - Elogio da Leitura
- 21.15 - Simeon (série, 11.º epis.)
- 22.15 - Além dos Limites (2.º progr.)
- 23.45 - Basquetebol Internacional.

**Domingo**

**RTP1**

- 9.00 - Juventude e Família
- 9.25 - 70x7
- 9.55 - Missa de Pentecostes (trans. directa de Roma)
- 11.00 - Tarzan e a Companheira (longa-metragem)
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Formula 1 (série, 10.º epis.)
- 13.55 - Allo, Allo
- 14.25 - Terra X (série, 2.º epis.)



- 15.15 - Primeira Matinée - «Suprema Decisão», real. Fritz Lang (EUA/1944, 99 min.)
- 17.00 - Clube Amigos Disney
- 19.00 - O Justiceiro
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Alf, Uma Coisa do Outro Mundo
- 21.15 - O Mistério da Boca do Inferno (série «Fados»)
- 22.30 - Filmezinho
- 22.35 - Domingo Desportivo.

**RTP2**

- 9.00 - Music Box
- 10.00 - Troféu
- 12.45 - Caminhos
- 13.40 - Veterinário da Província
- 14.30 - Troféu
- 18.00 - Derrick (série, 4.º epis.)
- 18.50 - O Mundo em Extinção
- 19.45 - 17 Obras de Grandes Autores - «Barn Burning», de William Faulkner
- 20.30 - Lusitânia Expresso (5.º progr.)
- 21.00 - Artes e Letras - «A História de Robert Burns»



- 22.00 - Cineclube - «Abnegação», real. Douglas Sirk (EUA/1957, 108 min.).

**Segunda**

**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez

- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - O Império de Carson (19.º epis.)
- 14.15 - A Brigada Falcão (série, 7.º epis.)
- 14.40 - Pescadores - Sesimbra
- 15.05 - Diamonds Awards 1988
- 16.00 - Os Roberts
- 16.35 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando



- 21.20 - Dinastia da Lama (5.º e ult. epis.)
- 23.15 - Portugal - Passado e Presente (série, 5.º epis.)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.15 - Remate.

**RTP2**

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Mal-me-quer, bem-me-quer (telefilme)
- 19.00 - Basquetebol
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Acerto de Contas (Magazine de Economia)
- 22.00 - Bailado.

**Terça**

**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas
- 14.15 - Os Filhos dos Flintstones
- 14.40 - Um Certo Sorriso
- 15.15 - Diamonds Award 1988
- 16.00 - Os Roberts
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando
- 21.15 - Jogo Duplo (série, 1.º epis.)
- 22.20 - Primeira Página
- 23.15 - Armadilhas (7.º epis.)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.15 - Remate.

**RTP2**

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Século XX - A História de Hollywood
- 16.25 - Magazine Musical
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com
- 18.00 - Music Box
- 19.00 - Music Box (Off the Wall)
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Qudros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cine Magazine



- 22.00 - Cinemadois: «Lembras-te de Dolly Bell?», real. Emir Kusturica (Jugoslávia/1981, 106 min.).

**Quarta**

**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez



**Filmes**

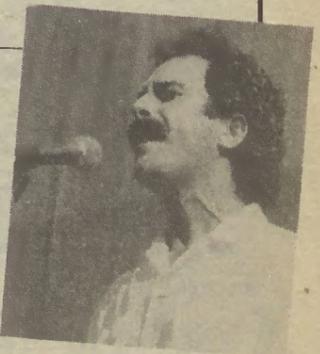
- «A Canção do Carrasco» - 6.ª, 00.30, RTP-1
- «À Espera de um Milagre» - sáb., 14.05, RTP-1
- «Tarzan e a Companheira» - dom., 11.00, RTP-1
- «Suprema Decisão» - dom., 15.15, RTP-1
- «Abnegação» - dom., 22.00, RTP-2
- «Lembras-te de Dolly Bell?» - 3.ª, 22.00, RTP-2
- «A Guerra das Estrelas» - 4.ª, 21.30, RTP-1

**Bailado**

- «As Bodas» - Sáb., 21.35, RTP-1

**Música**

- Quinta
- 23.20, RTP-2: Magazine Musical
- 22.15, RTP-1: Janita Salomé
- Sexta
- 15.05, RTP-1: Hermano da Câmara
- Sábado
- 09.00, RTP-2: Music Box
- 15.45, RTP-1: Vivamúsica
- 19.55, RTP-2: Fine Young Cannibals



**Segunda**

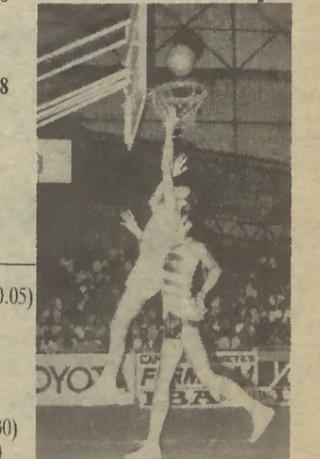
- 15.05, RTP-1: Diamonds Awards 1988

**Terça**

- 15.15, RTP-1: Diamonds Awards 1988
- 16.25, RTP-2: Magazine Musical

**Quarta**

- 15.05, RTP-1: Diamonds Awards 1988
- 23.15, RTP-2: Jazz



**Desporto**

- Remate - RTP-1, 5.ª (23.45), 6.ª (00.05), 2.ª (00.15), 3.ª (00.15) e 4.ª (00.15)
- Rotações - RTP-2, 6.ª, 23.45
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00
- Troféu - RTP-2, dom. (10.00 e 14.30)
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.20
- Basquetebol - Campeonato da Europa: RTP-2, 5.ª, 6.ª e 2.ª, 19.00, RTP-2, sáb., 23.45.

- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde



- 13.30 - Fama (40.º epis.)



- 14.15 - Aventuras em Citera (6.º epis.)
- 14.45 - O Homem e a Cidade - Porto
- 15.05 - Diamonds Award 1988
- 16.00 - Os Roberts
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando

- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico



- 20.20 - Sassaricando
- 21.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.30 - Lotação esgotada: «A Guerra das Estrelas», real. George Lucas (EUA/1977, 116 min.)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.15 - Remate.

**RTP2**

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.35 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - O Rio Amarelo
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Grade Sertão: Veredas (10.º epis.)
- 23.15 - Som da Surpresa.

# Teatro **O Cartaz**

• LISBOA

**Institut Franco-Portugais**, Av. Luís Bivar, 91. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 17.00. **Os Sels, o Mais Tardar**, de Marc Perrier, enc. Alexandre Sousa, interpr. Mário Jacques e Vitor Norte (até 14/5).

**Teatro da Comuna**, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Os Recrutados**, de Neil Simon, enc. João Mota, pela Comuna.

**Teatro Ibérico**, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb. às 21.30; dom. às 17. A **Castro**, de António Ferreira, enc. Blanco Xil.

**Teatro D. Maria II**, Rossio - Sala Garrett. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **Fausto, Fernando, Fragmentos** sobre textos de Fernando Pessoa, enc. Ricardo Pais.

**Teatro Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 20.30 e 23.00; dom. às 16 e

21.30. **Quem Tramou o Comendador?**

**Teatro Variedades** (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e N. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

**Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Néné**, de Alfonso Paso, en-

cen. Francisco Nicholson.

• PORTO

**Os Comediantes**, R. Gonçalves Cristovão. De 5.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **Posseiros de Amor**, de Sam Shepard, enc. Peter Field.

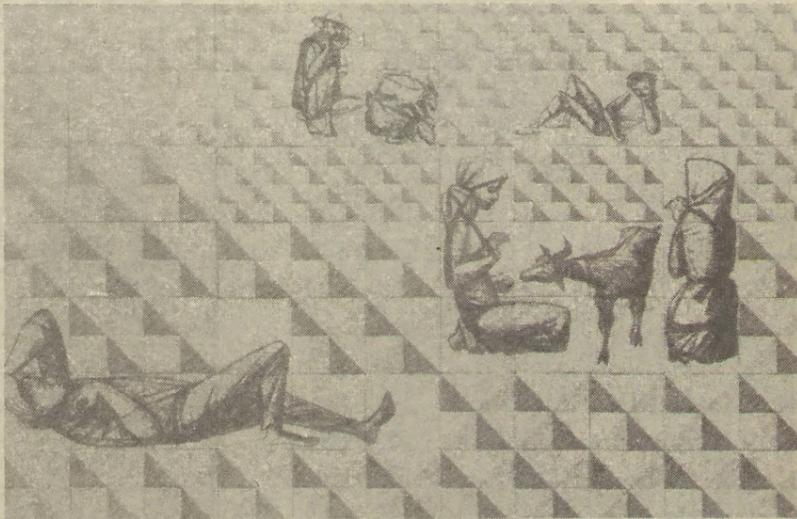
**Sala do Povo** Portuense, R. de Camões. De 3.ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. **As Criadas**, de Jean Genet, enc. Júlio Cardoso, pelo Seiva Trupe.

# Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	A Comissária	★★★★	★★★	★★★★	★★★
<b>B</b>	Encontro de Irmãos	—	★★	★★★	★★★
<b>C</b>	Gente Estranha	★★★★	—	★★★★	★★★★
<b>D</b>	Gorilas na Bruma	—	★	—	—
<b>E</b>	O Grito do Mocho	—	★★★★	—	—
<b>F</b>	O Fugitivo da Selva	—	★	—	—
<b>G</b>	Um Peixe Chamado Wanda	—	★★★	★★★	★★★
<b>H</b>	O Turista Acidental	★★★★	★★★	—	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Aleksandr Askoldov — **Quarteto 2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30).
- B — Real. Barry Levinson — **Alfa 3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras 6** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **S. Jorge 1** (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Andrei Konchalovsky — **King/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- D — Real. Michael Apted — **Amoreiras 5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- E — Real. Claude Chabrol — **Alfa Clube** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras 3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- F — Real. Peter Markle — **Condes** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Las Vegas 2** (15.30, 18.45, 21.45) — Lisboa.
- G — Real. Charles Crichton — **S. Jorge/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- H — Real. Lawrence Kasdan — **Quarteto 1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.



Azulejos de Maria Keil no Museu do Azulejo

# Exposições

• LISBOA

**Ascânio** (Brasil) — Escultura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 17/5).

**Carlos Calvet** — Pintura. Centro de Arte Sotclip, R. D. Estefânia, 195. De 2.ª a sáb. das 10 às 20 (até 22/5).

**Chino** — Aquarelas. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19.

**Colectiva** de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

**Colectiva** de pintura («Onze artistas do Porto»). Galeria Interni, Rua Rodrigo da Fonseca, 51. De 2.ª a 6.ª das 10 às 14 e das 15 às 19.30.

**«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro»** — no Museu Nacional do Teatro. (Estrada do Lumiar, 10). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.

**Dário Alves** — Pintura. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30.

**Eduardo Luiz** — Pintura. Gal. Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20.00.

**Estela Leal** — Pintura. Sala de Arte Templários, Rua Flores de Lima, 8. De 2.ª a sáb. das 12 às 15 e das 20 às 23 (até 13/5).

**Frederico Ressano Garcia** — Projectos de arquitectura e urbanismo para Lisboa. Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

**João Salema** — Desenhos. Módulo-Centro Difusor de Arte, Calçada dos Mestres, 34-B. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 31/5).

**Jorge Martins** — Pintura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua Cruz dos Poiais,

Augusto Canedo é um dos pintores do Porto presentes na Galeria Interni

• LISBOA

111. De 3.ª a sáb. das 15 às 19.

**Jorge Martins** — Tapeçaria e escultura. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências (até 12/5).

**José Aragão** — Pintura (guaches). Espaço Deus, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

**Mário da Natividade Ramos** — Fotografia. Foto Galeria 12-A, Costa do Castelo, 12-A (até 12/5).

**Martins Pereira** — Pintura. Galeria Icaro, Rua Presidente Arriaga, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

**Projectos para o Centro Cultural de Belém** — Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até fim de Maio).

**Rogério Ribeiro** — «Caderno de Abril», pintura. Galeria João Hogan (Voz do Operário), R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 18 (até 13/5).

**Ruy Leitão** — Pintura. Galeria S. Mamede, Rua da Escola Politécnica, 167 (até 12/5).

**Toulouse-Lautrec** — Desenhos e aquarelas (Colecção T. de Celayran). Museu Nacional de Arte Antiga, Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 9.30 às 17 (até 31/5).

• PORTO

**José Pedro Croft** — Escultura. Gal. Atlântica, R. Galeria de Paris, 67. De 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.

**Manuel Casimiro** — Pintura. Gal. Flexus, Rua do Rosário, 125 (até 11/5).

• OUTRAS LOCALIDADES

**Walter Heinrich** (RFA) — Pintura. Até 12/5, Centro Cultural de S. Lourenço ALMANSIL.

**Colectiva** (Colecção Fernando Nunes Ribeiro). Museu Regional de BEJA.

**Rui Matos** — Escultura. Galeria de Colares, Rua Fria, 2. Sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (28/5) COLARES.

**Carlos Amaral** — Pintura. Sala de Exp. Temporárias do Museu Municipal/Casa do Adro. De 3.ª a 6.ª das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30; sáb. e dom. das 10 às 17.30 (até 4/6) LOURES.

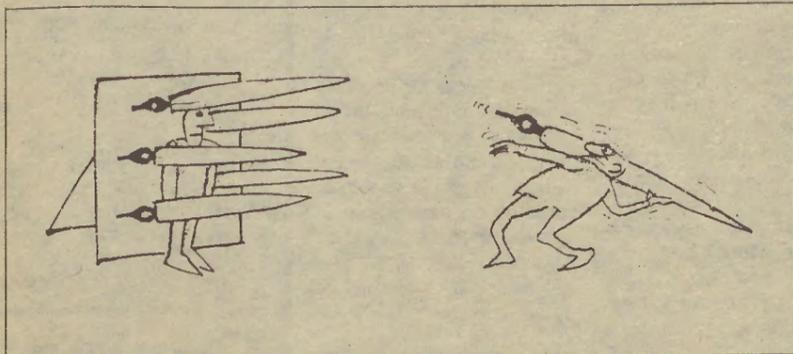
**Louro Artur** — Pintura. Gal. Arte Roca MARINHA GRANDE.

**«Artistas Africanos»** — Colectiva de artes plásticas de artistas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. De dom. a 5.ª das 10 às 12.30 e das 14 às 17.30, até 4/6, Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal de SANTIAGO DO CACÉM.

**Luís Andrade** — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

**Colectiva** de pintura — Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19. TORRES VEDRAS.

## ...e ainda Música, debates, etc.



**Recreios** realiza-se hoje o primeiro concerto em Lisboa de **Simone**, a brasileira revelada ao público português na Festa do «Avante!» de 1980. Repete amanhã e depois, sempre às 22.00.

Do Brasil vem também **Caetano Veloso**, que se apresenta no **Coliseu do Porto** no próximo dia 17, quarta-feira.

**Bailado**

O **Toronto Dance Theatre** participa no ciclo «Aspectos da Dança Contemporânea» que o ACARTE está a organizar com dois programas: o primeiro (em última apresentação) hoje às 18.30; o segundo nos dias 12 às 21.30 e 13 às 16.00 e 21.30.

No **Centro de Arte Moderna**, com bilhetes a 600\$00.

No **Teatro S. Luiz** a **Companhia de Dança de Lisboa** estreia um novo programa: **Inventário em Cinco Andamentos e Bizâncio** (em reposição) **Linha da Frente**.

Nos dias 11, 12 e 13 às 21.30 e no dia 14 às 17.00.

**Música**

— Hoje, às 18.30, **Orquestra Gulbenkian** dirigida por **Michel Tabachnik** com os solistas **Filomena Amaro** (soprano), **Max Rabinovitsj** (violino) e **Philippe Malfait** (flauta);

— Amanhã, às 18.30, **Grupo de Música Contemporânea de Lisboa** com direcção de **Jorge Peixinho**;

— Sábado, às 17.30, **Orquestra Gulbenkian** e **Zelgeist** com direcção de **M. Tabachnik** e os solistas **Anibal Lima** (violino), **Paulo Galo Lima** (violoncelo) e **Olga Prats** (piano).

**Mais Música**

No próximo sábado a **Brigada Victor Jara** vai estar na **Aula Magna** para um concerto durante o qual apresentará o seu novo disco, «Monte Formoso», que dedicaram a José Afonso, Lopes-Graça e Giacometti. No **Coliseu dos**

**Mais Teatro**

A **Estalajadeira**, de Goldoni, uma produção do Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett, recentemente estreada, volta à cena, esta semana em **Odivelas**. Os espectáculos decorrerão no Pavilhão Polivalente nos dias 11, 12 e 13 às 21.30 e no dia 14 às 16.00.

«A Estalajadeira» tem encenação de Mário Barradas e interpretação de Raquel Maria, José Gomes, José Eduardo, João Lagarto, Cremilda Gil, Waldemar de Sousa, Jorge Silva e Rosa André.

No **Estoril**, o Teatro Experimental de Cascais continua a representar **Lisistrata**, de Aristófanes. No Teatro Municipal Mirita Casimiro, de terça a sábado às 21.30 e domingos às 17.00.

Na Sala Experimental do **Teatro Nacional D. Maria II** foi entretanto estreado **O Bispo Negro**, de Alexandre Herculano, com encenação de António Gualdyno.

Espectáculos de 3.ª a sáb. às 21.30, ao sábado e ao domingo também às 16.00.

**Mais Cinema**

O ABC Cine-Clube de Lisboa programou para a próxima sexta-feira a exibição de **Vida Privada**, do soviético Iuri Rizman, realizado em 1982. É mais um dos filmes incluídos no ciclo «8 cineastas que marcaram dez anos» (de cinema europeu).

No **Quarteto**, às 18.45 como habitualmente.

Na **Cinemateca Portuguesa** (Rua Barata Salgueiro, 39) está prestes a iniciar-se um **Ciclo Charles Chaplin** que integrará, segundo se anuncia, toda a sua obra.

Na primeira sessão — dia 13 às 21.30 — é exibido **O Garoto de Charlot**, de 1921, primeira longa-metragem de Chaplin. Nos dias 15 e 16 à mesma hora o ciclo «reinicia-se» para apresentar as suas

primeiras curtas metragens.

Ainda na **Cinemateca** prossegue o ciclo Bergman, exibindo-se hoje às 21.30 **Fanny e Alexandre** e às 18.30 um documentário sobre a realização desse filme.

**Música**

A **Orquestra de Paris** dirigida por **Daniel Barenboim** dá um único concerto no **Coliseu dos Recreios** de Lisboa na próxima quarta-feira, com um programa integralmente preenchido com obras de **Debussy** (Images, Prélude à l'après-midi d'un faune, La Mer).

É um concerto comemorativo do Bicentário da Revolução Francesa promovido pela **Fundação Gulbenkian**.

Bilhetes de 600\$00 a 1500\$00.

Na **Fundação Gulbenkian** prosseguem, entretanto, os concertos programados para os 13.ºs **Encontros de Música Contemporânea**:

## Tempo Fim de Semana



Segundo o INMG, teremos no fim-de-semana céu pouco nublado, alternando com períodos muito nublados, vento fraco e possibilidades de aguaceiros fracos nas regiões norte e centro.



# a TV

## «Temos muito para dar...» Acabada a conversa blá-blá, passemos à verdade dos factos...

Com estas palavras abriu o Tempo de Antena do PCP. Nem de propósito, pois o Tempo de Antena anterior pertencera ao PSD...

Notem que me refiro ao Tempo de Antena propriamente dito e não a qualquer outro espaço. O Telejornal, por exemplo, do dia seguinte em que veríamos Cavaco Silva, Eurico de Melo, Silva Penada, Roberto Carneiro. E depois foram mais 10 minutos de uma comunicação «do senhor Primeiro-Ministro» (Sua Majestade, o Primeiro-Ministro...) como por lá se disse. Aliás, durante dois dias fomos autenticamente metralhados com o anúncio da Comunicação ao País. Para lavagens ao cérebro ainda não se inventou melhor detergente do que a RTP. Pormenor: às 19 e 28, fez-se silêncio no televisor, onde se legendava a Comunicação para as 20 horas. Dois minutos para alimentar a reverência...

Pois no Tempo de Antena do PSD vimos e ouvimos cousas surpreendentes. Por exemplo, o lançamento da nave espacial. Haverá colaboração PSD-NASA? Preparar-se-á Cavaco para aterrar em Vénus?

Dizem eles que, na CEE poderão dar o seu «protagonismo activo», ao mesmo tempo que afirmam «ninguém saber o que val ser a CEE daqui a dez anos». Eh, rapaziada, então onde está o vosso optimismo?

«Estamos no extremo ocidental da Europa», diz Capucho, em directo do Cabô da Roca. Grande verdade! Estamos mesmo no extremo. Atrás de nós só a Turquia, que por acaso fica no extremo Oriental...

Uma fase sibilina: «Temos muito que dar à Europa».

Disso é que eu tenho medo. Cavaco está a dar tanto aos estrangeiros que qualquer dia metemos a mão ao bolso e só encontramos cotão.

## Dividendos envenenados

Ao fim de não sei quanto tempo, Álvaro Cunhal voltou à Primeira Página.

Voltou para uma entrevista? De facto, assim chamaram àquilo, embora à audiência tivesse ficado bem claro que se tratou de um debate, tanto mais tendencioso quando não se assume como tal.

Não está em causa o respeito que tal ou tal jornalista sintia por Álvaro Cunhal e eu sei que ele existe nos sectores até mais conflituosos. Mas uma coisa é querer saber das posições, outra bem diferente é ouvi-las e rebatê-las.

Por outro lado, é de um político interesse, em primeiro lugar, conhecer a sua participação na actualidade nacional. Ora o peso da chamada às questões estrangeiras, sendo excessivo, conduziria, de facto, à subalternização da política nacional. Aliás Álvaro Cunhal chamou a atenção para esse facto, com evidência dos «direitos humanos»: insiste-se na sua violação neste ou naquele país, mas sistematicamente «esquecem» o que se passa... no nosso país!

Ao longo da entrevista foram focados temas que dariam outros tantos debates na televisão. A democracia interna dos partidos, por exemplo. Haverá mais democracia no PSD (com o seu voto «secreto...») do que no PCP, com os seus braços no ar?

O problema da Constituição. Pretende-se agora, como pensa José Teles, uma Constituição que não divida os portugueses, que os não agrida. Mas será assim? O repúdio generalizado da revisão não demonstrará que milhões de portugueses se sentem agredidos e ofendidos?

Vejamos o aspecto das nacionalizações. O mesmo José Teles, acha que esta revisão, não as proíbe e assim qualquer futuro governo, se o quiser, pode nacionalizar à vontade...

Deixemo-nos de brincadeiras, meus senhores. Não se pode andar a brincar ao agora mando eu, agora mandas tu. Se não há limites materiais a respeitar, vive-se em constante desequilíbrio, ao sabor das circunstâncias. Para que servem então as Constituições?...

Para acabar, um pormenor que denuncia os «golpes baixos» de certos políticos.

Confrontado com a ausência de relevo dado pelo «Avante!» ao afastamento de dirigentes do PCUS, Álvaro Cunhal apontou que só agora possuía informações rigorosas sobre o assunto, com a declaração conjunta e os discursos dos demissionários publicados naquele número do Pravda.

Pois no debate já mencionado da rubrica Parlamento, o deputado do PSD, Gomes da Silva, afirmou que Álvaro Cunhal terá dito: «Acredito, porque está aqui no Pravda...»

Percebe-se à léguas a intenção injuriosa. Tais processos não dignificam quem os usa. Trazem dividendos — mas envenenados.

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Ler? Pois claro!

Se alguém ainda tem dúvidas, aqui vão mais cinco recortes que mostram como vale a pena ler jornais. Leia que não é de mais.

### Considerar? Não podem!

«O presidente norte-americano George Bush, está a considerar a hipótese de uma intervenção militar no Panamá, depois de uma reunião, realizada ontem ao fim da manhã, com uma comissão de observadores enviados pelos Estados Unidos às eleições realizadas naquele país.

A hipótese de uma intervenção militar foi transmitida à imprensa pelo porta-voz da Casa Branca, Fitzwater, segundo o qual «Bush está a considerar acções que vão desde uma intervenção militar até à imposição de novas sanções económicas».

Instado a pronunciar-se sobre uma possível invasão do Panamá por forças norte-americanas, Fitzwater respondeu: «Irá depender do resultado final das eleições e dos planos do general Noriega, que ainda não os revelou». Todavia, o porta-voz presidencial salientou que a política dos Estados Unidos se mantém — «Noriega tem que sair».

«Não excluimos qualquer hipótese de actuação. Discutimos todas as opções ao nosso alcance», revelou, por seu turno, o congressista John Murtha, chefe da comissão de observadores, após a reunião com George Bush. Por outro lado, membros da delegação que se encontraram com o presidente afirmaram ter testemunhado actos de fraude eleitoral por todo o país, e acrescentaram: «Não podemos considerar estas eleições como livres ou justas».

(«Correio da Manhã», 10 de Maio)

### Ditadura? Não Coube!

«Ontem, num colóquio sobre «Salazar visto de hoje», promovido por um grupo de estudantes universitários, na Biblioteca Nacional, e no qual participaram Franco Nogueira, Jaime Nogueira Pinto e Manuel Lucena, Villaverde Cabral foi o único dos oradores a afirmar peremptoriamente que o regime salazarista foi uma ditadura.

No colóquio «Salazar 1889/1989 — memória e revisão» cujo objectivo, segundo Franco Nogueira, foi «fazer um exame e uma reflexão sobre a personalidade do homem político e do seu governo», o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar disse:

«O golpe militar de 28 de Maio de 1926 não tinha como objectivo o Estado Novo mas sim pôr fim à ditadura do partido democrático».

Franco Nogueira, que salientou a «personalidade complexa» de Salazar, fundamentou a afirmação de inexistência de uma ditadura afirmando que «a sociedade salazarista era uma sociedade de classes hierarquizadas e intercomunicáveis».

(«Jornal «de o dia», 10 de Maio)

### Europa? Não conta!

«O Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos acusou o Governo de não defender os «direitos culturais do povo português no contexto da CEE», concretamente em relação às quotas de programação nos canais de televisão da Comunidade Europeia.

O Executivo é acusado de «permitir a adopção de uma versão que desfigura completamente a anterior indicação do Parlamento Europeu no que respeita às quotas de programação nacional e europeia nos canais de televisão dos países da Comunidade».

Em comunicado o sindicato recorda que o Parlamento Europeu adoptou, em Janeiro de 1988, um texto em que estipulava uma quota mínima de 60 por cento de programas europeus a difundir por cada uma das televisões.

Entretanto, em Abril último, o conselho de ministros tomou uma decisão na qual adopta uma orientação considerada pelo sindicato como tendo sido a de seguir «respeitosamente os mais fortes, conseguindo ainda ficar de fora até 1990 da imposição da cláusula de não-recuo, que impõe aos estados membros a não diminuição das percentagens em 1988».

(«Europeu», 10 de Maio)

### O quê? Vai tu!

«A guerra surda entre Arménio Santos e Torres Couto está, agora, declarada. A recente eleição no Sindicato dos Seguros, o 1.º de Maio e os campos extremados no caso da PSP, fizeram transbordar a taça de fel. Semanário registou os ataques de ambos.

Assim o líder dos TSD censurou Torres Couto, pela sua «insistência num discurso radical», que ultrapassa «em demagogia e insensatez» as posições da própria intersindical. Arménio dos Santos acha que houve «mudança e

desajuste» no projecto sindical «moderado e responsável» da UGT, por culpa do seu secretário-geral e invoca Cunhal, ao reconhecer que «tem havido uma evolução positiva na UGT». O significado que extrai desta declaração do líder comunista é a de que a UGT «se tem aproximado das posições do PCP e afastado do seu espaço social natural».

Torres Couto só percebe esta preocupação de Arménio por «ciumeira ou inveja». Ataca fundo: «Sá Carneiro, poucos dias antes de morrer, dizia-me que Arménio Santos era uma infiltração comunista no PSD, e avisou-me, porque, seguramente, Arménio iria ser factor de instabilidade permanente na central sindical, que, aliás, não apoiou, quando Sá Carneiro o fez».

Sobre o discurso do, líder ugetista no 1.º de Maio, Arménio Santos diz: «A confusão que Torres Couto faz do regime democrático português com a ditadura militar polaca, é um insulto à capacidade intelectual dos trabalhadores portugueses e um exemplo do desequilíbrio das suas posições e da manipulação político-partidária que faz da sua função sindical».

(«Semanário», 6 de Maio)

### Morreram? No rio Ocreza

«Um indivíduo de nome Domingos Luís Duarte, de 65 anos, casado, agricultor, residente em Sarnadinha, Vila Velha de Ródão morreu afogado ao querer salvar uma mula que se precipitou para o rio. Para além de mal sucedido nos seus esforços e apesar da sua manifesta boa vontade, o agricultor não evitou que a mula sucumbisse também por afogamento.

A vítima tinha pedido o animal emprestado a um vizinho para poder amansar uma courela de milho. A dada altura, na posse do animal e já na sua fazenda, situada junto da margem do rio Ocreza, entre as localidades de Sarnadinha e Bugios, a mula espantou-se e arrastando o arado consigo acabou por cair no leito do rio.

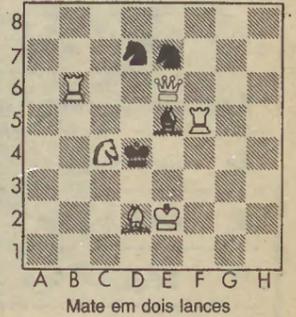
Perante a delicadeza da situação, o pânico apossou-se do velho Duarte e acabou por precipitar-se e entrar pelo rio dentro na tentativa de salvar o animal acabando por morrerem os dois.

Neste caso e conforme o «CM» conseguiu apurar, o facto de se encontrar em estado de choque perante o inesperado da situação e o seu pouco à vontade para enfrentar o rio acabou por ser fatal ao referido agricultor, homem admirado e respeitado por todos na terra».

(«Correio da Manhã», 9 de Maio)

## Xadrez

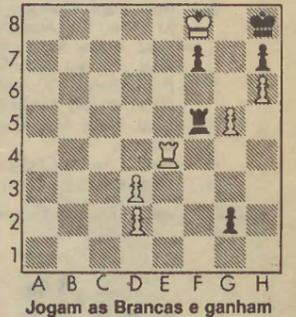
CCII — 11 de Maio de 1989  
Proposição N.º 202/A  
Por: G.W. Jensch  
1.º Prémio «Die Schwalbe», 1954/II  
Pr.: [4]: Cs.d7,67-B65-Rd4  
Br.: [6]: Cç4-Dd2-Ts.b6,f5-D66-R62



Mate em dois lances

Proposição N.º 202/B

Por: A.O. Herbstman  
«Shakhmaty V SSSR», 1936  
Pr.: [5]: Ps.f7,g2,h7-Tf5-Rh8  
Br.: [6]: Ps.d2,d3,g5,h6-T64-Rf8



Jogam as Brancas e ganham

Soluções do N.º CCII

N.º 202/A (G.W.J.): Chave: 1. C63! (2.Dç4)

1. .... Rç5; 2.Dd6++

1. .... R64; 2.Tb4++

N.º 202/B (A.O.H.): 1.T68,T65!;

2.Ta8!,Ta5!; 3.T:a5,g1=D;

4.Ta8,Dg2; 5.Tb8!,Dg3;

6.Tç8,Dg4; 7.Td8,Dg5; 8.T66,Df6;

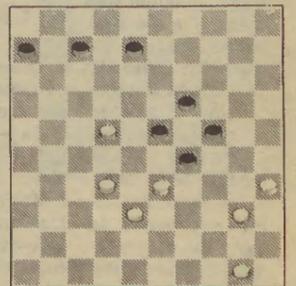
9.d4 e as Brancas ganham.

A. de M.M.

## Damas

CCII — 11 de Maio de 1989  
Proposição N.º 202  
Por: Siuchkievitch  
1969

Pr.: [7]: 6-7-8-19-23-24-29  
Br.: [7]: 22-32-33-35-38-40-50



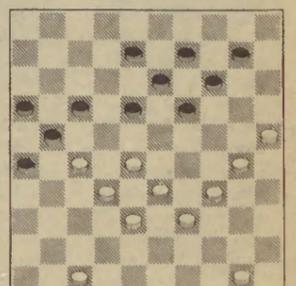
Jogam as Brancas e ganham

Golpe N.º 202

Por: I. Kupierman

Pr.: [11]: 8-9-10-13-14-16-17-18-19-21-26

Br.: [11]: 25-27-28-30-32-33-34-38-39-47-50



As Brancas jogam e fazem Dama

Soluções do N.º CCII

Miniatuza N.º 202 (S.): 32-38 (23x43); 35-30 (24x44); 33x11 (6x28); 50x48+

Golpe N.º 202 (I. K.): 25-20 (14x25); 30-24 (19x30); 28-22 (17x37); 47-41 (21x43); 39x48 (30x28); 41x5=D

A. de M.M.